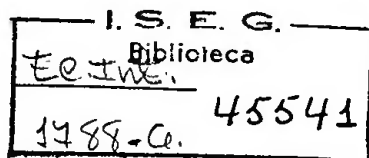


**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**



X - 96 - 065192-5

RESERVADO

#e165.V37 [1997]

MESTRADO EM: DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

MERCOSUL

“A visão estratégica do ponto de vista brasileiro”

Maria Antónia Almeida Pereira da Silva de Vasconcelos

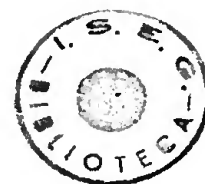
ORIENTAÇÃO: Prof Doutor Joaquim Alexandre dos Ramos Silva, Prof Associado do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

JÚRI:

PRESIDENTE: Prof Doutor Joaquim Alexandre dos Ramos Silva, Prof Associado do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

VOGAIS: Prof Doutora Maria Margarida Santos Proença Almeida, Prof Catedrática da Escola de Economia da Universidade do Minho
Prof Doutora Elivan Rosas Ribeiro Prof Auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa
Prof Doutora Maria Antonina do Espírito Santo Lima Prof Auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

MAR/97



RESUMO

O presente trabalho tem como objectivo analisar sob um ponto de vista Estratégico e sob a óptica Brasileira as vantagens que o Brasil retira por aderir ao MERCOSUL. O contexto Internacional está a votar-se para a integração da nações em blocos , ou seja para um global da economia.

Embora concentrado basicamente em aspectos económicos da integração o MERCOSUL também desenvolveu uma face política ainda que incipiente em que cada Chefe de Estado dos Países membros assumiram o compromisso de serem Países Democratas como condição necessária para se ser membro. Todavia não se deve ignora que num quadro Mundial democrática , a integração e o livre comércio só se realiza em ambiente político de consentimento soberano entre as nações.

Em termos de poder mundial saiu-se de um contexto político estratégico bipolar para um sistema múltipolar formado cinco ou seis blocos de nações associadas. Neste evoluir geopolítico, Mundial o sistema mutípolar é o que mais favorece o Brasil de forma a poder jogar o seu peso estratégico, - o peso estratégico será sempre função do nível de desenvolvimento económico e social que a sociedade a mais três países formando o quarto maior espaço económico depois da NAFTA União Europeia e do Japão.

Face ao exposto , dividiu-se o presente trabalho em três partes onde se tenta realçar o porquê da importância que o Brasil têm não só para América Latina mas para todo o Mundo

ABSTRACT

The purpose of the present Work is to analyse under a strategic point of view and under the Brazilian perspectives the advantages made by Brazil to be in MERCOSUR. The international context is out running to blocs, I mean to an global economics.

The MERCOSUR developed a politic side not very strong but with a compromise to be democratic countries. But in the world context the free trade us append when there is sobering agreement between the nations.

In the world power just get out from bipolar system to a multipolar system with 5 or 6 nations in connection. With this evolution the multipolar system is the best to the Brazil , where it can play is role in strategic ways. With conscience of this reality Brazil joint to 3 more countries and made the forth biggest economic space after NAFTA, European Union and Japan.

By this on divide this paper in three parts putting up why >Brazil is important to Latin America and the World.

AGRADECIMENTOS

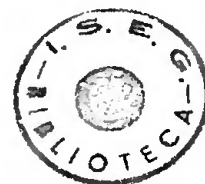
Ao professor Doutor Joaquim Ramos Silva pela sua orientação, apoio e compreensão e disponibilidade permanente em todas as faces deste trabalho, quero expressar os meus agradecimentos

Desejo ainda agradecer às pessoas mais próximas, pela compreensão e apoio incondicional concedidos .

ÍNDICE GERAL

RESUMO.....	I
ABSTRACT.....	II
AGRADECIMENTOS.....	III
ÍNDICE GERAL.....	IV
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	V
ÍNDICE DE MAPAS.....	VI
ÍNDICE DE QUADROS.....	VII
ÍNDICE DE ANEXOS.....	VIII
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 A FORMAÇÃO DO MERCOSUL.....	4
2.1 Antecedentes do MERCOSUL.....	4
2.1.1 Relações Argentina Brasil.....	7
2.2 Tratado de Assunção.....	16
3 FUNDAMENTOS DA ESTRATÉGIA BRASILEIRA.....	22
3.1 Factores sócio culturais.....	22
3.1.1 A formação geopolítica do Brasil.....	22
3.1.2 Geografia física.....	27

3.1.3 Factor Humano.....	30
3.2 Factor político estratégico.....	31
3.2.1 Quadro estratégico.....	31
3.2.2 O Brasil e as suas áreas estratégicas.....	38
3.2.2.1 O Atlântico.....	38
3.2.2.2 A América do Norte.....	43
3.2.2.3 Caraíbas.....	46
3.2.2.4 A América do Sul.....	47
3.2.2.5 Africa.....	50
3.2.2.6 Europa.....	51
3.2.2.6 Antártica.....	53
3.3 Influência para as Forças Armadas resultante da Nova Ordem Mundial.....	56
3.3.1 A Nova Ordem Mundial.....	56
3.3.2 A importância estratégica das Forças Armadas no Cone Sul.....	59
3.3.3 Acções estratégicas para o desenvolvimento das Forças Armadas.....	62
3.4 Factor Militar.....	64
3.4.1 Uma doutrina militar?.....	64
3.4.2 Breves considerações sobre a indústria militar Brasileira.....	69
4 UMA ETAPA NOVA NA AFIRMAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL.....	75
5 CONCLUSÕES GERAIS.....	88
6 BIBLIOGRAFIA.....	98
7 ANEXOS.....	101



ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – RENDIMENTO BRUTO ANUAL.....	17
GRÁFICO 2 – POPULAÇÃO BRASILEIRA.....	30

ÍNDICE DE QUADROS

CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO DE ALGUNS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA.....	12
--	----

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA Nº 1 – ÁREA DO BRASIL.....	27
MAPA Nº 2 – BRASIL.....	29
MAPA Nº 3 – MARITIMIDADE E CONTINENTALIDADE.....	38
MAPA Nº 4 – OCEANO COM MAIOR TRÁFEGO.....	40
MAPA Nº 5 – LINHAS DE NAVEGAÇÃO NO ATLÂNTICO.....	41
MAPA Nº 6 – RELEVO.....	48

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 1 - RELAÇÕES COMERCIAIS COM A ARGENTINA.....	101
ANEXO 2 - PROTOCOLOS ACORDADOS ENTRE ARGENTINA E BRASIL.....	104
ANEXO 3 - TRATADO DE ASSUNÇÃO.....	107
ANEXO 4 - COMÉRCIO INTRA E EXTRA MERCOSUL ENTRE 1980-1994.....	108
ANEXO - 5 PROGRAMA DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL.....	109
ANEXO 6 - PRINCIPAIS FACTOS ECONÓMICOS DO PLANETA.....	113
ANEXO - 7 DISTRIBUIÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS E DOS PAÍSES CONTÍGUOS	114

1. INTRODUÇÃO

O MERCOSUL e a visão estratégica do ponto de vista Brasileiro é o tema que nos propomos tratar. No entanto, uma questão prévia se coloca: Porquê a opção por esta visão e não por outras, talvez mais fáceis e igualmente interessantes de analisar?

A razão desta nossa escolha, prende-se com a importância que o pensamento estratégico nas suas diversas vertentes, mas sobretudo na económica e militar tem desempenhado na evolução brasileira¹. De facto, devido à sua dimensão o desenvolvimento no Brasil, desde a sua formação, mesmo no tempo em que o país era ainda uma colónia, encontra-se associado a lógicas estratégicas regionais e mundiais. Como então evoluiu este cenário nos anos 1990, com a formação do MERCOSUL, e após o fim da Guerra Fria e todos os grandes acontecimentos mundiais e regionais reestruturantes que se têm seguido? Eis uma das questões a que o presente trabalho tentará dar resposta.

Além do Brasil constituir um excelente "case study" neste domínio, a possibilidade de analisar mais profundamente a associação entre a estratégia económica e militar, um tema ainda pouco investigado e conhecido, em particular no contexto da integração e de internacionalização das economias, motiva-nos bastante como economista a trabalhar no sector militar, bem como nos atrai a interdisciplinaridade que com ele está relacionada.

¹ Assim por exemplo a contribuição brasileira no domínio da geopolítica tem sido reconhecida e sublinhada por alguns autores, veja-se P. Lorot, 1995.

Assim, procurámos devidamente salientar a dimensão militar da estratégia brasileira, no que respeita aos seus fundamentos e respectiva evolução, mas sem nunca deixar de associá-la às opções económicas do país, bem como dos demais países latino-americanos, que têm perante si um dilema muito claro: ou se adaptam ao novo cenário mundial ou então torna-se cada vez mais difícil superar os obstáculos no caminho da inserção na economia mundial. A este respeito a experiência do MERCOSUL é particularmente significativa, bastará por exemplo pensar em termos da, até há pouco, tradicional e vigorosa rivalidade entre Brasil e Argentina.

O presente trabalho foi estruturado em três partes.

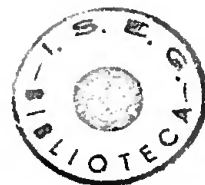
Na primeira parte faz-se uma apresentação dos antecedentes acordos regionais que levaram nos anos 1990 à criação do MERCOSUL

Na segunda parte, fundamentamos a estratégia brasileira com base numa linha mais geoestratégica e geopolítica, ou seja, onde se tenta explicar porque é que o Brasil é uma potência da América do Sul e porque está em condições de exercer uma influência mista continental e marítima. Todo este processo é acompanhado por uma reflexão sobre o papel das Forças Armadas no contexto da mudança mundial.

Na terceira parte justificamos em que bases se fundamenta o pensamento estratégico brasileiro contemporâneo dada a tendência multipolar da composição do poder mundial

Na quarta e última parte tentou-se sintetizar o nosso estudo e tirar algumas conclusões que poderão ser alvo de um estudo mais detalhado ou complementados por outros estudos que se poderão vir a fazer.

Parece-nos importante realçar que estamos conscientes das falhas que este trabalho apresenta, primeiro porque houve muita dificuldade em angariar meios de prova, segundo porque alguns dos documentos consultados eram confidenciais ou estavam desactualizados, terceiro porque foi utilizada muita informação oral de alguns "experts" na matéria . Todavia parece-nos que valeu a pena explorar um campo novo e diferente como foi esta visão estratégica do MERCOSUL.



2. A FORMAÇÃO DO MERCOSUL

2.1 Antecedentes do MERCOSUL

O principal elemento de integração económica regional é a COMISSÃO ECONÓMICA PARA A AMÉRICA LATINA (CEPAL) , fundada em 1948 com o objectivo de aumentar o nível de actividade económica na América Latina (América Central, Caraíbas e América do Sul). A integração era então vista como uma forma de aprofundar o processo de industrialização por substituição de importações já em curso na região, pois após a segunda grande guerra o ambiente dos países da América Latina era desfavorável a um ambiente que dependesse da exportação de um ou dois produtos primários. Os riscos dessa dependência, já tinham sido evidenciados pela queda brusca das vendas e dos preços dos produtos exportados pelos países da região, em consequência da grande depressão. No imediato Pós-guerra, mesmo os países com divisas não conseguiam obter no mercado internacional os bens que precisavam para satisfazer as suas necessidades ou para acelerar o seu ritmo de crescimento. Dado este ambiente, a industrialização surge como forma de melhorar o nível de vida e maior independência político-económica.

Para esta corrente a substituição de importações era a única estratégia que permitiria o crescimento económico. Todavia, o baixo nível de competitividade internacional dos

bens industriais de produção interna juntamente com mercados limitados como eram os da América Latina levaram à exaustão do primeiro estágio deste processo, resultando em subutilização da capacidade produtiva.

A integração regional seria um modo de conseguir um mercado suficientemente grande para satisfazer economias de escala, o que por sua vez permitiria aprofundar a substituição de importações. Assim, as indústrias poderiam produzir em pleno emprego, baixando custos, aumentando a produção e tornando-se internacionalmente competitivas; para evitar fragmentações e duplicações, pela especialização, os países complementar-se-iam na produção industrial; tratamentos preferenciais seriam concedidos dependendo do nível de desenvolvimento.

Na sequência destas ideias surge em 1960 a ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO (ALALC), composta por: Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Em vez de integração procura-se a expansão do comércio pela formação de uma zona de comércio livre.

As principais limitações surgem com as grandes diferenças no nível de desenvolvimento económico dos países membros, com a falta de vontade política dos governos no sentido de uma integração mais profunda

(governos extremamente vulneráveis às pressões de grupos económicos que receavam a competitividade de importações) e na falta de mecanismos que evitassem desequilíbrios no comércio bilateral.

Em 1960 surge também o Mercado Comum da América Central, dentro do espírito de integração da época formado pela Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua.

Em 1969 surgem esforços de integração sub regional de concepção mais estreita como o Pacto Andino e o Mercado Comum das Caraíbas em 1973.

Por exemplo, o PACTO ANDINO (Bolívia, Chile - que abandona em 1976 -, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela) pretendia, num prazo de dez anos, promover o desenvolvimento equilibrado através da integração económica, programar o desenvolvimento industrial conjunto, coordenar os planos de desenvolvimento, harmonizar políticas económicas e sociais, estabelecer um regime comum e regular e dirigir o investimento estrangeiro, concedendo tratamento preferencial à Bolívia e ao Equador dado serem países menos avançados. Para tal contava com programas sectoriais de desenvolvimento industrial, de racionalização industrial e de liberalização do comércio, direccionando o investimento estrangeiro para determinadas indústrias e locais, tendo lugar tratamentos preferenciais entre os países membros e dando ênfase ao uso de entidades supranacionais para implementar o acordo.

Assim, em sua substituição surgiu em 1980 a ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALADI) que procurava estimular esquemas de trocas ou integração bilateral ou multilateral, criando-se ao seu abrigo uma zona de preferências comerciais por meio de acordos de alcance parcial.

É neste quadro que surge, em 1986, o PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO ARGENTINA-BRASIL (PICAB).

2.1.1 As Relações Argentina Brasil

A criação do MERCOSUL surge como resultado dos esforços de integração iniciados pela Argentina e pelo Brasil em 1985.

As relações entre estes dois países no período anterior a 1985, caracterizavam-se como sendo de rivalidade relativamente a uma hegemonia sobre os outros países da região.(Anexo I)

A mudança nas relações bilaterais têm início com novas administrações civis - que datam de 1983 na Argentina e 1985 no Brasil.

O processo de integração significa em termos políticos um modo de reforçar a consolidação da democracia e um marco histórico nas relações rivais destes dois países e em termos económicos a união potencial de dois dos maiores mercados Sul Americanos. Surge como meio de atingir objectivos de diminuição de dependência das flutuações do mercado internacional, impulsionamento do crescimento económico e estabilização do comércio bilateral, passando pelo incremento das relações bilaterais, pela complementaridade industrial e pela cooperação tecnológica. Os modelos de substituição de importações adoptadas por volta de 1930 e as ditaduras militares tiveram consequências prejudiciais no crescimento de longo prazo.

A ACTA DE IGUAÇU, de 30 de Novembro de 1985 dá início à política recíproca de aproximação, declarando a forte vontade política de acelerar o processo de integração bilateral, em harmonia com os esforços regionais de cooperação e desenvolvimento.

As reacções podem-se descrever como sendo de entusiasmo dos empresários argentinos, - apesar dos custos de ajustamento que significava o temor de reforçar as assimetrias - e de cepticismo no Brasil - o mercado argentino apresentava-se como relativamente pequeno e demasiado instável, oferecendo aos mercados dos EUA e europeu melhores perspectivas por um lado e, por outro, as empresas voltadas para o mercado interno receiam a diminuição das suas quotas de mercado.

O PACTO DE INTEGRAÇÃO ARGENTINA-BRASIL (PICAB) é assinado a 30 de Junho de 1986, de acordo com as linhas mestras da ALADI, constituindo-se em 12 protocolos (**Anexo II**).

Em 1987 surgem novos acordos, relativos a assuntos culturais e à administração pública e ainda ao anúncio da criação do "gaúcho". O "gaúcho" pretende funcionar como moeda de troca, de modo a isolar o comércio Argentina-Brasil de flutuações nas taxas de câmbio, compensando a frequente carência de divisas podendo funcionar também como meio de pagamento nas relações com terceiros países comuns. Seriam emitidos 200 milhões de dólares de gaúchos, contribuindo para o crédito bilateral de 400 milhões de dólares criados pelos acordos de 86.

As primeiras negociações surgem em conjunturas macroeconómicas favoráveis para o Brasil e para a Argentina, de implantação de planos de estabilização - plano Cruzado e plano Austral - que permitiram um controlo temporário da inflação¹.

No Brasil o sucesso inicial da descida da inflação permite um aumento do poder de compra e da procura brasileira de bens argentinos.

¹ A variação da inflação segundo o INPC variou em 1985-239% para 58.6% em 1986. Fonte: Brasil -Programa Económico

O comércio bilateral aumenta em cerca de 25% entre 1985 e 1986, tendências favoráveis estas que explicam os alvos ambiciosos e o optimismo.

Em fins de 86 verifica-se um sobreaquecimento da economia brasileira dando-se início a políticas de diminuição das importações e aumento das exportações de maneira a equilibrar o deficit de contas correntes. Tal significa resistência à aplicação de clausulas de tratamento preferencial, prejudicando a Argentina.

Em 1989 O TRATADO DE INTEGRAÇÃO, COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO pretende criar um mercado comum num período de 10 anos num processo de dois estágios. Primeiro a eliminação gradual de todas as barreiras tarifárias e não tarifárias seguida da harmonização de políticas comerciais, financeiras e outras necessárias para a materialização do mercado comum.

Sendo as previsões, no mínimo vagas, não sendo especificada qualquer agenda, o Tratado é visto com cepticismo nos dois países.

A década de 80 pode-se dizer que foi um período em que a América Latina perdeu terreno face por exemplo à Ásia.

As razões para este estado prenderam-se com a política de substituição de importações, como visto no início deste capítulo, onde os governos, criaram as suas próprias

indústrias do aço, cimento papel e automóveis, aliada uma situação de protecção tarifária, subsídios do estado e isenções fiscais para se isolar da concorrência internacional. Como resultado os produtos tornaram-se menos atractivos no exterior, portanto, desencorajou-se os industriais a voltarem-se para os mercados externos e estimular a economia através do crescimento baseado nas exportações alias como aconteceu na Ásia.

Por outro lado o crescimento financeiro foi acompanhado de políticas financeiras pouco firmes e uma confiança crescente nos empréstimos externos . Os governos orientavam as suas maiores despesas para a construção de escolas, empresas do estado e forças armadas sobredimensionadas. Consequentemente como o financiamento era feito por recurso ao crédito estrangeiro, a quota do PNB na despesa publica elevou-se muito, a inflação aumentou e depois disparou pela indexação nos salários.

Enquanto a Europa se fortalecia através da adesão de Portugal, Espanha e Grécia a América Latina possuía uma economia que urgia mudar todavia o futuro da região apesar de estar nas suas mãos vai ser influenciada pelos EUA. De certa maneira o relacionamento que existia entre os EUA e a América Latina é semelhante ao que existe entre o Japão e os novos países da Ásia Oriental que são muito dependentes quer do seu mercado quer como fonte de capital.

Crescimento do endividamento de alguns países da América Latina

	Divida Externa total (bil Dól)			Dívida Pública (% do PIB)		
	1977	1982	1987	1977	1982	1987
Argentina	8.1	32.4	53.9	10	31	62
Brasil	28.3	68.7	109.4	13	20	29
Chile	4.9	8.5	18.7		28	23
89						
México	26.6	78	93.7		25	32
59						
Venezuela	9.8	27	29	10	16	52

Fonte : CEPAL

Em 1990, os presidentes da Argentina e do Brasil assinam a ACTA DE BUENOS AIRES numa decisão de acelerar o processo de integração, tendo como objectivo o Mercado Comum como data 1994.

Esta decisão é estimulada pelos resultados observados na evolução das relações comerciais em 89: apesar das crises macroeconómicas o comércio entre os dois países sofre um incremento de 17%, apresentando a Argentina um

superávit de 400 milhões USD. A explicação destes resultados encontra-se na nova política de comércio externo brasileira que, procurando estimular a competitividade industrial do país, apresenta um proteccionismo decrescente por um lado, e por outro à situação cambial favorável para a Argentina e à sua tentativa de lutar contra a recessão económica pelo aumento das exportações.

Neste longo período de tempo pode-se dizer que em termos dos resultados alcançados a projecção do programa de integração é quase inexistente; enfrentou-se com vários problemas graves e de difícil solução:

- problemas estruturais -

devido às discrepância entre os custos de trabalho argentino e brasileiro (o trabalho não qualificado é mais barato no Brasil e o qualificado mais barato na Argentina) e de a legislação do trabalho ser menos flexível na Argentina do que no Brasil acontece que, de uma maneira geral, os bens brasileiros são mais competitivos do que os correspondentes argentinos, quer no comércio bilateral quer no internacional; para além disso, a estrutura tarifária brasileira é mais pesada do que a argentina; existem ainda disparidades nos custos de produção e produtividade de: Bens de capital, matérias primas, energia eléctrica e combustíveis, transportes e capital, ocupando geralmente o Brasil uma posição mais forte; há também a questão da dívida externa que tem forçado os países a políticas de estabilização, reduzindo importações e a tentarem aumentar

as exportações fora da região por forma a conseguir divisas fortes para o serviço da dívida.

- problemas financeiros -

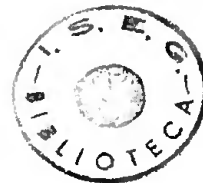
o peso da dívida externa coincidindo com os problemas do seu serviço, a limitação do financiamento externo e (portanto) a baixa formação de capital, por um lado e por outro a falta de harmonização necessária das taxas de câmbio que assim são fortemente afectadas pelas altas taxas de inflação afectando o comércio entre os dois países, sendo de ter em conta as abordagens unilaterais que estes problemas tiveram depois de terem falhado os planos Austral e Cruzado;

- problemas administrativos -

quer de tipo burocrático, quer principalmente devido às práticas fortemente proteccionistas adoptadas em ambos os países e fortemente influenciadas por grupos de pressão, quer originados pelo facto de as receitas aduaneiras em questão representarem parte significativa das receitas do governo;

- problemas políticos -

as recessões económicas originaram oposições internas tais que se deu um declínio das iniciativas presidenciais de Alfonsín e Sarney; de qualquer modo sendo o assunto confinado aos presidentes e seus conselheiros técnicos, os sectores económicos afectados pelos protocolos são deixados numa posição passiva.



No entanto, as administrações Menen e Collor optaram, por dar continuidade e reforçar os esforços de integração, sendo inclusivamente o projecto alargado ao Uruguai e ao Paraguai. Na sequência do processo descrito neste ponto foi criado o Mercosul. Podendo-se advogar que em casos pontuais que a iniciativa teve alguns resultados directos ou indirectos, as motivações parecem próximas de uma certa fé , resultante da conjuntura internacional e de opções .

2.2 TRATADO DE ASSUNÇÃO

A 26 de Março de 1991, quatro países da América Latina (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) assinaram o Tratado de Assunção, (Anexo III) com vista a constituir o Mercado Comum em 31 de Dezembro de 1994: MERCOSUL (Mercado do Sul).

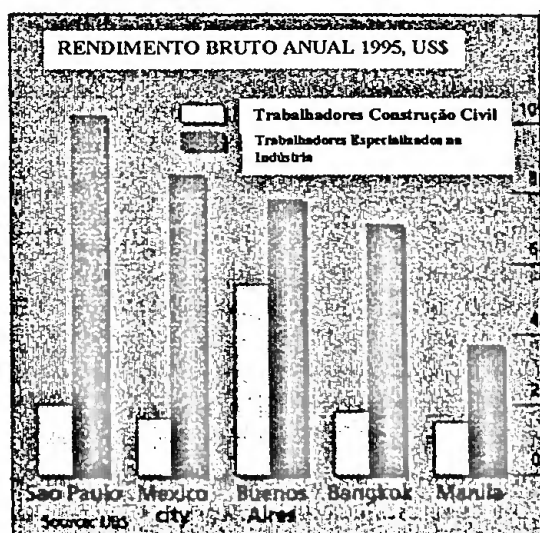
Este novo bloco proporciona oportunidades e desafios, tais como o aumento da produtividade nas empresas, libertando mais recursos que podem ser aplicados com maior justiça social e investimentos em educação. Os governos também terão que coordenar políticas macroeconómicas e cambiais, harmonizar restrições não-tarifárias, criar condições propícias para facilitar o acesso dos investimentos ao mercado comum e investir em programas educacionais.

Depois da abertura comercial a partir de 1990 as empresas e o governo brasileiro dedicaram-se com empenho a programas de qualidade e produtividade, cerca de quinhentas companhias já detêm o certificado ISO 9000, enquanto no país vizinho Argentina não existem mais do que quinze com essa credencial para concorrer em mercados competitivos e tecnologicamente

sofisticados. Portanto, se o empresário argentino deseja estar de forma permanente e crescente no mercado brasileiro, terá de levar a cabo uma tarefa baseada na competitividade, intra e extra zona.

O problema da migração de mão-de-obra é também um esforço que se deve fazer no MERCOSUL, porque quando chegar à última etapa da integração (formação de um mercado comum), como está previsto no Tratado de Assunção, vai ter que se conciliar as quatro liberdades: para bens, capital, serviços e mão-de-obra. Além de desafios e oportunidades, o MERCOSUL defronta-se com ameaças, como o terrorismo e o narcotráfico, que se somam às migrações clandestinas e ilegais, problema que é mais desafiador para a Argentina -em consequência do plano de estabilização económica, a Argentina tem atraído bolivianos, paraguaios e peruanos em busca de melhor remuneração naquele mercado de trabalho.

GRÁFICO Nº 1



Com um comércio exterior de US\$ 75 bilhões em 1994, PIB de US\$ 456 bilhões o Brasil é a grande praça econômica do MERCOSUL. Em termos proporcionais, os outros sócios, com 41 milhões de pessoas, ganham mais com a abertura do mercado brasileiro, mas os dados brutos escondem diferenças embutidas no nível de distribuição de renda e de padrões de consumo. A renda per capita do Brasil é de apenas US\$ 3 mil, enquanto a da Argentina é de US\$ 7,6 mil e a do Uruguai de US\$ 4,1 mil (Maria Helena Tachinardi 1995).

Para o Brasil, o MERCOSUL é um espaço que cresce em importância. Em 1993, as exportações brasileiras para Argentina, Uruguai e Paraguai representaram 14% do total vendido ao exterior, enquanto em 1990 elas participavam desse mercado com apenas 4,2%. As importações provenientes dos três sócios significaram 12,4% das compras totais do Brasil, em relação a 6% no início da década. A maior parte dos produtos exportados para o MERCOSUL é de produtos industrializados, ao contrário do que ocorre nas vendas para países da Europa, importadora principalmente de produtos primários. (Anexo IV)

O MERCOSUL é um trampolim para o Brasil aumentar seu comércio com a América do sul, porque o processo de integração caminha para uma

área de livre comércio com os demais países da região na próxima década.
(Anexo V)

Por suas características (de país industrializado e de global trader), o Brasil tem uma inserção regional necessária e importante, mas não tem uma política unidimensional, pois abriu-se para a África, com a aproximação da comunidade dos países de língua portuguesa, consolidou a Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul e começou a negociar com os outros parceiros do MERCOSUL uma zona de livre comércio com a União Europeia (UE). O Brasil teve também um papel de destaque na aproximação com a Austrália e a Nova Zelândia e com a nova comunidade dos países do Sul da África (SADC). Encerrou os contenciosos com os Estados Unidos e renovou um acordo que estava emperrado na área de cooperação científica e tecnológica com Washington. Conseguiu, assim, eliminar os problemas que advinham de desconfiança pelo facto de não ser membro de alguns acordos internacionais na área de desarmamento e proliferação. O Brasil desobstruiu canais de cooperação tecnológica e com isso ganhou crédito para maior actuação na política internacional.

O MERCOSUL, tem desafios complexos pela frente, sobretudo quando se trata de resolver o dilema social. Há problemas de desemprego , meio ambiente, propriedade intelectual, de segurança, de infra-estrutura e de

coordenação macroeconómica, desafios que, entre outros, se apresentam simultaneamente à necessidade de o MERCOSUL avançar em suas relações internacionais para formar uma zona hemisférica de livre comércio e negociar uma área semelhante com a União Europeia (UE).

O esforço de integração do MERCOSUL também vai em direcção aos países-membros da Associação Latino-americana de Integração (ALADI), o MERCOSUL deverá partir para a formação de uma Área de Livre Comércio Sul-americana (ALESA), englobando possivelmente o México, que pertence ao NAFTA. (AnexoVI)

A posição do MERCOSUL é desafiadora, mas ao mesmo tempo repleta de oportunidades em todos os campos. Não seria demasiado afirmar que a comunidade mundial está interessada nos destinos do MERCOSUL; principalmente com as oportunidades que se abrem nesse novo mercado comum.

Os EUA elegeram o MERCOSUL como seu principal interlocutor para formar a Área de Livre Comercio Americana (ALCA). Com as negociações, com o NAFTA e com a UE, espera-se dos países-membros do MERCOSUL o necessário de suas máquinas administrativas com a finalidade de aplicar as

novas normas emanadas do Uruguai Round do GATT, que passarão a reger as transacções do comércio internacional.

3.FUNDAMENTOS DA ESTRATÉGIA BRASILEIRA

3.1 Factores sócio- culturais

3.1.1 A formação geopolítica do Brasil

O território político brasileiro nasceu da consequência dos interesses de Portugal no Oriente, face ao desejo primordial de manter na sua órbita os oceanos Atlântico e Índico, facto que é perfeitamente compreensível se se analisar no mapa as imposições do Tratado de Tordesilhas (1494).

MAPA 1

ORIGINAL



Embora a linha acordada, que era de pólo a pólo, dividisse a Terra em duas partes iguais, as massas líquidas ficaram desigualmente repartidas, já que o Atlântico e o Índico ficavam sob o domínio de Portugal e apenas o Pacífico no de Espanha.

Portugal tinha por objectivo colocar na sua zona de interesse um território na América, que dominasse o estrangulamento do Atlântico, na zona em que a América mais se aproxima da África, e onde Portugal já se tinha estabelecido antes de Tordesilhas. Caberia a Pedro Álvares Cabral, em 1500, oficializar uma faixa marítima de 2.800.000 Km, no Continente Americano. Tordesilhas formou assim o espaço natural da cultura brasileira, que mais tarde se expande para o interior, mantendo sensivelmente o litoral tal como hoje se apresenta.

Tordesilhas ao repartir os litorais do Atlântico e do Pacífico, entregou aos espanhóis a foz do Rio de Prata permitindo-lhes uma expansão na direcção Norte-Sul, enquanto que a foz do Amazonas, entregue aos portugueses, permitiu um maior alargamento do Brasil a Norte. O movimento expansionista de Castela fez-se através de 3 frentes marítimas: a das Caraíbas, numa situação central; a do Pacífico numa situação de expansão a Oeste; e a do Atlântico numa situação Sul. Por sua vez, Portugal mantém-se exclusivamente ligado ao Atlântico. Verifica-se assim que Portugal, estabeleceu na América um único Estado, enquanto que Espanha, como reflexo da sua divisão territorial, deu origem a várias repúblicas.

No século XVII, o território brasileiro cresce para o interior, primeiro devido ao desaparecimento da linha de Tordesilhas, imposta pela junção das duas monarquias ibéricas, e porque os reis Felipe de Espanha demonstraram sempre mentalidade mais continental do que marítima, intensificando as Bandeiras.

Os inimigos europeus da Espanha não conseguindo penetrar em território do Brasil, estabeleceram um tampão anglo franco holandês nas Guianas.

Por decreto régio de Felipe IV as terras ocupadas e conquistadas pelos portugueses foram divididas em dois Estados: o Grão Pará e Maranhão e o do Brasil.

O maior interesse dos espanhóis pela bacia do Rio da Prata permitiu, que após 1640, o Estado do Grão Pará e Maranhão continue dentro da esfera de influência portuguesa. Com o interesse dos ingleses e dos franceses desviados para a América do Norte, a Amazónia é ocupada pelos portugueses, e em 1763 unem-se político-administrativamente o Estado de Grão Pará, Maranhão e o Estado do Brasil.

Quando os portugueses chegaram às costas do Brasil, Portugal tinha uma população que não excedia os 1.800.000 habitantes, efectivos que não possibilitava levar a cabo a conquista, ocupação e exploração das costas orientais e ocidentais da África, da Ásia meridional e do Brasil. Na falta de colonizadores, os portugueses, mantiveram-se no litoral

Nos séculos XVII e XVIII a sobre população da Madeira, dos Açores e de S.Tomé e Príncipe permite a expansão do território brasileiro, com levas de colonos para o Maranhão e Pará e para o extremo sul, em Sta. Catarina e Rio de Janeiro. Assim nasce uma linha geoestratégica de fortes, constituindo um autêntico cinturão defensivo, que se destinava a manter a integridade do Brasil, face à cobiça dos ingleses, franceses e holandeses, desde a Amazónia até ao Rio da Prata. Mas mesmo assim a população portuguesa era manifestamente insuficiente para levar a cabo uma tarefa de tão grande envergadura, pelo que

havia necessidade de utilizar de forma inteligente, a colaboração dos colonos, dos índios e de todos quantos pudessem ajudá-los, sem comprometer a posse e domínio da terra e com recurso a escravos, resultante da transferência de negros das costas de África . Foi com base nestes elementos sociais, servindo os interesses da Metrópole sem descuidar os próprios, que foi possível conseguir o desbravamento e conquista do interior brasileiro, por onde os portugueses difundiram a língua, a cultura, a religião

O espírito aventureiro e desbravador, tanto do colonizador como do colono e do mestiço, possibilitam a formação da sociedade brasileira e da sua unidade territorial.

Os diferentes tipos de actividade económica, desenvolvida no período colonial, veio determinar o aparecimento de diversos estágios de desenvolvimento e a localização da população - maior fatia populacional e produtiva do país que ocupou uma faixa litoral de largura não superior a 500 Km, com nítido prejuízo do interior.

A Europa aproveitava o Atlântico Sul como área complementar na sua própria realidade cultural, económica, política e religiosa. Com os seus metais preciosos, produtos que acrescentaram cor e gosto à sua civilização, vendia à Europa os seus produtos baratos e comprava, para estímulo A produção própria, as primeiras mercadorias de massa indispensáveis ao surto industrial que ia nascendo: a prata o ouro o açúcar, o pau brasil, o algodão, o tabaco etc. No meio do Atlântico, a Madeira e as ilhas dos Açores, pontos de descanso e apoios essenciais para a navegação de longo curso. Atlântico Sul Europa: um conjunto de áreas complementares, isto é, entre si justificáveis.

È fácil verificar que a primeira área do Atlântico que se tornou essencial à Europa como via estratégica e de largo significado comercial, além de político,

foi o Atlântico Sul. Foi nessa outra margem do Atlântico que se constituíram os complementos fundamentais ao mercado ocidental, regiões colonizadas e coloniais, remodeladas com os modos europeus ajustados a outros climas. Fornecedoras de produtos essenciais à vida quotidiana europeia, exploradas por gente da mesma proveniência, olhando para os seus modelos, vivendo segundo as mesmas normas.

Enquanto se desenvolviam no século XVI e XVII e se prolongaram pelo século XVIII as relações e a importância do Atlântico Sul, foi muito mais vagarosa a intervenção do Atlântico Norte na vida europeia e no equilíbrio oceânico em geral, ainda que o papel da Nova Inglaterra não tenha sido pouco significativo, sobretudo a partir da segunda metade do século XVII. A área mais expressiva da costa oriental do Atlântico Norte a Nova Inglaterra— crescia segundo um ritmo circunscrito, ainda que mais rápido do que nas outras zonas da costa.

O que, porém, apresentava patentes dificuldades era a fusão das duas áreas Atlânticas Norte e Sul—no ponto de vista da navegação propriamente dita, " A separação Atlântico Sul—Atlântico Norte era uma realidade. O Atlântico Norte ia desenvolver-se, dentro de um certo isolamento, ou digamos assim, como santuário e refúgio das naus que atacavam o Atlântico Sul e a ele se iam habituando. Esta preparação corsária para investir no Atlântico Sul foi um dos meios mais eficazes para fomentar a comunicação regular entre os «dois» atlânticos" (Virgílio de Carvalho 1992). Situação fundamental para que no futuro o Brasil se venha a integrar dentro das linhas estratégicas entre a Atlânticidade do Norte e do Sul.

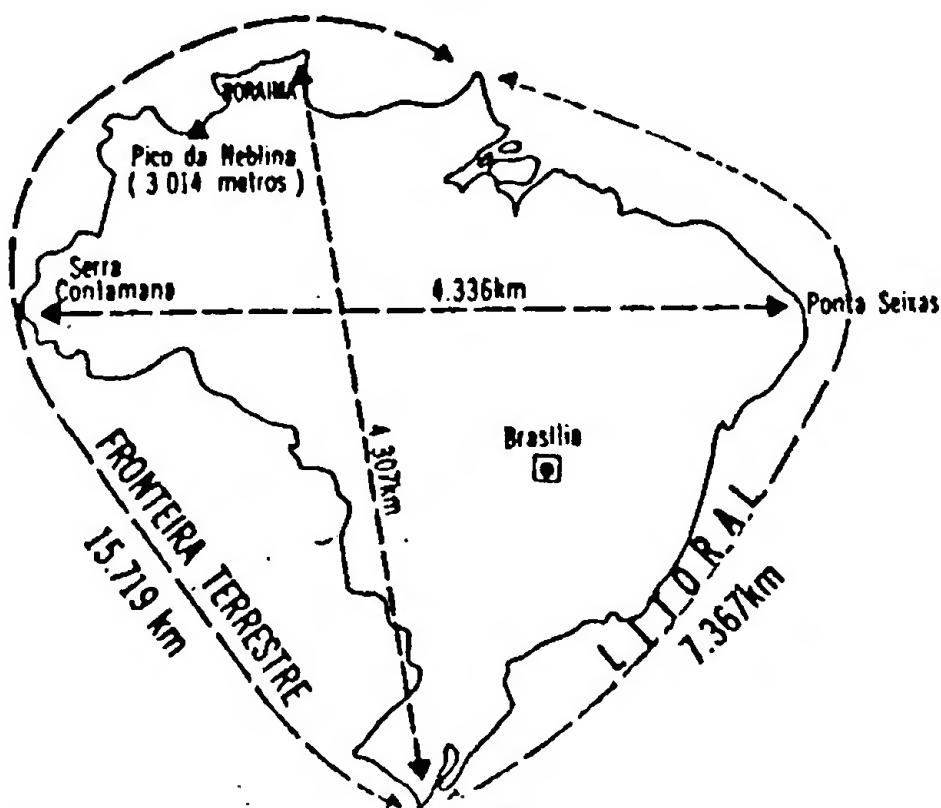
3.1.2 Geografia Física

O Brasil ocupa 48% da América do Sul e 1,6% do planeta, sendo o 5º maior país do mundo a seguir à URSS, China, China, Canada e EUA, o maior do Hemisfério Sul.

O Brasil ocupa no continente sul-americano uma posição centro-oriental, no Atlântico, tem uma "grande" saliência que dão origem a um estrangulamento atlântico NATAL-DAKAR com 3000Km.

A fronteira marítima com 7.367 km representa metade da fronteira terrestre, que se estende por 15.719 km, mostrando que o Brasil é um país mais continental do que marítimo.

MAPA 1
ÁREA DO BRASIL



FONTE: IAEM 1992

O Brasil pode assim considerar-se como um país do tipo misto continental marítimo. Mas se se atender à sua origem e à distribuição da sua população, verifica-se que ele está mais voltado para o mar.

A fronteira terrestre do Brasil confina com 10 países da América do Sul (todos menos o Chile e o Equador) CONFORME MAPA II.

Pode-se desde já observar a importância do Brasil no Atlântico Sul, dado possuir a maior costa da área. Situado relativamente próximo da África, e na zona de passagem obrigatória para os restantes países da América do Sul, recebe a vizinhança de vinte repúblicas situadas na costa ocidental africana. Através do Atlântico, comunicando com o Pacífico e com o Índico, o Brasil articula-se directamente com mais de 50 países da América, Europa e África.

O relevo apresenta-se pouco agressivo, predominando as terras entre 201 a 1.200 metros de altitude, dando origem ao "Planalto Brasileiro". Apesar da pouca agressividade, o relevo teve um papel limitador do desenvolvimento do interior, em especial a Serra do Mar, que se estende do Rio de Janeiro até ao Rio Grande do Sul.

O Brasil domina a montante a foz e as quedas de água nas bacias do Amazonas e do Prata logo levando a concluir que influencia os países andinos, bem como a Bolívia e o Paraguai. Verifica-se ainda que o porto do Rio Grande tem maior calado do que o de Buenos Aires, o Brasil afasta a Argentina das rotas internacionais do comércio, anulando a convergências dos rios que formam a bacia do Rio da Prata.



ENCARTA 97
WORLD ATLAS

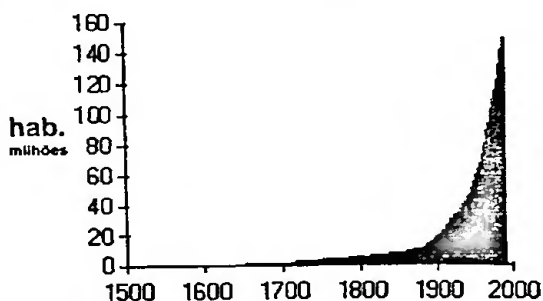
Brazil
South America

3.1.3 Factor Humano

GRÁFICO Nº 2



POPULAÇÃO BRASILEIRA



O Brasil, com cerca de 162 milhões de habitantes¹, ocupa o sétimo lugar entre os países mais populosos, prevendo-se que no ano 2000 atinja um valor próximo dos 200 milhões de habitantes, o que significa que há uma grande força de trabalho disponível e um bom mercado potencial.

A população activa estimada entre 25 e 30 milhões. O brasileiro é uma mistura de três raças, o português, o Índio e o escravo negro da costa africana. A tradicional brandura dos colonizadores portugueses contribuiu para que as três raças se miscigenassem, dando origem ao mulato".

O Brasil é um país de população jovem, o que levanta problemas quanto à alfabetização, sabendo-se que 30% de analfabetos têm idade superior a 15 anos.

A par da alfabetização, a falta de mão-de-obra especializada, em número insuficiente para o desenvolvimento do país, atrasando o seu progresso e concomitantemente, não permite a criação de novos postos de trabalho que absorvam o elevado número de desempregados existentes.

¹ Dados referentes a 1996 e extraídos do Seminário de integração TELEBRÁS AIECEP -Campinas S. Paulo

3.2 FACTOR POLÍTICO- ESTRATÉGICO

3.2.1 Quadro estratégico

Nos últimos anos, pelo menos, houve duas mudanças no perfil de segurança do Brasil primeiro até ao início da chamada Nova Ordem Mundial-1990. E da nova ordem para a frente. Irá tentar-se agrupar alguns aspectos que parecem mais relevantes até à nova Ordem porque após a nova ordem a concepção estratégica alterou-se completamente, assim em resumo, o mais relevante para a presente análise:

1. O Brasil tornou-se a oitava economia do mundo¹ o que traz algumas obrigações de segurança que somente alguns países podem possuir.
2. O Brasil nos anos 80 era o maior devedor do mundo. Por isso fixou como objectivo estratégico a ampliação de resultados superavitários do comércio para o pagamento da dívida e para o financiamento de projectos de desenvolvimento.
3. O Brasil decidiu estrategicamente afastar-se do conflito Leste-Oeste e das alianças que este envolvimento significava. E tomou tal decisão por entender que o alinhamento estreito com os Estados Unidos, fosse no plano militar, fosse no plano das relações económicas, era de tal forma restritivo que frustraria o projecto brasileiro de se tornar uma potência média.

¹ Referência feita pelo Dr. Roberto Moreno, Prof. da Universidade Lusófona

4. O Brasil decidiu criar uma razoável indústria de material bélico depois que constatou que:(Vergilio Carvalho 1992)

a) Tendo problemas cambiais o dinheiro que saia do país sob a forma de pagamento de armas dificilmente voltaria sob a forma de compensações comerciais, nas relações com o mercado europeu ou norte -americano

b) O fornecimento de armas e suprimentos não é confiável em momentos de crise, se o país não está firme e automaticamente alinhado à potência hegemônica

c) Tem tecnologia nacional, ou sob controle nacional, para fabricar o material de que necessita, e esta tecnologia é suficiente para interessar terceiros países, que sustentarão de facto a indústria bélica. Não se fazem armas para um único cenário, como é o caso dos países da NATO, e isso torna os produtos aceitáveis por países de quase todas as regiões do mundo.

5. O Brasil decidiu tornar-se uma potência regional, tomou as iniciativas de se aproximar da Argentina.

Estes pontos pretendem referenciar que o Brasil realmente pretende é o:

a) do controle do ciclo do combustível nuclear;

b) da decisão política, de construir submarinos de ataque de propulsão nuclear;

c) da ultimação dos testes da família de foguetes Sonda, que poderá colocar, inclusive, satélites brasileiras, em órbita.



Considerou-se, no início deste capítulo, que houve uma mudança no perfil de segurança do Brasil. Tal afirmação suscita, de imediato, duas questões. A primeira é: porque o Brasil alterou seu formato de segurança? A segunda é: quais as consequências destas alterações para o Brasil?

Ambas as respostas são óbvias, a percepção de ameaça mudou.

Para alguns estrategas, o Brasil mudou a sua própria percepção de ameaça porque deixou de temer a Argentina, estabelecendo novos vínculos de cooperação. deixando de ser indiferente aos vizinhos da fronteira norte, de quem aparentemente parecia isolado por rios e florestas antes intransponíveis.

"...Se o Brasil planeia construir submarinos nucleares e mísseis de alcance médio é porque a sua postura se está a alterar. Primeiro, porque, passa a ser de defesa avançada (e só assim se justificaria o submarino nuclear e os mísseis); segundo, quanto à origem da ameaça, que passa a ser presumida; terceiro, quanto à sua natureza..." (Pimentel Brandão 1990).

A mudança da percepção de ameaça, não se deu sem consequências, porque foi a partir da instalação da indústria bélica no Brasil, que passou a ser percebido de forma diferente pois a política de vendas e transferência de armas obedece a critérios de mercado, que contrariam os critérios regidos por princípios de política externa seguidos, por exemplo, pelos Estados Unidos e por alguns países da NATO ou da Comunidade Europeia.

"As motivações brasileiras encontram-se na formação de excedentes cambiais, antes de mais nada, ao passo que as motivações de outros países encontram justificativas ditas mais «nobres», ligadas à defesa dos interesses

do Ocidente, por exemplo. Assim foi que os Estados Unidos criticaram duramente o Brasil, por fornecer armas ao Iraque, mas não a França, que vendeu dez vezes mais que o Brasil para o mesmo cliente, no mesmo período" (Diogo Figueiredo ,1994).

Sendo assim o Brasil com a indústria bélica, passou a ser visto, em vários centros de decisão política, como um risco de segurança. Veja-se a construção de submarinos nucleares, fora do controle da Agência Internacional de Energia Atômica, e, para piorar, a tecnologia de foguetes que podem ser usados como vectores de artefactos nucleares.

Parece portanto que o Brasil pretendeu atingir capacidade de defesa avançada através do poder real de dissuasão para qualquer ameaça oriunda de potência média ou mesmo de super potência.

É por isso que muitos pensadores Brasileiros defendem que o Brasil só poderá adquirir capacidade militar e estratégica se houver uma América Latina politicamente estável para que o Brasil se torne o interlocutor forte da região.

O primeiro traço da política brasileira durante o período da guerra fria foi o afastamento do conflito Leste-Oeste.

Esta política teve sua origem em 1977, quando o governo Geisel rompeu os acordos de assistência militar que o Brasil mantinha com os Estados Unidos, após um contencioso que envolveu a recusa norte-americana em fornecer equipamento moderno, as pressões para a denúncia do Acordo Nuclear Brasil - Alemanha e a política de direitos humanos da administração

Carter, que submetia o Brasil ao julgamento ético do Congresso americano. Estes acontecimentos levaram o Brasil a procurar a sua própria posição dentro do quadro do conflito global, uma vez que até então era pouco mais que um apêndice estratégico e militar dos Estados Unidos. Com Geisel, o Brasil desvinculou-se da aliança com os Estados Unidos, mas nem por isso perdeu contacto com os motivos ideológicos que subsistem na raiz daquele conflito.

Do ponto de vista político, o alheamento do conflito Leste-Oeste foi uma maneira de o Brasil afirmar o seu status de potência média. Do ponto de vista militar, nada mais é do que o reconhecimento de que o Brasil não tem poder para participar num conflito global e que, portanto, é mais sábio manter-se afastado de eventuais confrontos. Do ponto de vista económico e tecnológico, entretanto, esta posição é fraca, pois submete o país ao tratamento que os Estados Unidos reservam àqueles países que não estão entre seus aliados.

As palavras cooperação e integração sempre fizeram parte da retórica das políticas externas dos países latino-americanos. Raramente, contudo, traduziram-se em acções concretas. Entretanto, estas duas palavras presidem às relações Brasil-Argentina, desde que os presidentes Raul Alfonsín e José Sarney em Novembro de 1988 decidiram assinar protocolos com vista à unidade de propósitos e caminhos para várias actividades.

Cooperação e integração exigem a preexistência de algumas condições objectivas. Os presidentes da Argentina e do Brasil transformaram em oportunidade propícia para aprofundar os vínculos entre os dois países o facto de ambos estarem a sair de experiências políticas internas traumáticas, em primeiro lugar: e em segundo o facto de ambos terem os seus projectos nacionais de grandeza adiados por acontecimentos externos: os argentinos

pela guerra das Malvinas e os brasileiros pela crise da dívida externa (década de 80).

O êxito da aproximação Brasil-Argentina poderá ter sido devido à identificação e exploração de cada um dos pontos concretos das relações que permitam um tratamento cooperativo e concertado, em mútuo benefício.

"Essas economias apresentam alguns pontos de contacto que estão sendo bem explorados, após o impulso inicial dado pelos dois governos. Ademais, o processo de cooperação significa uma notável distensão política entre dois vizinhos que têm sido rivais desde os tempos coloniais." (Diogo de Figueiredo 1994).

Do ponto de vista militar, esta distensão é importante por que libera a atenção do Brasil para outros sectores de sua extensa fronteira, hoje muito sensíveis e importantes para o país.

Com um clima cooperativo no Sul o Brasil poderá voltar-se para o Oeste, senão vejamos:

A Bolívia assustava os seus vizinhos pela situação de liquefacção em que se encontrava a estrutura do Estado que chegou a ser dominada e chefiada por produtores e traficantes de drogas. Entretanto, aquele país atravessa um período de estabilidade política e económica.

No Peru e na Colômbia, a guerrilha e o narcotráfico, cada um com seus interesses específicos e seus métodos próprios de acção, golpeiam as instituições, incapazes de conter e derrotar a subversão e o crime organizado.

3.2.2 O BRASIL E AS SUAS ÁREAS ESTRATÉGICAS

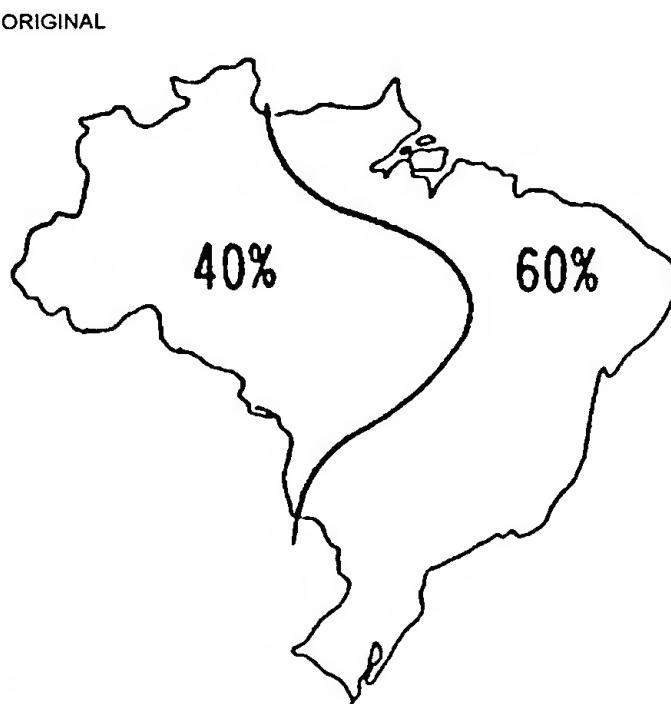
3.2.2.1. O Atlântico

De uma análise do território brasileiro podem verificar-se duas regiões distintas: uma "marítima" e outra "continental"¹:

MAPA Nº 3

MARITIMIDADE E CONTINENTALIDADE

De Leste para Oeste a população vai-se rarefazendo, com a consequente diminuição das actividades económicas. podemos dizer que o Brasil herdou, e continua a ser, um país voltado para o Atlântico. No entanto, e pela sua posição no continente sul-americano, o Brasil tem direcções



¹ Percentagens sugeridas por Dr Roberto Moreno, Prf. Uni. Lusófona

O Brasil tem milhares de quilômetros de fronteiras com estes dois países. Natural, portanto, que as preocupações de segurança se voltem para aqueles processos de violência, que são de índole a ignorar fronteiras nacionais. O Sendero Luminoso, do Peru, tem seu habitat no altiplano andino, mas já realizou incursões pela floresta amazônica, tudo indicando que tenha passado a fronteira brasileira.

3.2.2 O BRASIL E AS SUAS ÁREAS ESTRATÉGICAS

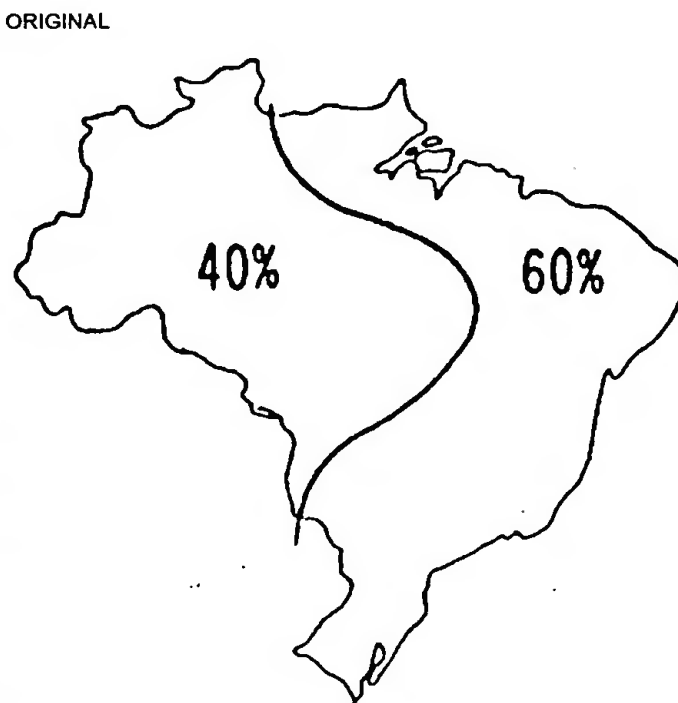
3.2.2.1. O Atlântico

De uma análise do território brasileiro podem verificar-se duas regiões distintas: uma "marítima" e outra "continental" ¹:

MAPA Nº 3

MARITIMIDADE E CONTINENTALIDADE

De Leste para Oeste a população vai-se rarefazendo, com a consequente diminuição das actividades económicas. podemos dizer que o Brasil herdou, e continua a ser, um país voltado para o Atlântico. No entanto, e pela sua posição no continente sul-americano, o Brasil tem direcções



¹ Percentagens sugeridas por Dr Roberto Moreno, Prf. Uni. Lusófona

geopolíticas, de que se destacam:

O Atlântico Sul é uma área geográfica e geoestratégica para a segurança do Brasil, visto que o seu comércio com o exterior depende do tráfego marítimo, como se pode observar pelo mapa II.

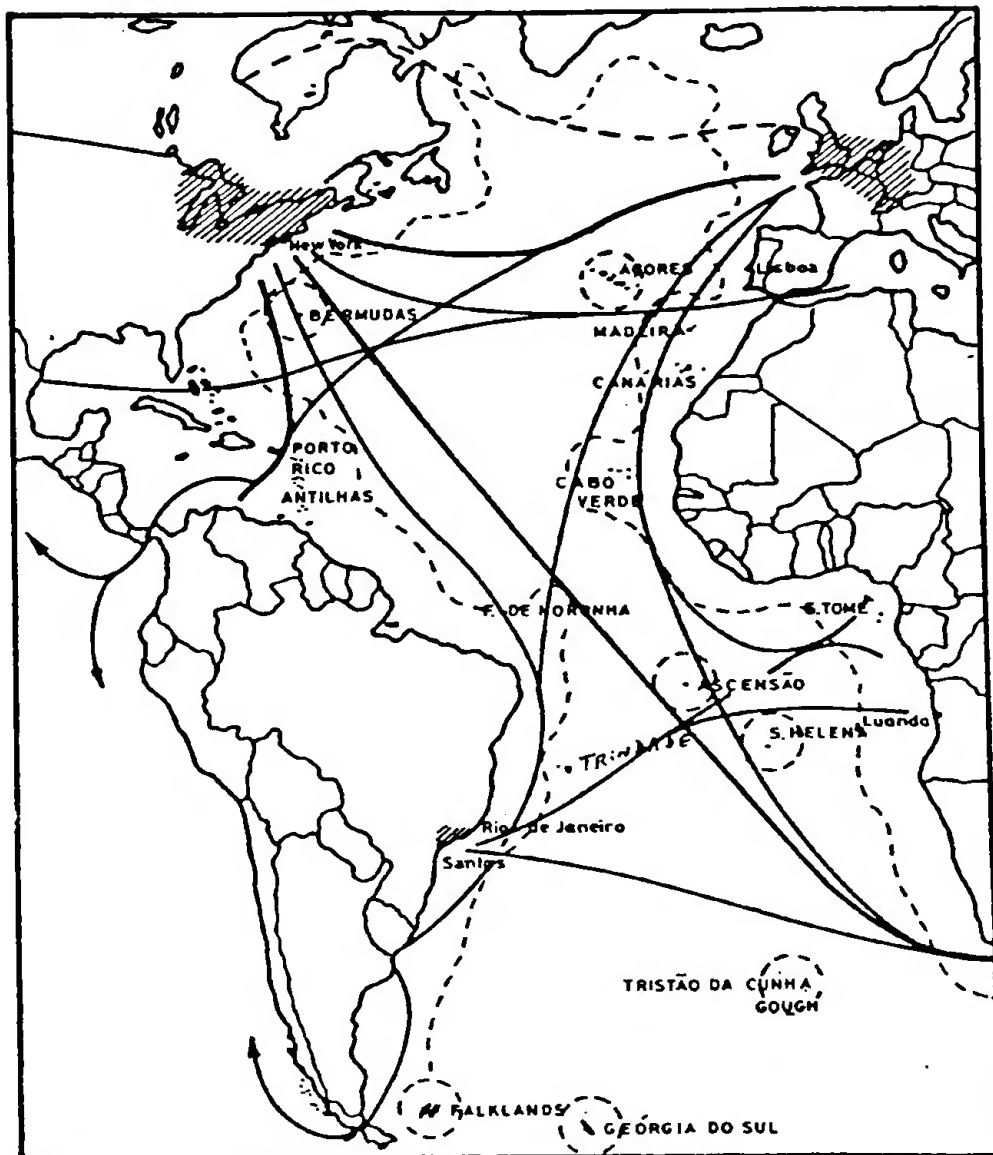
O Atlântico Sul constitui para o continente sul-americano a via natural de circulação com os povos do Atlântico-Norte, com a África Ocidental e, pelo Cabo da Boa Esperança, com a África Oriental e com a Ásia mapa III.

Na sua circulação para Norte ao longo da costa, e antes de se ligar aos portos da costa leste dos EUA e do Canada, o Atlântico entronca com o mar das Caraíbas, ligando-se ao Pacífico através do Canal do Panamá, início do limite Sul da área de influência da NATO.

Pelo mar das Caraíbas passa todo o tráfego dos portos americanos do Golfo do México para os portos da Europa e África e, em caso de conflito, grande parte dos reforços para os países da NATO. Ao continente africano está associada uma das mais importantes rotas mundiais, a que parte da Europa Ocidental e passando pelo arquipélago de Cabo Verde, segue a costa ocidental africana, entroncando com as rotas vindas da América em direcção ao Cabo da Boa Esperança, entrando no Índico para fazer a ligação ao Golfo Pérsico, Indonésia, Austrália e Nova Zelândia. Em caso de conflito no hemisfério norte, ganha especial relevância dada a sua excentricidade.

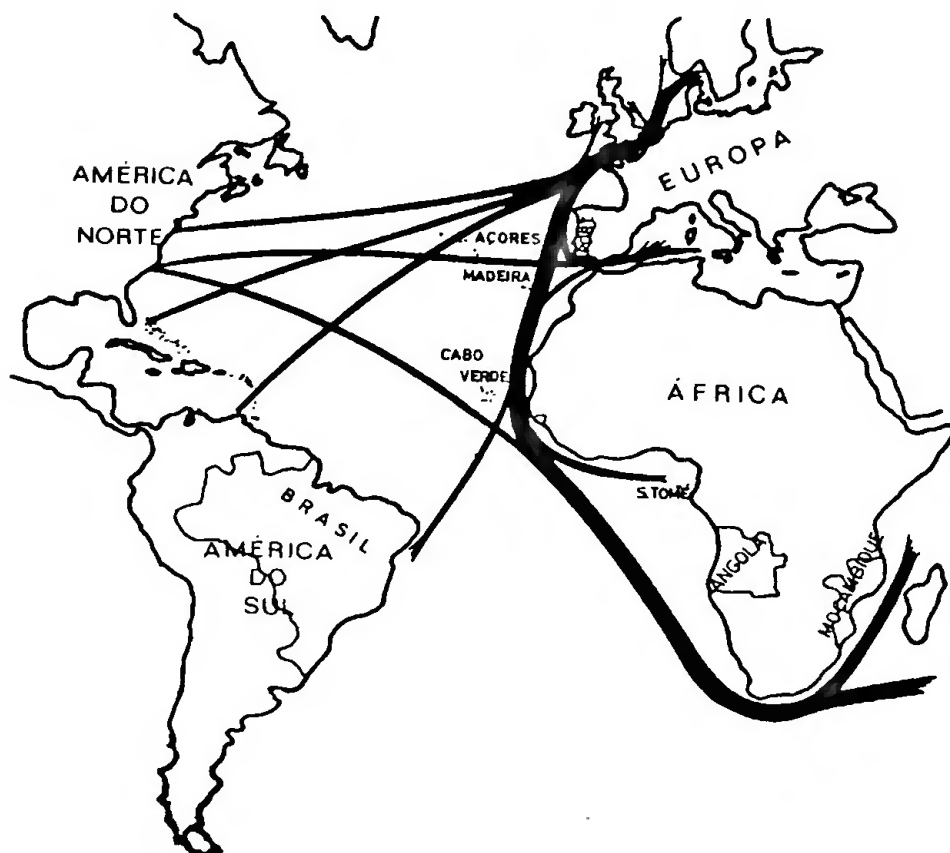
No Atlântico Sul apenas ainda tem especial relevância o estreito de Drake, que estabelece a ligação com o Pacífico, de extrema importância se se

MAPA Nº4
OCEANO COM MAIOR TRÁFEGO



FONTE: IAEM, 1992

MAPA Nº5
LINHAS DE NAVEGAÇÃO NO ATLÂNTICO



FONTE: IAEM, 1992

verificar a impossibilidade de utilização do Canal do Panamá; as ilhas do Atlântico, que em conjunto com as costas constituem zonas de vigilância e controlo da circulação marítima; a Antárctica, confluyente de três oceanos (Pacífico - Atlântico - Indico) controla a circulação nos extremos Sul Americano e Africano.

A costa do Brasil reparte-se pelo Norte e Sul do oceano Atlântico, e o saliente do Nordeste brasileiro coloca-se face a face com o saliente do Noroeste africano. A importância do saliente do Nordeste, conjugada com a posição da ilha de Fernando Noronha, cresce de valor face à costa Oeste de África e das ilhas de Cabo Verde, não só para o Brasil como para todo o bloco ocidental. Com a existência de bases hostis nas costas ocidentais africanas, o Brasil terá a sua posição vulnerável não só a ataques de mísseis balísticos, mas também de forças aéromoveis, face à proximidade de África.

Para que o Brasil possa fazer a defesa da sua extensa costa, a qual tem dificuldades em ser patrulhada por falta de meios, há que estudar as posições estratégicas, a partir das quais ela possa ser executada. Essas posições são as ilhas de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha e Geórgica do Sul, esta pertencente ao grupo das Malvinas/Falkland, todas sob o domínio da Grã-Bretanha. A posição destas ilhas, e mais a de Fernando) Noronha, forma uma linha natural de defesa avançada para o Brasil e para a América do Sul, virada para o Atlântico, a partir do saliente do Nordeste, ate à Antárctica, alem de poderem vir a constituir um sistema de apoio para a projecção de forças como se verificou no conflito Malvinas/Falkland.

3.2.2.2 A América do Norte

Quando se fala em América do Norte ressalta imediatamente a super potência que aí reside - os Estados Unidos - sendo o Canada relegado para um segundo plano apesar da sua riqueza mineral, de ser um país industrializado e grande exportador de matéria prima. No entanto, o relacionamento geopolítico Brasil Canada não é importante.

No período anterior à II Guerra Mundial (II MG) as relações externas dos Estados Unidos concentravam-se em duas frentes a Europa de um lado e o hemisfério ocidental por outro. O relacionamento dos Estados Unidos com o Novo Mundo era geograficamente limitado. Em 1914 abriam o Canal do Panamá, procurando na prática assegurar a estabilidade nas Caraíbas e a poder balancear entre o Pacífico e o Atlântico a sua já poderosa esquadra naval. Apesar dos EUA conservarem a América do Sul à distância, englobada apenas na "Política de Boa Vizinhança", e apesar dos seus interesses maiores se situarem no norte, mantiveram, no entanto, uma relação próxima com o Brasil, com reflexos positivos no desenvolvimento brasileiro.

Com o deflagrar da II GM os EUA tiveram que se empenhar numa estratégia global . Por outro lado, interrompidas as comunicações e as rotas comerciais entre a América do Sul e a Europa, os países sul-americanos tiveram de estreitar os contactos com os Estados Unidos, ao mesmo tempo que este percebeu a importância da América Latina na estratégia dos Aliados, como fonte de matérias primas, em caso de um conflito prolongado.

No final do conflito, o Brasil lançado na sua fase de desenvolvimento, procurou apoio financeiro nos EUA. Mas novamente o eixo Leste-Oeste se

sobrepunha ao eixo Norte-Sul, face à "guerra fria" e a uma Europa devastada, surge o Plano Marshall (1947) o qual procura atrair aquele território para a zona de influência dos EUA.

Também em 1947 nasceu o Tratado inter americano de Assistência Recíproca (TIAR), que tinha como corolário a "política de não intervenção", e foi o precedente para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e outros pactos de defesa mútua, destinados a conter o expansionismo soviético.

Com tudo isto, o Brasil vê falharem-lhe sistematicamente as ajudas financeiras de que tanto necessitava para o seu desenvolvimento, mas manteve-se sempre como aliado incondicional dos EUA.

A partir da década de 50 foram feitos múltiplos acordos económicos entre os países sul-americanos, levando-os a restabelecer as suas ligações económicas com a Europa e o Japão e a desenvolver importantes relacionamentos comerciais com países do Terceiro Mundo.

A NATO resolvia os problemas da América acima do trópico de Câncer, mas deixava o seu flanco sul vulnerável, com uma África em rápido e imaturo processo de descolonização, intensificado desde 1960.

O facto da União Soviética ter acentuado a sua vantagem estratégica em relação aos EUA, procurando de uma forma prática e eficaz, estar presente na costa africana do Atlântico-Sul, faz com que o Brasil se aperceba de que não existe uma visão sul-americana quanto à confrontação Leste-Oeste,

O Brasil apercebeu-se que teria de fazer a protecção quer do flanco norte, quer do flanco sul. Nesse sentido só uma cooperação efectiva entre os EUA e o Canada, por um lado, e a América Latina, por outro, será capaz de manter a segurança nos dois flancos.

O TIAR, que só uma vez tinha sido invocado pelos Estados Unidos, na crise de Cuba em 1962, foi desde a sua assinatura um pólo de união entre todos os estados latino-americanos; com a mudança dos tempos, e em 1982, com a crise de El Salvador, os Estados Unidos já não conseguiram levar os seus aliados a uma acção conjunta. Também em 1982, durante a crise das Malvinas/Falkland, a posição brasileira foi a de reconhecer a soberania nas Malvinas, num empenhamento marcadamente sul-americano.

3.2.2.3 CARAÍBAS

As Caraíbas, sob o ponto de vista geoestratégico ocupam uma posição central em relação ao continente americano e inter-oceânica em relação ao mundo. Sob o ponto de vista geopolítico constitui um meio de ligação terrestre ao mesmo tempo que é um fulcro da comunicação marítima.

O Brasil possui cerca de 3.000 km de costas voltadas para as Caraíbas, se se considerar o Atlântico a partir do "saliente do Nordeste". Verificamos assim que o litoral brasileiro voltado para as Caraíbas apresenta uma fronteira apontada para o Norte. As Caraíbas constituem uma área onde circulam 14% do seu comércio externo, embora a tendência seja para aumentar, já que as relações comerciais com o México, Venezuela e Colômbia tendem a intensificar-se. Também se tem que ter em linha de conta que é através do Canal do Panamá que o Brasil faz comércio com as Nações do Pacto Andino, situadas no Pacífico.

Apesar das orientações políticas/económicas do Brasil terem tendência para privilegiar os seus vizinhos sul-americanos, o governo procura estender a sua influência às Caraíbas. Assim procura intensificar as relações com a Costa Rica e com as ilhas de Trinidad-Tobago, que são exportadoras de petróleo, e com um comportamento político moderado, no mar das Antilhas.

3.2.2.4 A América do Sul

Se se observar o relevo da América do Sul, verifica-se a existência de três planícies - a do Orenoco, a Amazónia e a do Prata- e nestas três bacias hidrográficas que desaguam no Atlântico, levam este continente a voltar-se para este oceano.

Próximo do litoral do Pacífico ergue-se de Norte para Sul a barreira dos Andes, que apresenta passagens que constituem centros de dispersão de águas que correm para a bacia Amazónica, sendo a bacia Amazónica uma sub-região de ligação entre duas áreas de importância geoestratégica no sub continente: as Caraíbas e o planalto Boliviano.

Estas aberturas andinas permitem escoar para o Atlântico, grande parte das riquezas do continente, sobretudo as existentes em vastas áreas geopolíticas neutras que se estendem da Venezuela, passando pela Colômbia, Peru e Equador, chegando à Bolívia.

Se se verificar que as maiores densidades demográficas se concentram nas zonas andinas desde a Colômbia até à Bolívia, incluindo Equador e Peru, podemos concluir que a maior parte dos países sul-americanos ainda se encontram de costas viradas para o Atlântico com excepção do Chile e da Venezuela que dependem respectivamente do Pacífico e do Mar das Caraíbas.

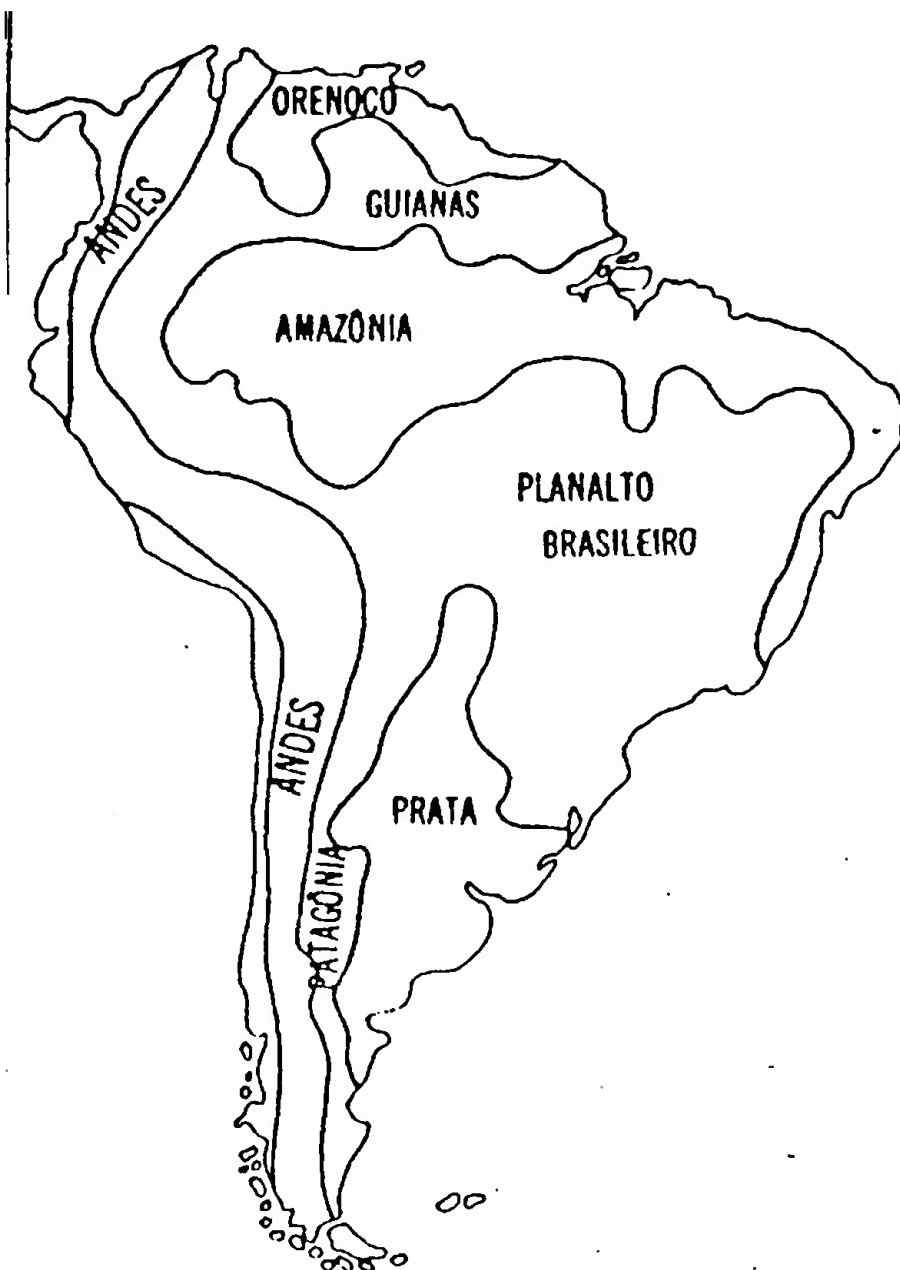
De cariz continental e marítimo, o Brasil recebe dos Andes o fluxo da continentalidade através de duas bacias hidrográficas tributárias do Atlântico - a Amazónica e a Platina.

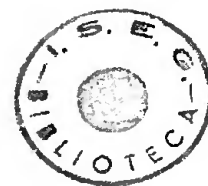
Os doze países da América do Sul poderiam tornar-se auto-suficientes em riquezas energéticas, caso fizessem uma união.

MAPA Nº6

RELEVO

ORIGINAL





E neste quadro geopolítico, quer pela sua área, quer pela sua posição, que o Brasil exerce uma função de múltiplo vector, visto que se envolve com todos os países sul-americanos. E neste mesmo quadro que o Brasil assina com as Guianas, o Peru, a Colômbia, a Venezuela, o Equador e a Bolívia, o Tratado da Bacia Amazónica, em 1980, que se integra no apoio aos novos mecanismos de integração continental (ALADI) e que em 1967 assina a Convenção da Bacia do Prata, por forma a serem abertas vias de ligação Atlântico.

3.2.2.5 AFRICA

A África Atlântica só se transformou numa área importante de comunicação marítima com a descoberta da rota do Cabo da Boa Esperança em 1498.

Até 1970 as relações entre o Brasil e a África eram quase nulas. Na década de 80 a política brasileira procura tornar público o seu interesse pela África Atlântica. Este interesse além de advir dos laços culturais e históricos, estrategicamente o saliente do nordestino e o saliente africano, sugere a possibilidade de Africa ser usada como ponte para um ataque ao Brasil e vice-versa. Portanto o relacionamento com Africa contém um interesse económico e estratégico.

Angola, Gana, Cabo-Verde e Senegal. A tendência é a de incrementar acordos culturais e científicos com os países de expressão portuguesa, em especial os da costa ocidente africana, baseada principalmente na certeza de que esses países podem beneficiar da tecnologia brasileira aplicada às condições tropicais.

O Brasil pode desempenhar um papel importante nas relações Norte-Sul, dissipando as reacções anti ocidentais Afro-Asiáticas, pois sendo uma jovem nação com um passado colonial recente, deve a sua colonização também aos negros, e os descendentes destes que retornaram a África, servem hoje de elo de ligação.

3.2.2.6 . A Europa

O Brasil viu na Europa uma região onde encontraria a tecnologia de ponta de que necessitava para se desenvolver, para além do interesse que esta região representa para as suas forças convencionais.

Neste contexto a República Federal Alemã foi o parceiro mais importante do Brasil. Foi com a RFA que o Brasil fez um acordo nuclear, que lhe permitiu constituir uma central nuclear destinada ao fornecimento de energia, perante as objecções do governo de Washington. Equipas especializadas em mísseis da Alemanha Ocidental trabalharam, em colaboração com o Exército do Brasil, no desenvolvimento e testes de mísseis e foguetes, no Nordeste do Brasil. Considerando este facto, pode-se afirmar que o Brasil está na eminência de possuir a bomba atómica e o respectivo sistema de lançamento?

Muitos Europeus ficarão surpreendidos quando comprarem peças de automóveis encontrarem “Made in Brazil” nelas gravadas. Muitos motores Ford saíram do Brasil e equiparam as fábricas na Alemanha.

As relações com países europeus existem não só por motivos de ordem armamentista mas também por trocas comerciais, com o objectivo de abrir novos mercados e implementar o progresso científico e tecnológico. Esta cooperação só se poderia ter alcançado através de cooperação entre as respectivas indústrias, em áreas quer energéticas quer do sector a agrícola e científico tecnológica. Pretendeu-se a cooperação industrial a fim de incentivar a cooperação entre empresas europeias e “joint ventures”.

Como a América Latina está a braços com inúmeros problemas quer sejam eles de ordem económica quer social, em que a credibilidade dos regimes democratas depende em grande parte da capacidade dos mesmos.

3.2.2.7 A Antártica

A Antártica representa a última porção de terra emersa ainda pouco conhecida e explorada. É um continente que possui aproximadamente 14 milhões de Km² e que segundo os geólogos, tem origem na era do Mesozóico, separando-se da África, Austrália, Índia e América do Sul, possivelmente em consequência de grandes perturbações geofísicas e geológicas ocorridas naquele período.

Pela sua situação geográfica, pela ausência de população e ainda pelo desconhecimento de todos os seus recursos, o continente antártico e as suas águas adjacentes, durante muitos anos tiveram pouca importância estratégica, facilitando um acordo de não-militarização. Apesar disso, a importância estratégica da Antártica nunca chegou a ser totalmente esquecida, pois representa uma base potencial para ataques de mísseis contra os países do sul da América Latina, a África, a Nova Zelândia e a Austrália. Por outro lado, a Antártica, da mesma forma que as ilhas da região, permite exercer o controle das vias marítimas entre os oceanos Pacífico, Atlântico, Índico por países possuidores dos meios logísticos, militares e tecnológicos.

A vulnerabilidade dos canais do Suez e do Panamá, o aparecimento de super navios que não podem utilizar aqueles canais, e a crescente necessidade de materiais estratégicos para a indústria ocidental, tornaram vitais as rotas do Cabo, e as dos estreitos de Drake e de Magalhães. A proximidade do continente antártico dessas rotas, com a perspectiva de utilização de bases nessa região, para controle ou interferência com o tráfego marítimo, faz ressaltar a importância estratégica da região antártica.

Em 23 Janeiro de 1981, o Tratado da Antárctica, de que o Brasil foi signatário, surge para privilegiar a utilização da Antárctica para fins científicos. .

O Brasil tem vindo a incrementar o seu interesse na Antárctica, com motivos de ordem económica, científica, política e de segurança, possibilitados de modificar o seu sistema económico e de projecção como potência regional. O seu posicionamento de equilíbrio e de ponderação diplomática dá-lhe uma posição de árbitro e de certa superioridade, dado ter consciência que os seus interesses se jogam na Antárctica americana, onde se debatem a Inglaterra, o Chile e a Argentina, na reivindicação de áreas para si.

No campo científico, o Brasil tem vindo a incrementar projectos científicos na Antárctica, sendo de realçar os projectos sobre meteorologia, sobre o estudo de biologia marítima de plâncton e de conservação dos recursos vivos marinhos.

Sob o ponto de vista climático, sabe-se que a Antárctica afecta directamente o Brasil, estendendo-se a sua-influência até à Amazónia, podendo-se prever o clima em quase todo o território brasileiro. Com essa informação o Brasil poderá organizar um programa agrário mais eficiente, com repercussões sociais, económicas e eventualmente militares, no campo logístico. Assim, as bases científicas brasileiras, já instaladas na Antárctica poderão tentar um controlo da atmosfera como arma, causando sérios problemas logísticos e operacionais. Uma guerra meteorológica em larga escala poderá igualar-se, em danos, a uma guerra nuclear, prejudicando inclusive as operações aéreas e a navegação marítima.

A Antárctica apresenta recursos vivos de grande importância, com especial realce para o krill, e de entre os não vivos, as jazidas de carvão mineral, ricas em antracite e coque, localizadas perto do Pólo Sul. Algumas pesquisas revelam a presença de outros minerais tais como o amianto, ferro, cobalto, níquel, prata, antimónio e a existência de módulos de ferro e manganés, no fundo do mar. Uma pesquisa exploratória de petróleo revelou a possibilidade da sua existência, nomeadamente na plataforma continental onde, contudo, a tecnologia hoje existente não facilita a exploração, motivado pela presença de icebergues e placas de gelo.

Observa-se que, o Brasil por motivos geoestratégicos e políticos optou por ter uma política multidireccionada, sobretudo quando se trata de uma potência ainda que virtual. Todavia e como já noutro capítulo foi referenciado, o contexto político internacional altera-se através da queda da URSS e o mundo repensa os seus direccionamentos político/estratégicos.

Associados a uma posição estratégica e à realização da missão estão as Forças do país em termos de doutrina e tecnologia de defesa. Neste caso, a Nova Ordem económica mesmo que parcialmente provocou uma ausência de estratégias que sustentem futuras capacidades organizativas, doutrinárias etc. Para alguns autores nomeadamente Betts são necessárias uma Forças Armadas desligadas das tradições da Guerra Fria baseada numa indústria saudável. Muitas teorias correm relativamente a este tema contudo para o contexto deste trabalho as mudanças no cenário internacional impuseram aos países, nomeadamente o Brasil formulação da sua política militar. Por este motivo, parece importante ter uma noção em como a Nova Ordem poderá influenciar as Forças Armadas Brasileiras.

3.3 INFLUÊNCIA PARA AS FORÇAS ARMADAS RESULTANTE DA NOVA ORDEM MUNDIAL

3.3.1 A NOVA ORDEM MUNDIAL

A invasão do Kuwait pelo Iraque e a reacção internacional que se seguiu é o que se convencionou denominar pós-Guerra fria. Estes eventos 1989-1990 vão desarticular a estrutura bipolar este-oeste que dominava as relações internacionais sobretudo no terreno político militar estratégico.

Este novo quadro internacional produziu efeitos de diversa expressão tais como a implosão do sistema Soviético e nos seus aliados da Europa Central e Oriental os quais dão origem a uma série de acordos internacionais que marcam por exemplo a fim do pacto de Varsóvia. Todavia, surgem como consequência uma série de conflitos étnico/religiosos que destroem a ordem vigente em várias partes daquelas regiões.

Neste contexto os EUA e o Ocidente surgem como os vencedores da guerra fria, o sistema político-económico ocidental fica intacto e unipolar no campo estratégico mas múltipolar no campo económico.

O Iraque pareceu com a sua invasão como motivo ideal para a intervenção, isto porque houve clara violação territorial, agressão e ocupação, violação dos direitos humanos e ameaças ao meio ambiente.

Parece importante referir apesar de sair do âmbito deste trabalho, foi o recurso, embora não oficial à NATO, na preparação e implementação dos planos para a operação militar no Golfo. O que faz acender a discussão acerca das actividades da NATO para fora da sua área, isto porque a própria NATO demonstrou pouca eficácia no continente europeu ,especialmente se se observar o tratamento da crise na ex-Jugoslávia.

Após o conflito no golfo Pérsico 1990-1991 ,o cenário mundial alterou-se para um novo cenário com as seguintes premissas: (Nye 1996)

- Supremacia do sistema livre cambista e da economia de mercado
- Papel que a ONU passou a ter na obtenção da paz e a perspectiva de poder fazer maior uso da Carta das Nações Unidas na solução de controvérsias em fórum internacional
- Controlar a proliferação nuclear por parte das nações em vias de desenvolvimento
- Controlar os grandes delitos contra a humanidade no que diz respeito à poluição, terrorismo internacional, narcotráfico e agressão dos direitos humanos

Esta Nova Ordem, finda a guerra fria apresenta uma única super potência nas dimensões políticas, tecnológicas sócio-cultural, estratégico militar etc. que são os EUA. Neste mesmo nível mas com maior peso económico financeiro e científico tecnológico devem ser incluídos a Alemanha , Japão, os países que formam o grupo dos sete.

Além dos países mencionados o cenário mundial é composto por grandes blocos económicos e estratégico-militares, onde se forma uma teia complexa de alianças que poderão ser cooperativas ora competitivas ou até mesmo conflituosa. São exemplo destes a NAFTA , UE , NATO, e onde a presença americana é hegemónica, reforçando o seu carácter de única super potência no momento actual. Contudo a realidade doméstica deste país condiciona em grau relativo a formulação da política externa do país no cenário internacional, todavia as organizações atrás mencionadas sofrem uma influencia muito grande da política externa americana.

Os recursos naturais da América do Sul e do Brasil em particular sempre foram importantes para as potências e os países desenvolvidos, todavia os poderes nacionais para negociar em condições vantajosas nunca estiveram à altura da importância estratégica que o Brasil dispõe.

Apesar do Brasil ser muito mais que um simples produtor de matérias primas na actualidade as necessidades mundiais voltam-se para materiais críticos cuja abundância existe no Brasil. São exemplo destes produtos o berílio, titânio, zinco, tântalo, lítio e nióbio, no Brasil há as segundas reservas do mundo em tório. Não se pode esquecer a floresta Amazónica cujo potencial de riquezas ainda não foi completamente avaliado.

3.3.2 A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DAS FORÇAS ARMADAS NO CONE SUL

Os EUA ao serem a maior potência, quer de um ponto de vista estratégico quer económico, não há dúvida em que o aspecto económico é cada vez mais desafiado pelo avanço Japonês e Europeu sobretudo pela Alemanha. Pela parte estratégica estes países dependem dos EUA em relação ao que se apercebem como eventuais ameaças às suas fontes habituais do petróleo. Todavia esta aparente mudança de percepção poderia levar ao descartar da componente militar, e portanto à minimização do poder militar nacional. Contudo seria uma visão pouco realista se se observar os factos ocorridos com a Guerra do Golfo e na Jugoslávia. Denota-se portanto uma mudança na percepção do que hierarquiza os países no poder, ou seja, poder-se-á constatar que esta nova aferição irá alterar a hierarquização dos países na esfera internacional porque desvaloriza os recursos tradicionais de aferição de poder na esfera internacional tais como o território, população e os recursos naturais ao valorizar a capacidade científico tecnológica e a produtividade.

Mas esta nova visão poderá ser uma forma dissuasiva dos países em vias de desenvolvimento virem a adquirir armas de destruição em massa? Será que a resposta será pela afirmativa se se observar a intervenção dos EUA no Iraque? Questões muito interessantes que todavia seria base de partida para outro trabalho que foge de alguma maneira ao nosso tema central, contudo ele tem que ser abordado porque o Brasil desempenha um papel importante neste contexto internacional quer pelos seus recursos, quer pela sua situação geográfica e histórica.

Existe uma tendência quer na Europa quer nos EUA para a redução dos gastos militares e redimensionamento das forças armadas, redução ou mesmo extinção das mesmas nos países do Sul entre os quais está toda a América Latina (Anexo VII)¹. O argumento de peso para esta doutrina é a necessidade de reduzir os gastos militares porque já terminou a guerra fria e as ameaças foram reduzidas. Esta doutrina de certa forma advoga que as forças armadas sejam substituídas por uma força de segurança interna, deixando as questões de segurança externa sob a égide dos organismos internacionais que os guia e quando necessário constituir tropas multinacionais sob a liderança - estratégia armas equipamentos oriundos - dos países desenvolvidos.

Esta situação poderá levantar desde já inúmeras questões que serão desde o interesse destes países do sul em aderirem ou não a este projecto, bem como a sua fidelidade a esta situação?

Os países do Cone do Sul defrontam-se com conflitos potenciais bem como conflitos fronteiriços, que podem a qualquer momento agravar as relações hemisféricas. No plano político denota-se uma tendência para os governos eleitos, reduzindo os espaços para intervenções militares ou golpes de estado, os quais podem surgir -principalmente na América Latina a instalação de governos de cunho nacionalista - decorrentes do fracasso das políticas democráticas em acção. Tal facto poderá agravar as relações com esses países e o mundo, porque os países mais ricos tentam monopolizar os conhecimentos científico tecnológicos e impedindo que outros países mais atrasados alcancem a prosperidade destes, portanto cuidando dos seus próprios interesses.

¹ Dados fornecidos pelo Adido Militar do Brasil em Portugal em 1995, os quais não fornecem uma informação comparativa, mas que são interessantes de conhecer

Para Nye, existem países extractores -neologismo para designar os países em vias de desenvolvimento que teriam como tarefa, fornecer recursos naturais necessários aos países do Norte, e transformadores os quais tentariam criar uma dependência económica dos extractores através por exemplo do endividamento mantendo assim os preços de comercialização das matérias primas em baixos níveis. Usa-se para estes países a economia a ciência e tecnologia para os manter servís aos países do Norte. Poder-se-á dizer que é uma teoria extremista e exploratória e também porque os países do Sul só não inovam se não quiserem. Todavia pode-se questionar porque razão os países ricos actuam sempre em estreita ligação quando os seus interesses comuns são afectados? Não se trata portanto de uma teoria conspiratória dos ricos contra os pobres mas há predominância de interesses nacionais nas relações internacionais. Senão porque razão é que existem restrições ao comércio internacional de armamentos por meio de pressão em políticas e económicas sobre países com fraca indústria bélica? Porque estas restrições são uma forma de inviabilizar os avanços tecnológicos e por consequente a sua modernização. Embora essas restrições sejam feitas em nome da estabilidade política é suspeito vê-las partir de nações que são as maiores potências militares e as maiores fornecedoras de armas para todo o mundo. Estas restrições são uma forma de manter uma relação de dependência entre os menos e os mais desenvolvidos, dado que os exíguos orçamentos militares dos países do Sul impossibilitam a aquisição do volume de armamento necessário para as equipar e para proporcionar um comércio de armas capaz de produzir economias de escala.

3.3.3. ACÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

A política externa dos EUA relativamente ao relacionamento entre os Estados é e deverá continuar a ser uma política condicionado por estímulos ou não de cooperação e não por imposição ou proibição.

A América do Sul não deve descurar a sua segurança numa época de mudanças cujos resultados são incertos e cuja velocidade é estonteante. As F.A. SUL Americanas não podem ficar apáticas e tímidas, deverão enfatizar a profissionalização e a prontidão operativa, afim de não criarem choques, a sua organização deverá ser orientada por um conjunto de preceitos segundo Raymundo Monteiro (Georges Lamazière 1996) Coronel e estratega considera que :

- Devam ser criadas forças com acentuada densidade tecnológica
- Plena integridade organizacional de efectivos e dotações completas.
- Estrutura de apoio logístico com fluxos de bens e serviços de configuração idêntica em paz e guerra.
- Busca de material de emprego militar de fabricação nacional
- Sistemas de guerra electrónica etc..

A formação das Forças Armadas Sul Americanas desenvolve-se dentro de aspectos culturais particulares de cada Nação . Já que é imprescindível que qualquer um dos países que ao passar por um processo de desenvolvimento disponha de F. A. aptas para defender a soberania e a Independência

Nacional, bem como garantir o pleno funcionamento das suas instituições nacionais para que o país possa desfrutar de níveis de segurança externa adequada e com capacidade de defender os seus interesses num espaço internacional, deverá contar com F. A. modernas e bem equipadas para serem utilizadas quando necessário.

A América Latina, ao longo da história mostrou que as alterações no relacionamento das sociedades nem sempre ocorreram de um modo pacífico. O papel das F. A. na vida destas nações tem um papel muito importante e apesar de haver uma tendência filosófica de que as nações precisam de se concentrar no poderio económico e não no militar, nenhuma nação pode continuar militarmente forte se estiver economicamente debilitada contudo não é o que se verifica, pois e segundo uma afirmação do cor Raymundo Monteiro, não é a produtividade industrial das democracias que os senhores da guerra temem, são os fuzileiros navais dos EUA.

3.4 FACTOR MILITAR

3.4.1 Uma doutrina militar?

A legislação que rege a finalidade e o emprego das Forças Armadas do Brasil está orientada para a protecção do território e da soberania do Estado, sem priorizar o seu emprego como meio de projecção de poder ou como instrumento corriqueiro de política internacional. O artigo 142 da Constituição brasileira define que "as Forças Armadas do Brasil destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais", não fazendo qualquer menção a atitudes bélicas ou ao emprego do poder militar em intervenções externas do País". (Luiz Felipe Kraemer, 1995)

Por força de tratados internacionais como a Carta das Nações Unidas, o Brasil poderá enviar contingentes para actuar noutros países. No entanto, isso seria uma obrigação vinculada a um compromisso internacional visando a manutenção da paz mundial. Não seria uma decisão unilateral do Brasil ou o atendimento a um pedido de um governo específico, missões a que a legislação brasileira não daria a devida sustentação para poderem ser cumpridas. Por exemplo as intervenções dos EUA em Granada (1983) e no Panamá (1989). Ambas foram sustentadas legalmente pela legislação norte-americana, mas totalmente ilegais, segundo os princípios constitucionais da legislação brasileira.

Dessa forma, as leis brasileiras referentes ao emprego das Forças Armadas deixam clara a vocação pacífica da Nação e direccionam o

emprego do poder militar do Estado para a defesa da Pátria dentro de seu território e não para servir de instrumentos de coação em suas relações internacionais. Também não autoriza, o envio de contingentes militares para fora do País com missões de cunho intervencionista ou que possam vir a intervir em conflitos internos de outros Estados.

O Brasil não tem necessidade do emprego das Forças Armadas fora do seu território como medida preventiva de segurança nacional ou como forma de projecção de poder.

As Forças Armadas têm como missão garantir a integridade territorial e a segurança nacional tendo como elemento básico das suas estratégias, o princípio da dissuasão e da presença. Esse princípio desincentiva qualquer acção agressiva externa ao País, através da demonstração de que o Brasil possui tropas, equipamentos e preparo operacional em níveis suficientemente elevados para fazer frente a uma ameaça externa. Ou seja, não pressupõe a necessidade da conquista ou manutenção de bases militares fora do País e nem a intervenção em outros países visando a aumentar a segurança do Brasil.

A doutrina pretendida pelas Forças Armadas brasileiras é relativa a operações de guerra convencional, voltadas para o emprego da força militar em sua plenitude, não prevendo o emprego de força bélica em conflitos localizados no interior de outros países em situações que não seja de guerra convencional declarada ou seja, está fora, qualquer emprego de tropas ou execução de operações militares noutros países que não seja dentro de um estado de guerra declarado ou sob direcção e orientação da ONU.



Quanto ao emprego interno das Forças Armadas, a legislação brasileira autoriza o uso da força militar nos casos de grave comprometimento da ordem pública visando restabelecer a paz interna do País. Isso deve-se às peculiaridades geográficas de algumas regiões, particularmente no Norte, e aos profundos desníveis sócio-económicos existentes entre a sua população. Estas situações podem vir a provocar conflitos internos no Brasil cuja violência ultrapassem a capacidade de controle das forças policiais..

Assim, verifica-se que o emprego das Forças Armadas brasileiras está mais direccionado para a ordem interna do País e para a manutenção da sua soberania e integridade territorial, dentro dos limites geográficos do Estado, do que para a aplicação externa dessas forças.

Não que não seja reconhecido o papel fundamental do poder militar na política externa do Brasil, mas apenas constata-se a ausência de orientações agressivas que possam indicar a tendência para o uso da força como forma de atingir objectivos na área externa.

Algumas peculiaridades do Brasil colocam-no em uma dupla situação em relação à doutrina dos EUA. Ao mesmo tempo que apresenta conflitos internos, reais ou potenciais, que poderiam caracterizar um ambiente de conflito.

O Brasil é considerado um país do Terceiro Mundo e esse facto já o coloca na lista de países com potencial conflito. Além disso, considerando-se os novos temas mundiais surgidos após o término da bipolaridade mundial, o Estado brasileiro parece ser pólo de atenção da maioria absoluta dos

temas considerados prioritários: ecologia, bio diversidade, poluição ambiental e comunidades indígenas. Pode-se ainda acrescentar os problemas verdadeiramente brasileiros, actuais ou latentes, como a garimpagem ilegal, o problema fundiário, a extrema pobreza, o crime organizado e a instabilidade económica do País.

Cabe realçar um detalhe importante: na doutrina dos EUA essas operações estariam sendo desencadeadas em território estrangeiro e contra indivíduos de nacionalidade diferente da norte-americana. Já para o Brasil, essas mesmas operações estariam sendo desenvolvidas por brasileiros, dentro do Brasil e, provavelmente, contra brasileiros. Logicamente, executam-se as operações humanitárias, cívicas e de socorro.

Além disso, essas operações encontram-se disseminadas dentro de diferentes termos, conceitos, técnicas e tácticas empregadas pelas forças militares brasileiras. Ou seja, não existe um conceito único que abranja todas elas, dificultando assim o estabelecimento de normas e directivas que poderiam ser comuns a todas as operações dessa natureza.

Por sua vez, a política externa brasileira, centrada nos princípios de não-intervenção e de solução pacífica dos conflitos, coloca em segundo plano o emprego do poder militar do Estado nas suas relações com os outros países.

Quanto aos princípios estratégicos que orientam o emprego propriamente dito e a articulação das forças militares brasileiras, fica patente a ausência de intenções bélicas ou agressivas. As Forças Armadas do Brasil não utilizam, não pretendem e nem necessitam estabelecer, bases fora do território nacional. Muito menos intervêm noutro Estado visando

assegurar a soberania e a integridade territorial do Brasil. Em consequência, o Brasil não possui nenhuma doutrina que sustente operações militares fora do território nacional senão em guerra convencional. Mesmo que enviasse um contingente a outro país, como Força de Paz sob a orientação da Organização das Nações Unidas, as tropas brasileiras actuariam, como de uma guerra convencional se tratasse.

3.4.2 Breves considerações sobre a indústria militar Brasileira

Durante a II MG o Brasil esteve ao lado dos aliados e participou activamente em operações navais ao lado dos europeus, influenciando as outras republicas sul americanas que seguiram a mesma via.

Entre as duas Grandes Guerras a França e o Brasil desenvolveram missões militares que contribuíram para a modernização das Forças Armadas Brasileiras em especial a Força Aérea

Após a Segunda Guerra Mundial e iniciada a Guerra Fria, a indústria bélica brasileira pouco pôde fazer para evoluir, em termos de expansão, ou de actualização, e modernização do seu parque fabril.

As iniciativas do governo nesta área sofriam as restrições e dificuldades decorrentes da política norte-americana de criar obstáculos à transferência de tecnologia e exportação de equipamentos para a indústria bélica dos países menos desenvolvidos, da incapacidade de retomar o seu intercâmbio com os países da Europa, em fase de reconstrução das suas economias.

A política norte-americana no período privilegiou a exportação dos seus excedentes de guerra: munições, armas e equipamentos, muitos deles usados, os quais chegaram ao Brasil via Acordo de Assistência Militar—Brasil-EUA (1952 a 1976).

Durante mais de vinte anos viveu-se a ilusão de resolver os problemas da falta de materiais de defesa através da importação. Foi uma fase de

estagnação e, até, de retrocesso em alguns sectores do parque fabril brasileiro. Denunciado o "Acordo", a indústria de material de defesa tomou novos rumos.

Tem início, então, a fase de produção através de empresas públicas, de economia mista e privada, criando-se assim um parque fabril nacional nas áreas da siderurgia, metalúrgica, bens de capital, mecânica, electrónica, material de transporte, química de base, telecomunicações etc.

Actualmente, a indústria de armamento emprega directamente cerca de 100 000 pessoas (André Collet 1996) repartidas entre 350 empresas como por exemplo algumas empresas de ponta

Indústria de armamento

	nº de trab.
Engesa	12 000
Imbel	3 200
Embraer	1 200

O avanço tecnológico e os meios de pesquisa limitados obriga-o a fazer alianças com países estrangeiros industrializados a AVIBRAS em início de 1989 fechou um contrato de 40 milhões de dólares com o Iraque para a colocação de um satélite de observação, e proximamente irá propor um míssil guiado por fibras ópticas por um preço unitário a \$40.000 USA- e ser o 11º exportador de armas e material militar(Le Brasil puissance militaire 1996) todavia no campo militar tecnológico estratégico nem sempre foi assim.

O retraimento dos mercados mundiais, a partir do término da "Guerra do Golfo", da queda do Muro de Berlim", da divisão da União Soviética e do término da "Guerra Fria", tornou ainda mais sombrias as perspectivas da produção brasileira de produtos de defesa. A hipótese de conquista do mercado externo mesmo uma fatia que fosse desapareceu em grande parte pelo fraco apoio que os meios oficiais deram ao sector juntamente com a pressão dos tradicionais donos deste sector os EUA em retirar os países do Sul do comércio de armamento por questões de interesses estratégicos. As pressões foram de tal ordem que contaminaram boa parte a imprensa os políticos da "direita" e da "esquerda", e da burocracia oficial do país, todos em desfavor da indústria de material bélico brasileira.

Eis porque a indústria de material de defesa atravessa grave crise. Seus destinos estão a exigir uma nova política. Qual será? Como formulá-la?

Ninguém evita guerra sem armas. O desejável, então, é o mínimo de dependência no sector de material de defesa. Os esforços prioritários devem ser dirigidos para o básico: as munições, a mobilidade, o comando, o controle, as comunicações e as informações. Sem ciência e tecnologia, a "logística de sistemas de armas" não evolui, não avança, marcha para o obsoletismo. Ciência e Tecnologia são, pois, a prioridade das prioridades. Servem aos projectos e à produção. E nenhuma delas existe sem educação.

A força de dissuasão não é só a tropa. É também a fábrica de material de defesa. É também desenvolvimento científico e tecnológico. É também o eficiente e sistema eficaz de educação.

O Brasil é um, país de dimensões continentais, com extensa fronteira terrestre e não menor marítima, o Brasil defronta o dilema, em termos de estratégia militar, de mobilidade versus pré-posicionamento por parte das Forças.

A estratégia não é apenas a presença física em áreas críticas da fronteira, nem em centros populacionais, industriais e de poder político, embora ainda persistam as necessidades do cumprimento eventual da missão de manutenção da ordem interna. Todavia a presença" é ainda a participação das forças militares em actividades que requerem uma colaboração ordenada do Estado -construção de obras públicas, socorro em casos de calamidades, controle de voo, dos aeroportos, portos e rios navegáveis, cartografia, hidrografia, tarefas educacionais, formação de mão-de-obra, organização de comemorações e manifestações cívicas, assistência social, saneamento, apoio de saúde etc.

A "estratégia da presença", vista segundo essa perspectiva ampla, no caso brasileiro, parece ser mais inteligente e económica, pois, com pequeno esforço e reduzido dispêndio de meios, sem prejuízo do cumprimento de suas missões principais, aproxima a tropa do povo, abre os quartéis aos cidadãos civis, concilia civis e militares, estreita a coesão nacional, um dos factores para a prossecução do objectivo permanente da integração nacional, além de ser salutar à eficácia das forças militares e ao seu moral.

Onde está o inimigo? Para quê Forças Armadas se o inimigo já lá não está? Qual é a ameaça? De onde virá? Qual a sua natureza? Qual o seu valor? Quais as suas armas? Qual a sua tática? Quando virá? Como virá? Com quem virá? É interno ou é externo? Virão ambos?

Nos tempos de Cabral e no século seguinte, todos sabiam. Era o índio que defendia a sua terra ou o europeu que vinha do mar para disputar a presa descoberta, conquistada e dominada pelo colonizador. Nos séculos dezoito e dezanove restou a luta pela posse das terras, nas fronteiras, em particular ao sul e a oeste. O inimigo, bem conhecido, lá estava, visível, palpável, era o "gringo". Nos primórdios do século vinte, até os anos trinta, estabilizadas as fronteiras, o inimigo repellido, contido, continuou o mesmo. Será que tentaria outra vez, ao sul ou a oeste?

Conhecia-se o inimigo. Sabia-se quem, quando, onde, como, com quem, natureza e valor.

A estratégia foi a da penetração, da posse da terra, da fortificação no interior e no litoral. Foi defensiva, mas também teve momentos de ofensiva.

Nas guerras mundiais o Brasil ajudou os vencedores, particularmente na Segunda, em troca de pouca coisa: materiais usados. Na "Guerra Fria" ganhou-se o "Acordo Militar" em troca de moderação e retrocesso no desenvolvimento da tecnologia militar e parque fabril: "o ter em lugar do saber e poder fazer." (André Colet 1996)

Terminada a Guerra Fria esfumaram-se o inimigo interno e externo. "Fomos mundialmente repreendidos. Excessos no combate ao inimigo interno, que introduziram nas nossas casas, nas nossas escolas, nas nossas cidades, nas nossas igrejas, e tentaram disseminá-los nos nossos campos e infiltrá-los nos nossos quartéis Fomos repreendidos. Veleidades de fabricar e vender armas no mercado mundial para aliados de ontem e inimigos de hoje, dos poderosos. Avanços imperdoáveis em sectores de tecnologias sensíveis

Pecados ecológicos contra o ar, contra os índios e contra as árvores, restrições ao reprodução de tecnologias e ao fornecimento de equipamentos para pesquisas ou produção; sobretaxas às exportações; nada de mísseis, nem submarino ou tecnologia nuclear; nem falar em "veículo lançador de satélite" e, até mesmo, em caça-bombardeiro. Enfim, o inimigo interno não tem outra saída a não ser a reconciliação. Não tem mais ideias novas. Não tem mais discurso. Acabou-se a utopia. É o fim da história? A retórica soa falso"¹

¹ Figueiredo, Diogo de Oliveira, A indústria Bélica Brasileira A Defesa Nacional nº 764 ABR/Jun 95

4. UMA ETAPA NOVA NA AFIRMAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL?

A concepção estratégica dos anos 90 apoia-se numa visão do mundo do imediato pós-guerra e tem-se mantido mais ou menos estável nos últimos quarenta e poucos anos. Ou seja, passou-se por uma fase inicial de dependência ao poder hegemónico regional, principalmente no plano das ideias, e deu-se alguns passos no sentido de identificar os interesses nacionais autênticos

A mudança, porém, no que se refere à estratégia militar apenas deslocou a ênfase das preocupações sem, entretanto, afectar a essência delas. A situação internacional, com a nova ordem, obriga a uma nova revisão da formulação estratégica nacional, desta vez em termos conceituais. A questão é extremamente complexa todavia tentarei expô-la :

Basicamente, três motivações têm inspirado o pensamento estratégico brasileiro contemporâneo:

- 1) A possibilidade de participação num conflito global,
- 2) Terrorismo e narcotráfico;
- 3) A hipótese de conflito regional.

Em geral, tais motivações têm inspirado não só o Brasil, mas todas as nações latino-americanas de forma excedente.

1) "A possibilidade de um conflito entre as super potências vem sendo considerada desde o término da II Guerra Mundial. O crescimento dos arsenais nucleares estabelecendo um verdadeiro "equilíbrio de terror" (A. Vidigal 1992), vêm impedindo, entretanto, que as super potências, nas suas disputas, recorram ao confronto militar directo. As experiências do Vietname e do Afeganistão vieram demonstrar, por sua vez, a inadequabilidade do poder militar, nas actuais circunstâncias, na solução de questões de interesse relativo, mesmo evitando-se o choque directo entre as super potências. A détente representa, pois, um *modus vivendi* operacional e, apesar de alguns hiatos ocasionais, tem garantido um nível razoável de estabilidade mundial.

Entretanto, ainda assim, a guerra fria foi o grande condicionador estratégico do presente. As super potências tem procurado consolidar suas alianças e estender suas respectivas áreas de influência, ao mesmo tempo que se empenham numa corrida armamentista total, já que há o receio de serem ultrapassadas, quer em termos quantitativos, quer qualitativos . O conflito assumiu, assim, um carácter planetário e influência o planeamento estratégico de todos os países. Essa influência, para cada país, é função da importância que ele tem para o sistema no qual se acha inserido e, ao mesmo tempo, do grau de sua dependência ao sistema, o que permite a estas pressões no sentido de um alinhamento brasileiro ao sistema ocidental nos conflitos de interesse com o Leste, mas, por outro lado, a pouca importância que o Brasil tem para esse sistema contrabalança a posição anterior, permitindo-lhe assumir posições mais independentes.

2) terrorismo e narcotráfico

Além da possibilidade de um conflito entre os dois blocos em que se dividiu o mundo após a II Guerra Mundial, a Guerra Fria trouxe ao cenário

internacional, um tipo de guerra insurreccional em que o aspecto ideológico é preponderante tanto a União Soviética como a China comunista viram as "guerras de libertação nacional" - nome que dão à guerra revolucionária— como um meio desejável de intervir nas áreas subdesenvolvidas e de, eventualmente, estabelecerem nelas governos comunistas.

Os Estados Unidos não poderiam ficar indiferentes aos avanços comunistas. Para os conter, passaram a fornecer ajuda militar aos governos ameaçados pela subversão apoiada por uma das nações comunistas. todavia os EUA concentraram-se essencialmente em apoio de carácter militar através de armas e instrução esquecendo que as causas para a revolta eram sócio económicas.

Na América Latina, as teorias para o combate à subversão difundiram-se rapidamente, através dos mecanismos instituídos pelos norte americanos, e as Forças Armadas latino-americanas assumiram como tarefa mais urgente a garantia da segurança do estado contra as ameaças internas, inspiradas e apoiadas de fora. A Doutrina de Segurança Nacional, decorrente dessa postura, foi a base institucional para a repressão, dando às Forças Armadas uma ideologia para contrapor à ideologia revolucionária.

Quando se considera a América Latina, há que levar em conta que a era dos governos militares chegou ao fim e a democracia vai-se consolidando pouco a pouco. É incontestável que a existência de governos ditatoriais estimularam a actuação de grupos subversivos e, à medida que eles são substituídos por governos democráticos, o terreno fica menos fértil para acções extremistas. A possibilidade do qualquer facção chegar ao poder, e a do qualquer grupo, através do processo político normal, influir na tomada do decisões, não é um estímulo para a guerra revolucionária

O processo de transição democrática em Novembro do 1989, deu início a um regime legítimo e democrático e os movimentos que venham a lançar mão do terrorismo parece assim, pouco provável, embora possam ocorrer convulsões de certa gravidade se a crise económica interna não se alterar.

O narcotráfico é um problema crescente na América Latina e pode-se esperar que as Forças Armadas sejam chamadas, cada vez mais, a intervir nele. Por estar isento de qualquer cunho ideológico, o combate ao narcotráfico nunca empolgará as Forças Armadas a ponto de orientarem nesse sendo sua formação e preparo, como ocorreu com a guerra revolucionária. Deverá ficar como tarefa específica da instituição policial, embora, eventualmente, ocorra a colaboração das Forças Armadas

A possibilidade de ocorrerem no Brasil acções do guerrilha, não enquadradas como guerra revolucionária, parece remota não há conflitos étnicos, religiosos ou culturais que as justifiquem. Caso persistam as dificuldades económicas, e não sejam tomadas medidas para, pelo menos, abrandar as enormes diferenças de rendimentos e eliminar a pobreza absoluta, a probabilidade de conflitos sociais passa a ser considerável

3) Conflito regional

A expansão portuguesa no Brasil fez-se ao longo de três grandes eixos, a partir das áreas iniciais de colonização ao longo da costa dois deles, sendo um em direcção geral ao Norte Amazónico e outro na direcção geral Oeste, estenderam-se em áreas de floresta e despovoadas; o terceiro, na direcção geral Sul, na Bacia do Prata, com os Espanhóis. Em consequência, a Bacia tornou-se área de atrito entre os impérios português e espanhol. As guerras que, no sec. XIX, sucederam - a Cisplatina, a guerra

contra Oribe e Rosas, a Campanha do Uruguai e, finalmente, a Guerra do Paraguai - foram fruto da luta dos países do Cone Sul para fixarem as suas fronteiras.

A consolidação das fronteiras não eliminou, porém, as dificuldades entre Argentina e Brasil. O extraordinário e contínuo desenvolvimento da Argentina, com a ajuda da Grã-Bretanha, que se iniciou após a vitória da Tríplice Aliança contra o Paraguai e se estendeu até fins da década de 20, levou o Barão do Rio Branco a temer uma aliança dos países de língua espanhola contra o Brasil, sob liderança Argentina, e, para contrapor-se a este perigo, Rio Branco procurou uma aproximação do Brasil com os Estados Unidos, dando origem a um relacionamento estreito que se prolongou até a década de 70. A luta pela hegemonia continental manteve viva a rivalidade entre a Argentina e o Brasil, e era um período em que o progresso Argentino coincidia com um prolongado período de dificuldades no Brasil, desde os últimos anos do Império até a última década da República velha, apesar de alguns breves interlúdios .

Na década de 30, a Argentina, vítima de suas contradições políticas, entrou num período de declínio, enquanto o Brasil começava um período de desenvolvimento que, de maneira geral, se estenderia até o início da década de 80. Aproveitando-se dessa circunstância e pelo fato de ocupar uma posição chave na Bacia do Prata, já que a maioria dos rios nascem no seu território e, portanto, tendo nas mãos a possibilidade de controlar o fluxo de água destes rios, o Brasil deu início à construção da hidroelétrica de Itaipu, um projecto conjunto com o Paraguai, passando a dispor da "válvula" para o controle da vazão do Rio Paraná, ao mesmo tempo que, contrapondo-se ao esforço da Argentina para controlar a saída para o Atlântico da Bolívia e do Paraguai, criou uma opção muito melhor para estes países, pela construção do super porto do Rio Grande e, através da

construção ou melhoria de estradas e ferrovias facilitando o acesso ao super porto e aos portos de Santos e Paranaguá. Em consequência, a tensão entre Argentina e Brasil aumentou. A assinatura do acordo tripartida Argentina-Brasil-Paraguai (1979), que permitiu a compatibilização das represas de Corpus e Itaipu, na gestão dos governos Videla e Figueiredo, marcou a inversão no relacionamento entre os dois países, iniciando-se uma etapa de cooperação e que se está a aprofundar até hoje. O acordo argentino-brasileiro, de Julho de 1986, firmado pelos presidentes Alfonsín e Sarney, assina o início de uma nova era nas relações bilaterais e deverá servir de factor de aglutinação entre os demais países sul-americanos em torno do núcleo Argentina e Brasil. Além desse esforço empreendido por esses países, a América Latina começa a ter uma consciência crescente da necessidade de cooperação e integração. A criação do Grupo de Contadora (Colômbia, México, Panamá e Venezuela), seguida da do Grupo de Apoio (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai), é historicamente relevante, pois representa uma tentativa para manter na América latina a solução de um problema latino-americano, mas que afecta seriamente os Estados Unidos, nação hegemónica da área. Pode-se observar uma viragem do ponto de vista inter americano para um latino-americano. A instituição do Grupo dos Oito (Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela) é um passo significativo nesse sentido é um marco importante no caminho que leva à integração dos povos Latinos do continente americano.

Persistindo, como parece inevitável, dado a evolução internacional a tendência à formação de grandes grupos económicos regionais, as pressões para a integração irão tornar-se necessárias daí que as disputas históricas em torno das fronteiras terão de ser resolvidas pela negociação, perdendo qualquer sentido enfrentar pretensas posições hegemónicas..

O narcotráfico, o terrorismo conflito regional e global faz com que o aparelho das Forças Armadas vá perdendo corpo, ou seja as motivações clássicas, das Forças Armadas desaparecem isto é, de se tornaram imensas Organizações sem objectivos concretos, se outras motivações, não substituírem as antigas, os militares viverão uma "crise existencial" e isto significa que não é pelo facto da Força Aérea ser usada mas sim ser considerada desnecessária. As Forças Armadas das super potências poderão nunca ser usadas na sua defesa mas no entanto elas sabem que são essenciais para a manutenção de paz. Os brasileiros poderão correr o risco de se transformarem em burocratas fardados encarregados de operar um mecanismo inútil. Evidentemente que a contribuição que a instituição militar dá à sociedade uma tarefa complementar, a de prover a defesa do país, todavia, não será suficiente para eliminar uma crise existencial que possa desbravar dentro dela..

A crise existencial poderá representar um perigo para a sociedade pois poderá reduzir a dedicação dos militares à sua tarefa principal que é a defesa e nesse caso o estado estará a investir num instrumento ineficaz quando precisar que ela actue; Perante isto poder-se-á questionar se as Forças Armadas nacionais não têm um papel vital a desempenhar? Será que o Brasil é um país privilegiado e por isso não tem os seus interesses de forma alguma ameaçados, podendo prescindir de poder militar significativo?

O mundo real é muito diferente do mundo ideal e está-se longe do poder considerar o poder militar como um anacronismo, dado que a capacidade militar ainda é, e continua a ser factor decisivo na definição das relações entre os Estados. É a superioridade militar das super potências que lhes dá a condição especial. Poder-se-á dizer que há uma relação

directa, no longo prazo, entre o poder nacional e o poder militar da nação, ambos variando sempre no mesmo sentido.

Com estas observações parece lógico questionar que novos factores devem, então, orientar o desenvolvimento e o preparo das Forças Armadas? Contra que ameaças deverão estar preparadas? Enfim, qual é o inimigo?

"A estratégia militar não é, necessariamente, uma estratégia de guerra. Na verdade, a estratégia militar mais adequada numa dada circunstância é aquela que irá alcançar o objectivo político fixado sem guerra, simplesmente através do uso da força militar a título de demonstração de poder. A estratégia militar que se manifesta através do emprego da força é tão-somente a opção extrema, quando todos os demais meios de se obter o sucesso desejado falham." (A. Vidigal 1992)

A estratégia da dissuasão, nuclear ou convencional, é uma expressão dessa realidade, em que a exibição da força é a melhor garantia de sua não utilização.

"O emprego do poder militar com instrumento permanente de política nacional, sem que se efective a aplicação da força, o que se chama de emprego político do poder militar"(Digo Figueiredo, 1994) .O emprego ostensivo da violência pelos Estados nas suas disputas vai-se tornando cada vez mais perigoso e ineficaz (veja-se o Vietname e o Afeganistão) em que o poder militar é um instrumento da política, de uso permanente na paz o poder militar é, porém, um dos elementos do poder nacional; seu emprego, pois, deve ser visto dentro de um quadro mais amplo onde se envolvem pressões diplomáticas, económicas, psicológicas e morais.

No âmbito da política nacional, a participação do poder militar permite aos governos, qualquer que seja a sua tendência, desenvolver uma acção contínua e permanente através de por exemplo indústrias estratégicas e desenvolvimento tecnológico nacional etc. portanto o poder militar afirma uma identidade nacional, pois só com uma convergência subordinada do poder militar haverá rigor para alcançar os valores sociais que facilitem a consolidação das democracias, o crescimento económico a estabilidade política e a independência.

"O Brasil, é um país sem ambições territoriais interessado, na preservação de sua segurança e na manutenção de seu sistema de vida como Estado conservador, pode atingir seus objectivos nacionais simplesmente dissuadindo possíveis agressores, convencendo-os de que o risco de um ataque não vale as possíveis vantagens" (Digo Figueiredo). Poderia, assim, parecer que a adopção de uma estratégia puramente defensiva fosse a forma mais económica de assegurar estes objectivos. Todavia este método é perigosamente inseguro, pois é estático. Desse modo, uma postura estratégica defensiva-ofensiva é a mais conveniente para países que, como o Brasil, não visam a conquista.

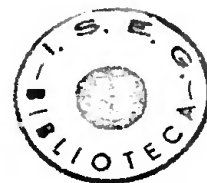
As ameaças do Brasil quais serão? Essas ameaças são muito mais de natureza económica e política do que, propriamente, militar. No final da década de 60 e início da de 70, embora fosse difícil identificar ameaças militares para o Brasil, havia forças exteriores consideráveis que se contrapunham aos esforços do país em busca de independência económica e tecnológica: a reacção norte-americana e soviética ao acordo nuclear germano-brasileiro, que tinha, como principal objectivo, garantir para o Brasil o domínio do ciclo completo do combustível nuclear; etc. No final da década de 80, os problemas são outros, mas a natureza dos mesmos não

modificou dificuldades criadas para transferir para o Brasil tecnologia de ponta, como, por exemplo, a referente aos sistemas de guiarem os veículos lançadores de satélites, possíveis de serem usados em mísseis estratégicos o exagerado proteccionismo comercial adoptado pelos países mais desenvolvidos, a desvalorização dos produtos primários, dos quais os países pobres são os principais fornecedores. etc.

Há interesses comuns entre os países subdesenvolvidos; essa comunhão de interesses é maior quando eles pertencem a uma comunidade regional, com vínculos geopolíticos, históricos e culturais significativos

Uma associação no Cone Sul pode ser uma meta para atingir estes interesses. A aproximação entre a Argentina e o Brasil pode ser o núcleo inicial em torno do qual deverão girar os países do Cone Sul, depois os do sub continente sul-americano e, sucessivamente, até que se complete a integração latino-americana. Outros núcleos - exemplo, o do Pacto Andino, o Pacto Amazónico, as diversas associações existentes na América Central e Caribe—poderão coexistir até a integração de todos na grande Comunidade latino americana. A preservação das nacionalidades é fundamental, enquanto que unidade no campo da política externa e da economia lhe dará força e peso no campo internacional.

Pode-se reconhecer que o factor impulsionador para uma integração dos países sul-americanos é o subdesenvolvimento. Desta forma, os seus interesses comuns passam, necessariamente, pela dimensão económica e, portanto, uma doutrina de defesa e segurança comum deverá estar centrada naquilo que possa afectar o desenvolvimento onde a segurança, deve garantir a paz e a estabilidade, tanto individual como colectiva, bem como fazer frente a vulnerabilidade políticas, económicas e financeiras.



Os países têm aspirações nacionais independentes dos seus problemas regionais. Esta situação não deverá ser uma consideração secundária dado que muitas vezes os interesses nacionais podem não coincidir com os regionais. A compatibilidade entre eles é fundamental para o êxito da cooperação regional, que só ocorrerá se a vontade política para a união prevalecer sobre todas as dificuldades.

O Brasil para afirmar o seu posicionamento estratégico, tem que detectar as suas vulnerabilidade e interesses.

A maior vulnerabilidade brasileira é a sua dependência da importação do petróleo que se apesar disso é uma dependência que tem diminuído ligeiramente através do programa álcool, e pela descoberta de novas jazidas petrolíferas na plataforma continental.

As vias marítimas de comunicação são essenciais para o desenvolvimento do país. Apesar das potencialidade de seu mercado interno o Brasil, dentro do quadro, de uma economia internacional crescentemente interdependente, continuará vulnerável à interrupção do transporte marítimo. Aliás, é por essa via que chega o petróleo importado e é por ela que, na sua quase totalidade é feita a distribuição de derivados de petróleo para as principais regiões do país, o que aumenta a necessidade de protegê-la. Acresça-se que as regiões maiores produtoras de petróleo no Brasil estão na plataforma continental, onde a vulnerabilidade das plataformas de prospecção e produção a ataques terroristas ou a acções de guerra é evidente. A existência de uma Zona Económica de, pelo menos, 200 milhas marítimas, onde o direito dos Estados ribeirinhos sobre as riquezas existentes é reconhecido, impõe considerações sobre a sua protecção: nesses casos, a presença é o elemento que inibe o

desenvolvimento de acções predatórias, muito difíceis de deter uma vez que tenham sido iniciadas

A excessiva concentração industrial no Brasil, na região que compreende parte dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, acarreta outra importante vulnerabilidade estratégica: ataques aéreos ou aéreo-navais poderiam comprometer o que constitui a base do desenvolvimento industrial do país.

O narcotráfico é, hoje um dos sérios problemas da América do Sul, que é o maior centro produtor de drogas. Embora o combate a este comércio seja uma tarefa tipicamente policial, a cooperação das Forças Armadas é indispensável, tanto a nível nacional como transnacional. O terrorismo, associado ou não ao narcotráfico, representa uma ameaça à segurança e deve ser objecto de combate sistemático pelas Forças Armadas, dentro das normas legais do país.

A grande extensão das fronteiras terrestres impõe a premente necessidade de fiscalização e protecção, não só com o objectivo de inibir o narcotráfico e o trânsito de terroristas e bandidos, mas também de manter a inviolabilidade das fronteiras contra qualquer outro tipo de agressão.

O Atlântico Sul é, uma área vital para o Brasil, para outros países sul-americanos e mesmo até para países não ribeirinhos. Ele abrange a principal linha de comunicação marítima, para entrega de petróleo vindo do Golfo Pérsico, Estados Unidos e Europa Ocidental; por ele transitam os navios que transportam matérias-primas essenciais aos países membros da OTAN. O comércio inter americano e dos países sul-americanos com a Europa tem como origem ou destino final portos no Atlântico Sul. Embora seja assim, em termos globais a importância estratégica do Atlântico Sul é

marginal, já que os núcleos populacionais mais densos são banhados por outros oceanos. Contudo, para o sub continente sul-americano ele é estrategicamente vital. A aprovação pelas Nações Unidas, na XII Sessão da Assembleia Geral, a 27 de Outubro de 1986, da Resolução 41/11, que considerou o Atlântico Sul como Zona de Paz e Cooperação, por proposta do Brasil, condiciona a estratégia nacional para a área. O propósito da Resolução é assegurar que as tensões do conflito Leste-Oeste não se transfiram para a área, mantendo-a, desta forma, afastada das disputas estranhas aos países da região. A Resolução, evidentemente, influencia o poder militar das nações ribeirinhas, pois, sem uma cobertura militar para dar resposta às determinações, a Resolução não passará de uma declaração de boas intenções, sem nenhum significado real. É notório que os países banhados pelo Atlântico Sul não apresentam, nem mesmo em conjunto, capacidade militar significativa diante das super potências, ou mesmo das potências bastante inferiores a elas. Entretanto, a existência de uma força combinada, efectivamente patrulhando essas águas, representará um enorme obstáculo à violação dos princípios da Resolução. A existência dessa força representara um factor de dissuasão considerável.

5. CONCLUSÃO

A globalização dos mercados de bens, serviços e capitais é um facto incontestavelmente mundial. Globalização e regionalização tendem, ambas, a enfraquecer fronteiras nacionais. É longínqua a hipótese de conflito armado envolvendo os principais pólos de poder. A bipolaridade do Eixo Leste/Oeste ou NATO/Pacto de Varsóvia desfez-se e com a «Nova Ordem Mundial», a fase de transição leva o Mundo à formação de eixos Norte/Sul numa multilateralidade.

Os conflitos e disputas no campo económico passarão a ser frequentes e cada vez mais vigorosos. Apesar das disputas entre si, o que se verifica na prática é que, isoladamente ou em conjunto, pela via de persuasão ou da coacção, os grandes centros de poder adoptam princípios ou teses parecidas, coincidentes ou até mesmo iguais, visando a imposição de condições e regras para ditar comportamentos e atitudes aos mais fracos e colocando em risco a autodeterminação dos Estados-Nação.

Verificou-se mudança de estratégia dos países em relação à A.L. Nos anos de 50 a 80, sob a égide da bipolaridade, o papel do Estado era favorecido, recomendava-se um Estado forte, capaz de se sobrepôr a necessidades sociais e internacionais que pudessem enfraquecer o confronto Leste/Oeste (Organismos Internacionais, Banco Mundial, Banco Inter americano de Desenvolvimento e mesmo FMI, privilegiavam os governos centrais. Havia uma não disfarçada tolerância para com os governos fortes, até mesmo ditatoriais, e não se tolerava qualquer ameaça a modificações no desenho geográfico do mundo ocidental as fronteiras eram invioláveis. Na nova situação pós-guerra fria, a situação é diferente e Estados fortes são antes uma ameaça do que uma necessidade para os países centrais). No actual cenário internacional, há um

aumento na pressão dos mais fortes sobre países em desenvolvimento, particularmente sobre aqueles classificados como «perturbadores» por apresentarem potencial latente e posicionamento geopolítico para se baterem com os actuais Estados Directores em futuro mais ou menos próximo. Tais pressões, embora dirigidas através de atitudes via Estado, desembocam na sua estrutura global atingindo "... principalmente as suas indústrias, empresas privadas e colocando uma cunha na busca do controle de suas principais instituições de serviços públicos. Actuam, também, no sentido de minimizar a participação de instituições que eventualmente se poderão antepor ou confrontar a esta pressão. Assim, surgem ingerências no sentido de definir, de fora para dentro, novos papéis para as Forças Armadas e reduzir o papel das empresas públicas, estimulando os respectivos processos de privatizações. .."(Carlos de Meira Mattos 1992)

Em resumo, os seguintes aspectos caracterizam a actual situação mundial:

- existência de uma só super potência militar;
- sobrevivência de uma aliança militar desprovida de inimigos definidos;
- tendência à formação de «mega blocos» económicos e à consequente competição entre eles como «Estados Directores»;
- internacionalização de mercados, de mercadorias e serviços, inclusive capital.
- transformação política e económica dos ex-países socialistas.

- conflito Norte/Sul latente, alimentado, entre outros factores, pelo fato do Norte, com cerca de 20% da população mundial, deter cerca de 80% da riqueza circulante no planeta.

- perda do poder de negociação dos países periféricos.

- introdução, na agenda global, dos chamados «novos temas», como Direitos Humanos, Meio Ambiente e Narcotráfico, que criaram condições para os centros mundiais de poder adoptarem novas atitudes nas relações internacionais em defesa de seus valores e interesses

- soberania limitada, dever de ingerência, controle das tecnologias sensíveis

"...As acções desses países, para romperem a actual distribuição de poder, passam a constituir-se numa ameaça de ruptura do statusquo e, portanto é um risco à segurança dos detentores mundiais do poder. Assim, pretender uma capacidade de dissuasão própria para prover a defesa de seus interesses, tanto pela adopção de atitudes político-estratégicas independentes como pelo desenvolvimento de meios adequados para tal capacita, é visto como ameaça aos interesses desses centros, mesmo no caso do Brasil, detentor de uma evolução; histórico-cultural pacífica, com mais de cento e vinte anos sem litígios com seus vizinhos. Por isso mesmo mentor de pactos regionais como os da Bacia do Prata, Amazónica e MERCOSUL o que o faz entrar na geopolítica dos Eixos Norte-Sul...(Carlos de Meira Matos 1992). Com o NAFTA, pretende-se a consolidação de um bloco inter americano, do Canadá à Patagónia, menos talvez pela dimensão actual dos mercados latinos e mais por razões estratégicas, segurança e acesso a matérias-primas, onde avultam as posições

de México e Venezuela, detentores em conjunto de cerca de 11% das reservas mundiais de petróleo. Não menos importante para a estratégia global será evitar o fortalecimento de qualquer outro bloco continental que, ganhando expressão económica, possa aspirar a um maior grau de independência em relação a Washington e, neste caso, o objectivo claro é evitar um núcleo de um tal bloco em torno do Brasil.

As condições geopolíticas do Brasil, a sua indústria diversificada são características que o levaram a recente formação de uma união aduaneira no âmbito do Cone Sul, o «MERCOSUL». Os seus membros adoptaram uma política comercial unificada em relação a terceiros, bem como regimes comuns para defesa contra práticas desleais de comércio. Outro traço positivo do MERCOSUL é sua natureza aberta e não de exclusão a outros países sul-americanos. Chile, Bolívia e demais países do Grupo Andino já iniciaram negociações para ingresso nessa união.

Embora tudo indique que não haja factores imediatos que requeiram um Sistema de Defesa Colectiva na Ibero-América, a actual integração que já se processa fruto dos diversos pactos regionais, levará, fatalmente, a esta complementaridade. Actualmente o intercâmbio de ideias e os estudos de Centros Estratégicos, oficiais e particulares, acerca das acções para realização do sistema é o primeiro passo para uma futura estratégia comum, bem como para ampliar o espírito de confiança que deverá reinar neste referido sistema.

A estratégia militar brasileira vem sofrendo alterações ao longo de sua história. Na época do Brasil Colónia, as ameaças vinham do mar, por isso muitos fortes foram construídos em pontos estratégicos da costa brasileira, dos quais alguns deles deram origem a grandes cidades brasileiras. Assim, o povoamento brasileiro deu-se a partir do litoral para o interior). Isso fez com que

o território apresente áreas densamente povoadas próximas à costa marítima e áreas de baixa densidade como é o caso da Região Amazónica, que hoje é uma área sensível à cobiça internacional.

Verifica-se que a Estratégia Militar Brasileira actual contém determinados pressupostos que ultrapassam a soberania nacional e segundo a opinião do General Meira Mattos¹, ela procura:

- identificar as verdadeiras ameaças que afrontem o Brasil, considerando os fatos históricos, os factores geográficos e as alterações políticas e económicas do mundo actual;
- conceber uma Doutrina Militar Nacional, que integre e atenda as peculiaridades das Forças Armadas brasileiras, possibilitando o emprego dessas Forças, em diferentes áreas operacionais, na América do Sul;
- efectivar um sistema de comunicação e controle comum às três Forças;
- contribuir para a integração das áreas despovoadas do território brasileiro, colaborando no desenvolvimento económico e na construção de vias de transporte;
- aumentar o número de Organizações Militares em áreas sensíveis à Defesa Nacional, de forma discreta e planeada, para possibilitar, caso seja necessário, futuros desdobramentos das Forças naquelas regiões;
- desenvolver a indústria bélica nacional, de maneira que possa atender as necessidades permanentes das Forças Militares e Auxiliares, sem que tenha,

¹ A Defesa Nacional, nº 765 Junho 92

- criar um Centro Integrado de Pesquisa Técnica e Operacional Militar subordinado ao estado-maior das Forças Armadas (similar brasileiro do Ministério da Defesa), para planejar, conceber e coordenar todos os desenvolvimentos científicos e tecnológicos que as três Forças Singulares estão investindo (ex.: submarino nuclear, veículo lançador de satélites, guerra electrónica etc.);
- modernizar as Forças Armadas, no intuito de acompanhar o desenvolvimento tecnológico militar, o qual deve dar prioridade à capacidade da indústria bélica nacional;
- integrar o adestramento e os exercícios operativos das três Forças Singulares;
- idealizar forças (tropas) de pleno-emprego integradas pelas Forças Singulares, para atender um aprestamento operativo em qualquer ponto do território brasileiro;
- consciencializar a sociedade brasileira através da comunicação social e, mais importante, por meio de um sistema educacional de base, sobre a necessidade de defesa nacional e manutenção da soberania brasileira, face às futuras ingerências e especulações estrangeiras em território brasileiro.

Enfim, a exequibilidade de uma adequada estratégia militar passa pela vontade nacional e pela capacidade de desenvolver e de integrar todas as expressões do Poder Nacional.

Durante 50 anos a paz mundial equilibrou-se já que uma guerra entre os poderosos do Leste e do Oeste poderia ocasionar a hecatombe global pela

Durante 50 anos a paz mundial equilibrou-se já que uma guerra entre os poderosos do Leste e do Oeste poderia ocasionar a hecatombe global pela letalidade total das armas nucleares. "...Hoje, emergem novas potências económicas e a sobrevivência das nações passa pela multipolarização em blocos de mercado, onde os ricos se interessam que os pobres mudem de situação: continuem pobres, mas não tão pobres que não possam consumir seus produtos e serviços, passando assim a desfrutar de alguma riqueza, mas não nem se tornem tão ricos a ponto de se tornarem seus competidores, seja em conhecimento tecnológico, seja na busca de espaços económicos..." (Diogo Figueiredo 1994).

O Brasil perturba essa nova ordem pelas suas potencialidades geopolíticas, pelas suas possibilidades regionais na América do Sul, na África Ocidental e no Atlântico Sul.

Partindo-se dos princípios constitucionais e de pressupostos de acção política internacional de não fazer guerra de conquista, de solucionar questões pela via pacífica e de respeitar a autodeterminação dos povos; e ainda por estar satisfeito com suas fronteiras, pela sua participação em convénios, acordos e tratados de cooperação e de comércio internacionais (MERCOSUL), não há ameaças de conflitos externos para o Brasil. Não há, portanto, inimigo ostensivamente oponente aos objectivos nacionais brasileiros. Mas o Brasil tem espaço amazónico, tem riquezas minerais inexploradas, tem matérias-primas básicas, tem capacidade produtiva de alimentos, tem um parque industrial, tem um extenso mar territorial, tem disparidades regionais e desigualdades sociais, na dimensão do tamanho de seu território, tudo quanto desperta interesses externos e potencializa tensões internas. Por isso o Brasil tem como base para a sua Estratégia de Segurança os seguintes princípios:

I) No quadro inter americano: - estimulará a Política de soluções pacíficas dos conflitos e controvérsias, sustentará o princípio de autodeterminação dos diferentes Estados e defenderá a manutenção do «statusquo» quanto ao seu espaço territorial.

II) No quadro mundial e de segurança internacional: - apoiará todos os movimentos de manutenção da paz, e para isso, prestigiará a acção dos organismos internacionais, no que não interferir com a Soberania Nacional;

- impedirá, a qualquer preço, a violação da integridade do património nacional;

- participará de mecanismos de segurança colectiva, sem abdicar de acção independente;

III) Só recorrerá ao conflito armado após esgotadas as possibilidades de solucionar, por negociações, arbitragem e outros meios pacíficos, os conflitos externos em que o país venha a envolver-se

IV) Cooperará, sempre, com a integração económica, e política dos países ibero-americanos e, particularmente, com os componentes do MERCOSUL, como primeiro passo dessa integração.

A consolidação do MERCOSUL deixa algumas dúvidas, porque a internacionalização do poder económico não é apenas a quantidade de recursos naturais ainda disponíveis e de outras fontes de energia quer tradicionais quer sofisticadas como é o caso do nuclear, é sobretudo no domínio das telecomunicações da informática da cibernética da robotização etc. Estas últimas prioridades dos países do Norte que condicionam os países do Sul à

importação dessas tecnologias necessárias à auto-suficiência da defesa, preservação da sua soberania e integridade do património Nacional. Todavia, não são apenas estes os problemas com que o Brasil se defronta para obter a tão desejada hegemonia da América do Sul, são os problemas do sistema educacional com um ensino básico decadente e um leque muito grande de analfabetos, sistema de saúde pública falido, rede hospitalar inoperante, poder público desacreditado, legislativo e judiciário lentos com muita corrupção, empresários politicamente acobertados, desigualdades regionais, aumento e narcotráfico, lavagem de dinheiro etc. ou seja apenas com uma América Latina politicamente estável o Brasil poderá ser o interlocutor da região.

Estes factos exigem a nítida compreensão da necessidade do fortalecimento das Instituições civis e do adequado preparo das Forças Armadas, tendo em vista viabilizar e assegurar os compromissos assumidos pelo presidente da República com a nação, perante a Constituição que jurou cumprir.

A tendência internacional é a formação de grandes grupos económicos o MERCOSUL parece-nos que será uma forma para atingir quer interesses de ordem hegemónica por parte do Brasil, e de preservação das suas identidades.

Os EUA apesar de pretender ser um "bom vizinho" mantêm uma relação próxima do Cone Sul definindo uma estratégia para aquela região, mas esta proximidade dos Americanos e um passado de desconfiança especialmente na época em que o Brasil pretendeu desenvolver o nuclear daí que se observou que o Brasil possui uma doutrina militar que precisa ser mais redefinida por forma a poder proteger-se duma estratégia bem definida pelos Americanos para a América do Sul e Brasil (em especial a Amazónia), com equipamentos armas e tácticas de emprego já testadas.

“...O melhor plano político social económico para a recuperação do Brasil não se assemelhará ao da Argentina e muito menos ao do México ou de outro país latino-americano. Será sim o do Brasil para os brasileiros: autêntico, soberano, desafiante, independente e de vontade política própria. Nos acordos internacionais o Brasil não deverá ficar preso a uma única opção continental. Relacionar-se com países de outras culturas e demais pólos económicos (China, Japão e Europa) proporcionará ao Brasil alargamento independente da sua fronteira científica, afastando-se do colonialismo unilateral...”(Ivan Carvalho 1996)

IV BIBLIOGRAFIA

Alvares, Obino Lacerda, (1993), A estratégia e a Política, Estudos de Estratégia, Rio de Janeiro, Biblex, pp. 103-119.

Avelãs, António José, (1982), Industrialização e Desenvolvimento, Boletim da Faculdade de direito, 24.

Brandão, Marc Antoine de Pimentel (1990), Quel Brésil au XXI Siecle?, Geopolitique, 28, pp. 56-120.

Carvalho, Delgado, (1992), A Política Exterior, Relações Internacionais, Rio de Janeiro, Biblex, pp 23-57.

Carvalho, Ivan, (1992), A Artilharia de Campanha e o CBI: Uma Visão Geral, Military Review , Kansas, 72, pp. 51-74.

Castro, Therezinha, (1995), História Documental do Brasil, Biblioteca do Exército, Editora Rio de Janeiro.

Collet, André, (1993), La Cooperation Franco-Bresilienne dans le Domaine des Armements, Economia.

Correia, Pedro Pezarat, (1992), O Eixo Portugal Brasil no Espaço Europa-América do Sul-Africa Austral, Nação e Defesa, 756, pp.96-120.

Dunn, James A., (1990), Ligas Assimiladas do Terceiro Mundo, Military Review, Kansas, 70, pp. 40-49.

Figueiredo, Diogo de Oliveira, (1995), A Indústria Bélica Brasileira, Defesa Nacional, 764, pp.85-120.

Goldblat, Jozef, (1995), Non Proliferation, Sipri, 995, pp 82-891.

Hervé, Coutau-Bégaire, (1985), Geostratégique de L'Atlantique Sud, Paris, PUF

Kennedy, Paul ,(1993), Desafios do Séc. XXI, Publicações Europa América .

Kraemer, Luís Filipe, (1992), A Política Brasileira e a Europa que Convergencias, Estratégia, 5 ,pp. 67-90.

Lamazière, Georges(1996),O Conceito de Regime Internacional, Política Externa,4.

Linz, Alfred, (1987), -The Breakdown of Democratic Regimes in Latin America, The Johns Hopkins University Press.

Locher, James R. (1992), Conflito de Baja Intensidad et Reto de la Decada de 1990, Dialogo, Guarrry Heights, 1, pp18-23.

Lorot, Pascal, (1995),Histoire de la Geopolitique, Edit Economia.

Mackinder, Halford, (1993) Democratics Ideals and Reality, London: Routledge.

Mattos,Carlos de Meira, (1992), O Brasil no Mundo em Transição: Seu Poder e suas Potencialidades, Defesa Nacional, 756, pp.67-94.

Mourato, Ramiro José Marcelino, (1990), O Continente Africano Espaço e Posição, Defesa Nacional, 820, pp. 15-60.

Nunes, António José Avelãs ,(19882), Indústria e Desenvolvimento, Boletim da Faculdade de Direito, suplemento, vol XXIV/XXV, Coimbra

Oliva, Oswaldo Muniz, (1988), Opções Politico Estrategicas para o Brasil, Rio de Janeiro, ESG.

Pereira, António Carlos, (1990), Controlo de Armas e Conflitos Regionais: Uma Perspectiva Brasileira, Estratégia,7, pp. 20-69.

Seminário de Integração TELEBRAS/AIECEP, 1994

Tachinardi, Maria Helena, (1993), Projecção Continental do Brasil São Paulo, Comp. Ed Nacional.

Valentí, Juan Vilá,(1982), *La Peninsula Ibérica*, Barcelona, Ariel,pp 22-23

Vender, General del Aire Fernando Rojas ,(1996), *Relato de la Portada*, Revista Aérea, 119, pp 21-23

Vidigal, Armando, -(1991), *uma Nova Concepção Estratégica para o Brasil: Um Debate Necessário*, Política e Estratégia, Rio de Janeiro.

Wood, Samuel S., (1991), *Joint Fire Support in Low-Intensity Conflict*, Military Review Kansas, 71, pp 14-18.

ANEXO I

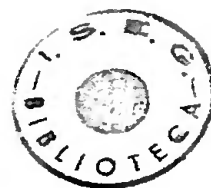
RELAÇÕES COMERCIAIS COM A ARGENTINA

Em termos comerciais, depois das trocas da Argentina com o Brasil representarem geralmente superávites para a primeira entre 1970 e 1980, a tendência inverte-se quando a Argentina ao adoptar políticas de liberalização, abre a sua economia a importações brasileiras altamente competitivas; assim, entre 1980 e 1985 o Brasil apresenta constantemente uma balança positiva face à Argentina o que leva esta a reverter a situação, respondendo às restrições comerciais que caracterizavam a política comercial brasileira pela adopção de políticas proteccionistas face ao Brasil. As relações comerciais deterioram-se e as trocas diminuem.

Na composição das trocas do período que vai de 1974 a 1985, verificaram-se alterações, nomeadamente: diminuiu a parte dos produtos agrícolas no total das exportações brasileiras para a Argentina em cerca de 18%, enquanto as exportações de produtos agrícolas argentinos para o Brasil se mantinham como mais de 50% do comércio bilateral, e a exportação de manufacturas brasileiras para a Argentina aumentou em cerca de 21% do total enquanto a exportação Argentina deste tipo de bens diminuía em cerca de 21%, compensada por um aumento das exportações de bens semi--manufacturados de origem primária. Neste período o Brasil passa de quarto para segundo exportador para a Argentina, e passa de sexto para nono exportador para o Brasil - de facto, entre 81 e 85 as exportações e importações da Argentina para o Brasil foram em média, respectivamente de 5.9% e 13.8% do seu comércio,

correspondendo do Brasil para a Argentina a 3% e 2.8%². O que significa dizer que o Brasil apresenta-se como sendo um parceiro comercial mais importante para a Argentina do que esta para o Brasil.

² Fonte: Cacex - Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil



ANEXO II

PROTOCOLOS ACORDADOS ENTRE ARGENTINA E O BRASIL

O programa de integração caracteriza-se por uma abordagem gradual - prevê o encontro bianual de uma comissão bilateral para implementar o programa e negociar novos acordos, não conduzindo necessariamente à especialização - estimula a complementaridade intra sectorial através de trocas equilibradas em determinados sectores, por expansão do comércio - por procurar a modernização tecnológica, ser selectivo, e harmonizar progressivamente as políticas económicas dos países, dependendo do desenvolvimento do sector privado (por consultas com o governo e incentivos económicos) à sua execução.

Pretende-se criar uma UNIÃO ADUANEIRA para uma lista de produtos a negociar anualmente, concordando na troca de bens levantando barreiras tarifárias e não tarifárias e na adopção de tarifas externas comuns.

Uma vez que diferentes custos de produção e taxas de câmbio poderiam implicar o agravamento dos desequilíbrios das trocas são enunciadas uma série de medidas correctivas, a serem implantadas quando necessário com o apoio do fundo de investimento binacional (criado pelo protocolo 7) ou com compatibilização das taxas de câmbio.

O protocolo 1 referente a BENS DE CAPITAL é tido como núcleo dinâmico do programa, dadas as vantagens do sector em termos de equilíbrio do comércio e o seu potencial de expansão.

- Protocolo 2 - oferta de trigo
- Protocolo 3 - oferta de produtos alimentares
- Protocolo 4 - expansão do comércio
- Protocolo 5 - empresas binacionais
- Protocolo 6 - finanças
- Protocolo 7 - fundo de investimento binacional
- Protocolo 8 - energia
- Protocolo 9 - biotecnologia
- Protocolo 10 - investigação económica
- Protocolo 11 - energia nuclear
- Protocolo 12 - cooperação aeronáutica

Pretende-se criar uma união aduaneira para uma lista de produtos a negociar anualmente - optando os países pela troca de bens levando barreiras tarifárias e não-tarifárias e pela adopção de tarifas externas comuns.

Ainda em 1986 são assinados cinco novos protocolos versando respectivamente sobre:

- Protocolo 13 - produção de aço
- Protocolo 14 - transportes terrestres
- Protocolo 15 - transportes marítimos
- Protocolo 16 - comunicações
- Protocolo 17 - cooperação nuclear

ANEXO III

TRATADO DE ASSUNÇÃO

**Tratado para a constituição de um Mercado Comum entre a República
Argentina, Brasil Paraguai e Uruguai**

Tratado de Assunção

TRATADO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM
MERCADO COMUM ENTRE A REPÚBLICA ARGENTINA,
A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,
A REPÚBLICA DO PARAGUAI E
A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados "Estados-Partes";

Considerando que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social;

Entendendo que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas macroeconômicas e a complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio;

Tendo em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países;

Expressando que este processo de integração constitui uma resposta adequada a tais acontecimentos;

Conscientes de que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevideo de 1980;

Convencidos da necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados-Partes e de modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviço disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida

Reafirmando sua vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos, com a finalidade de alcançar os objetivos supramencionados; acordam:

CAPÍTULO I Propósitos, Princípios e Instrumentos

Artigo 1 – Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará "Mercado Comum do Sul" (MERCOSUL).

Este Mercado Comum implica:

A livre-circulação dos bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados-Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetário, cambial e de capitais, de serviços, alfândega, de transportes e comunicações e outras que se acordem –, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados-Partes, e

O compromisso dos Estados-Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Artigo 2 – O Mercado Comum estará fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados-Partes.

Artigo 3 – Durante o período de transição, que se estenderá desde a entrada em vigor do presente Tratado até 31 de dezembro de 1994, e a fim de facilitar a constituição do Mercado Comum, os Estados-Partes adotam um Regime Geral de Origem, um Sistema de Solução de Controvérsias e Cláusulas de Salvaguarda, que constam como Anexos II, III e IV ao presente Tratado.

Artigo 4 – Nas relações com terceiros países, os Estados-Partes assegurarão condições equitativas de comércio. Para tal fim, aplicarão suas legislações nacionais para inibir importações cujos preços estejam influenciados por subsídios *dumping* ou qualquer outra prática desleal. Paralelamente, os Estados-Partes coordenarão suas respectivas políticas nacionais com o objetivo de elaborar normas comuns sobre concorrência comercial.

Artigo 5 – Durante o período de transição, os principais instrumentos para a constituição do Mercado Comum são:

- Um Programa de Liberação Comercial, que consistirá em reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas da eliminação de restrições não-tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições do comércio entre os Estados-Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não-tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário (Anexo I);
- A coordenação de políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não-tarifárias, indicados na letra anterior;
- Uma tarifa externa comum, que incentive a competitividade externa dos Estados-Partes;
- A adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes.

Artigo 6 – Os Estados-Partes reconhecem diferenças pontuais de ritmo para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, que constam no Programa de Liberação Comercial (ANEXO I).

Artigo 7 – Em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um Estado-Parte gozarão, nos outros Estados-Partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional.

Artigo 8 – Os Estados-Partes comprometem a preservar os compromissos assumidos até a data de celebração do presente Tratado, inclusive os Acordos firmados, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração, e a coordenar suas posições nas negociações comerciais externas que empreendam durante o período de transição. Para tanto:

- evitarão afetar os interesses dos Estados-Partes nas negociações comerciais que realizem entre si até 31 de dezembro de 1994;
- evitarão afetar os interesses dos demais Estados-Partes ou os objetivos do Mercado Comum nos Acordos que celebrarem com outros países-membros da Associação Latino-Americana de Integração durante o período de transição;
- realizarão consultas entre si sempre que negociem esquemas amplos de desgravação tarifária, tendentes à formação de zonas de livre-

comércio com os demais países-membros da Associação Latino-Americana de Integração;

- d) Estenderão automaticamente aos demais Estados-Partes qualquer vantagem, favor, franquia, imunidade ou privilégio que concedam a um produto originário de ou destinado a terceiros países não membros da Associação Latino-Americana de Integração.

CAPÍTULO II

Estrutura Orgânica

Artigo 9 – A administração e execução do presente Tratado e dos Acordos específicos e decisões que se adotem no quadro jurídico que o mesmo estabelece durante o período de transição estarão a cargo dos seguintes órgãos:

- a) Conselho do Mercado Comum;
- b) Grupo Mercado Comum.

Artigo 10 – O Conselho é o órgão superior do Mercado Comum, correspondendo-lhe a condução política do mesmo e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado Comum.

Artigo 11 – O Conselho estará integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e os Ministros de Economia dos Estados-Partes.

Reunir-se-á quantas vezes estime oportuno, e, pelo menos uma vez ao ano, o fará com a participação dos Presidentes dos Estados-Partes.

Artigo 12 – A Presidência do Conselho se exercerá por rotação dos Estados-Partes e em ordem alfabética, por períodos de seis meses.

As reuniões do Conselho serão coordenadas pelos Ministros de Relações Exteriores e poderão ser convidados a delas participar outros Ministros ou autoridades de nível ministerial.

Artigo 13 – O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercado Comum e será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores.

O Grupo Mercado Comum terá faculdade de iniciativa. Suas funções serão as seguintes:

- velar pelo cumprimento do Tratado;
- tomar as providências necessárias ao cumprimento das decisões adotadas pelo Conselho;

- propor medidas concretas tendentes à aplicação do Programa de Liberação Comercial, à contenção de políticas macroeconômicas e à negociação de Acordos frente a terceiros;

- fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do Mercado Comum.

O Grupo Mercado Comum poderá constituir os Subgrupos de Trabalho que forem necessários para o cumprimento de seus objetivos. Constará inicialmente com os Subgrupos mencionados no Anexo V.

O Grupo Mercado Comum estabelecerá seu regime interno no prazo de sessenta (60) dias a partir de sua instalação.

Artigo 14 – O Grupo Mercado Comum estará integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, que representem os seguintes órgãos públicos:

- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Economia ou seus equivalentes (áreas de indústria, comércio exterior e ou coordenação econômica);
- Banco Central.

Após elaborar e propor medidas concretas no desenvolvimento de seus trabalhos, até 31 de dezembro de 1994, o Grupo Mercado Comum poderá convocar, quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos da Administração Pública e do setor privado.

Artigo 15 – O Grupo Mercado Comum contará com uma Secretaria Administrativa cujas principais funções consistirão na guarda de documentos e comunicações de atividades do mesmo. Terá sua sede na cidade de Montevideu.

Artigo 16 – Durante o período de transição, as decisões do Conselho do Mercado Comum e do Grupo Mercado Comum serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados-Partes.

Artigo 17 – Os idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião.

Artigo 18 – Antes do estabelecimento do Mercado Comum, a 31 de dezembro de 1994, os Estados-Partes convocarão uma reunião extraordinária com o objetivo de determinar a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercado Comum, assim como as atribuições específicas de cada um deles e seu sistema de tomada de decisões.

CAPÍTULO III **Vigência**

Artigo 19 – O presente Tratado terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados ante o Governo da República do Paraguai, que comunicará a data do depósito aos Governos dos demais Estados Partes.

O Governo da República do Paraguai notificará ao Governo de cada um dos demais Estados-Partes a data de entrada em vigor do presente Tratado.

CAPÍTULO IV **Adesão**

Artigo 20 – O presente Tratado estará aberto à adesão, mediante negociação, dos demais países-membros da Associação Latino-Americana de Integração, cujas solicitações poderão ser examinadas pelos Estados-Partes depois de cinco (5) anos de vigência deste Tratado.

Não obstante, poderão ser consideradas antes do referido prazo as solicitações apresentadas por países-membros da Associação Latino-Americana de Integração que não façam parte de esquemas de integração subregional ou de uma associação extra-regional.

A aprovação das solicitações será objeto de decisão unânime dos Estados-Partes.

CAPÍTULO V **Denúncia**

Artigo 21 – O Estado-Parte que desajar desvincular-se do presente Tratado deverá comunicar essa intenção aos demais Estados-Partes de maneira expressa e formal, efetuando no prazo de sessenta (60) dias a entrega do documento de denúncia ao Ministério das Relações Exteriores da República do Paraguai, que o distribuirá aos demais Estados-Partes.

Artigo 22 – Formalizada a denúncia, cessarão para o Estado denunciante os direitos e obrigações que correspondam a sua condição de Estado-Parte, mantendo-se os referentes ao programa de liberação do presente Tratado e outros aspectos que os Estados-Partes, juntos com o Estado denunciante, acordem no prazo de sessenta (60) dias após a formalização da denúncia. Esses direitos e obrigações do Estado denunciante continuarão em vigor por um período de dois (2) anos a partir da data da mencionada formalização.

CAPÍTULO VI **Disposições Gerais**

Artigo 24 – Com o objetivo de facilitar a implementação do Mercado Comum, estabelecer-se-á uma Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Os Poderes Executivos dos Estados-Partes manterão seus respectivos Poderes Legislativos informados sobre a evolução do Mercado Comum objeto do presente Tratado.

Feito na cidade de Assunção; aos 26 dias do mês de março de mil novecentos e noventa e um, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O Governo da República do Paraguai será o depositário do presente Tratado e enviará cópia devidamente autenticada do mesmo aos Governos dos demais Estados-Partes signatários e aderentes.

Governo da República Argentina
Governo da República Federativa do Brasil
Governo da República do Paraguai
Governo da República Oriental do Uruguai

ANEXO I **Programa de Liberação Comercial**

Artigo Primeiro – Os Estados-Partes acordam eliminar, o mais tardar a 31 de dezembro de 1994, os gravames e demais restrições aplicadas ao seu comércio recíproco.

No que se refere às Listas de Exceções apresentadas pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai, o prazo para sua eliminação se estenderá até 31 de dezembro de 1995, nos termos do Artigo Sétimo do presente Anexo.

Artigo Segundo – Para efeito do disposto no Artigo anterior, se entenderá:

- a) por "gravames", os direitos aduaneiros e quaisquer outras medidas de efeito equivalente, sejam de caráter fiscal, monetário, cambial ou de qualquer natureza, que incidam sobre o comércio exterior. Não estão compreendidas neste conceito taxas e medidas análogas quando respondam ao custo aproximado dos serviços prestados; e
- b) por "restrições", qualquer medida de caráter administrativo, financeiro, cambial ou de qualquer natureza, mediante a qual um Estado-Parte impeça ou dificulte, por decisão unilateral, o comércio recíproco. Não estão compreendidas no mencionado conceito as medidas adotadas em virtude das situações previstas no Artigo 50 do Tratado de Montevideo de 1930.

Artigo Terceiro – A partir da data de entrada em vigor do Tratado, os Estados-Partes iniciarão um programa de desgravação progressiva, linear e automática, que beneficiará os produtos compreendidos no universo tarifário, classificados em

conformidade com a nomenclatura tarifária utilizada pela Associação Latino-Americana de Integração, de acordo com o cronograma que se estabelece a seguir:

DATA/PERCENTUAL DE DESGRAVAÇÃO

30/VI/91	31/XII/91	30/VI/92	31/XII/92	30/VI/93	31/XII/93	30/VI/94	31/XII/94
47	54	61	68	75	82	89	100

As preferências serão aplicadas sobre a tarifa vigente no momento de sua aplicação e consistem em uma redução percentual dos gravames mais favoráveis aplicados à importação dos produtos procedentes de terceiros países não-membros da Associação Latino-Americana de Integração.

No caso de algum dos Estados-Partes elevar essa tarifa para a importação de terceiros países, o cronograma estabelecido continuará a ser aplicado sobre o nível tarifário vigente a 1 de janeiro de 1991.

Se se reduzirem as tarifas, a preferência correspondente será aplicada automaticamente sobre a nova tarifa na data de entrada em vigência da mesma.

Para tal efeito, os Estados-Partes intercambiarão entre si e remeterão à Associação Latino-Americana de Integração, dentro de trinta dias a partir da entrada em vigor do Tratado, cópias atualizadas de suas tarifas aduaneiras, assim como das vigentes em 1 de janeiro de 1991.

Artigo Quarto – As preferências negociadas nos Acordos de Alcance Parcial, celebrados no marco da Associação Latino-Americana de Integração pelos Estados-Partes entre si, serão aprofundadas dentro do presente Programa de Desgravação de acordo com o seguinte cronograma:

DATA/PERCENTUAL DE DESGRAVAÇÃO

31/XII/90	30/VI/91	31/XII/91	30/VI/92	31/XII/92	30/VI/93	31/XII/93	30/VI/94	31/XII/94
00 a 40	47	54	61	68	75	82	89	100
41 a 45	52	59	66	73	80	87	94	100
46 a 50	57	64	71	78	85	92	100	
51 a 55	61	67	73	79	86	93	100	
56 a 60	67	74	81	88	95	100		
61 a 65	71	77	83	89	96	100		
66 a 70	75	80	85	90	95	100		
71 a 75	80	85	90	95	100			
76 a 80	85	90	95	100				
81 a 85	89	93	97	100				
86 a 90	95							
91 a 95	100							
96 a 100								

Estas desgravações se aplicam exclusivamente no âmbito dos respectivos Acordos de Alcance Parcial, não beneficiando os demais integrantes do Mercado Comum, e, não alcançarão os produtos incluídos nas respectivas Listas de Exceções.

Artigo Quinto – Sem prejuízo do mecanismo descrito nos Artigos Terceiro e Quarto, os Estados-Partes poderão aprofundar adicionalmente as preferências, mediante negociações a efetuar-se no âmbito dos Acordos previstos no Tratado de Montevideo 1980.

Artigo Sexto – Estarão excluídos do cronograma de desgravação a que se referem os Artigos Terceiro e Quarto do presente Anexo os produtos compreendidos nas Listas de Exceções apresentadas por cada um dos Estados-Partes com as seguintes quantidades de itens NALADI:

República Argentina	394
República Federativa do Brasil	324
República do Paraguai	439
República Oriental do Uruguai	960

Artigo Sétimo – As Listas de Exceções serão reduzidas no vencimento de cada ano calendário de acordo com o cronograma que se detalha a seguir:

- Para a República Argentina e a República Federativa do Brasil na razão de vinte por cento (20%) anuais dos itens que a compõem, redução que se aplica desde 31 de dezembro de 1990;
- Para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, a redução se fará na razão de:

- 10% na data de entrada em vigor do Tratado,
- 10% em 31 de dezembro de 1991,
- 20% em 31 de dezembro de 1992,
- 20% em 31 de dezembro de 1993,
- 20% em 31 de dezembro de 1994,
- 20% em 31 de dezembro de 1995.

Artigo Oitavo – As Listas de Exceções incorporadas nos Apêndices I, II, III e IV incluem a primeira redução contemplada no Artigo anterior. (I)

Artigo Nono – Os produtos que forem retirados das Listas de Exceções nos termos previstos no Artigo Sétimo se beneficiarão automaticamente das preferências que resultem do Programa de Desgravação estabelecido no Artigo Terceiro do presente Anexo com, pelo menos, o percentual de desgravação mínimo previsto na data em que se opere sua retirada dessas Listas.

Artigo Décimo – Os Estados-Partes somente poderão aplicar até 31 de dezembro de 1994, aos produtos compreendidos no programa de desgravação, as restrições não-tarifárias expressamente declaradas nas Notas Complementares ao

(1) Não foram reproduzidas as referidas "Listas de Exceções" originais em função do cronograma de redução previsto no artigo sétimo deste Tratado.

Acordo de Complementação que os Estados-Partes celebrem no marco do Tratado de Montevideo 1980.

A 31 de dezembro de 1994 e no âmbito do Mercado Comum, ficarão eliminadas todas as restrições não-tarifárias.

Artigo Décimo Primeiro – A fim de assegurar o cumprimento do cronograma de desgravação estabelecido nos Artigos Terceiro e Quarto, assim como o Estabelecimento do Mercado Comum, os Estados-Partes coordenarão as políticas macroeconômicas e as setoriais que se acordem, a que se refere o Tratado para a constituição do Mercado Comum, começando por aquelas relacionadas aos fluxos de comércio e à configuração dos setores produtivos dos Estados-Partes.

Artigo Décimo Segundo – As normas contidas no presente Anexo não se aplicam aos Acordos de Alcance Parcial, de Complementação Econômica Números 1, 2, 13 e 14, nem aos comerciais e agropecuários, subscritos no âmbito do Tratado de Montevideo 1980, os quais se regerão exclusivamente pelas disposições neles estabelecidas.

ANEXO II

Regime Geral de Origem

CAPÍTULO I

Regime Geral de Qualificação de Origem

Artigo Primeiro – Serão considerados originários dos Estados-Partes:

- a) Os produtos elaborados integralmente no território de qualquer um deles, quando em sua elaboração forem utilizados exclusivamente materiais originários dos Estados-Partes;
- b) Os produtos compreendidos nos capítulos ou posições da Nomenclatura Tarifária da Associação Latino-Americana de Integração que se identificam no Anexo I da Resolução 78 do Comitê de Representantes da citada Associação, pelo simples fato de serem produzidos em seus respectivos territórios.

Considerar-se-ão produzidos no território de um Estado-Parte:

- i) Os produtos dos reinos mineral, vegetal ou animal, incluindo os da caça e da pesca, extraídos, colhidos ou apanhados, nascidos e criados em seu território ou em suas Águas Territoriais ou Zona Econômica Exclusiva;
- ii) Os produtos do mar extraídos fora de suas Águas Territoriais e Zona Econômica Exclusiva por barcos de sua bandeira ou atendidos por empresas estabelecidas em seu território; e

iii) Os produtos que resultem de operações ou processos efetuados em seu território pelos quais adquiram a forma final em que serão comercializados, exceto quando esses processos ou operações consistam somente em simples montagens ou ensablagens, embalagem, fracionamento em lotes ou volumes, seleção e classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou outras operações ou processos equivalentes;

c) Os produtos em cuja elaboração se utilizem materiais não-originários dos Estados-Partes, quando resultem de um processo de transformação, realizado no território de algum deles, que lhes confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estarem classificados na Nomenclatura Aduaneira da Associação Latino-Americana de Integração em posição diferente à dos mencionados materiais, exceto nos casos em que os Estados-Partes determinem que, ademais, se cumpria com o requisito previsto no Artigo Segundo do presente Anexo.

Não obstante, não serão considerados originários os produtos resultantes de operações ou processos efetuados no território de um Estado-Parte pelos quais adquiram a forma final em que serão comercializados, quando nessas operações ou processos forem utilizados exclusivamente materiais ou insusos não-originários de seus respectivos países e consistam apenas em montagens ou ensablagens, fracionamento em lotes ou volumes, seleção, classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou outras operações ou processos semelhantes;

d) Até 31 de dezembro de 1994 os produtos resultantes de operações de ensablagem e montagem realizadas no território de um Estado-Parte utilizando materiais originários dos Estados-Partes e de terceiros países, quando o valor dos materiais originários não for inferior a 40% do valor FOB de exportação do produto final; e

e) Os produtos que, além de serem produzidos em seu território, cumpriam com os requisitos específicos estabelecidos no Anexo 2 da Resolução 78 do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração.

Artigo Segundo – Nos casos em que o requisito estabelecido na letra c) do Artigo Primeiro não possa ser cumprido porque o processo de transformação operado não implica mudança de posição na nomenclatura, bastará que o valor CIF porto de destino ou CIF porto marítimo dos materiais de terceiros países não exceda a 50 (cinquenta) por cento do valor FOB de exportação das mercadorias de que se trata.

Na ponderação dos materiais originários de terceiros países para os Estados-Partes sem litoral marítimo, ter-se-ão em conta, como porto de destino, os

depósitos e zonas francas concedidos pelos demais Estados-Partes, quando os materiais chegarem por via marítima.

Artigo Terceiro – Os Estados-Partes poderão estabelecer, de comum acordo, requisitos específicos de origem, que prevalecerão sobre os critérios gerais de qualificação.

Artigo Quarto – Na determinação dos requisitos específicos de origem a que se refere o Artigo Terceiro, assim como na revisão dos que tiverem sido estabelecidos, os Estados-Partes, tomarão como base, individual ou conjuntamente, os seguintes elementos:

I) Materiais e outros insumos empregados na produção:

a) Matérias-primas:

- i) Matéria-prima preponderante ou que confira ao produto sua característica essencial; e
- ii) Matérias-primas principais.

b) Partes ou peças:

- i) Parte ou peça que confira ao produto sua característica essencial;
- ii) Partes ou peças principais; e
- iii) Percentual das partes ou peças em relação ao peso total.

c) Outros insumos.

II) Processo de transformação ou elaboração utilizado.

- III) Proporção máxima do valor dos materiais importados de terceiros países em relação ao valor total do produto, que resulte do procedimento de valorização acordado em cada caso.

Artigo Quinto – Em casos excepcionais, quando os requisitos específicos não puderem ser cumpridos porque ocorrem problemas circunstanciais de abastecimento: disponibilidades, especificações técnicas, prazo de entrega e preço, tendo em conta o disposto no Artigo 4 do Tratado, poderão ser utilizados materiais não originários dos Estados-Partes.

Dada a situação prevista no parágrafo anterior, o país exportador emitirá o certificado correspondente informando ao Estado-Parte importador e ao Grupo Mercado Comum, acompanhando os antecedentes e circunstâncias que justifiquem a

Caso se produza uma contínua reiteração desses casos, o Estado-Parte exportador ou o Estado-Parte importador comunicará esta situação ao Grupo Mercado Comum, para fins de revisão do requisito específico.

Este Artigo não compreende os produtos que resultem de operações de ensamblagem ou montagem, e será aplicável até a entrada em vigor da Tarifa Externa Comum para os produtos objeto de requisitos específicos de origem e seis materiais ou insumos.

Artigo Sexto – Qualquer dos Estados-Partes poderá solicitar a revisão dos requisitos de origem estabelecidos de conformidade com o Artigo Primeiro. Em sua solicitação, deverá propor e fundamentar os requisitos aplicáveis ao produto ou produtos de que se trate.

Artigo Sétimo – Para fins do cumprimento dos requisitos de origem, os materiais e outros insumos, originários do território de qualquer dos Estados-Partes, incorporados por um Estado-Parte na elaboração de determinado produto, serão considerados originários do território deste último.

Artigo Oitavo – O critério de máxima utilização de materiais ou outros insumos originários dos Estados-Partes não poderá ser considerado para fixar requisitos que impliquem a imposição de materiais ou outros insumos dos referidos Estados-Partes quando, a juízo dos mesmos, estes não cumpriam condições adequadas de abastecimento, qualidade e preço, ou que não se adaptem aos processos industriais ou tecnologias aplicadas.

Artigo Nono – Para que as mercadorias originárias se beneficiem dos tratamentos preferenciais, as mesmas deverão ter sido expedidas diretamente do país exportador ao país importador. Para tal fim, se considera expedição direta:

- a) As mercadorias transportadas sem passar pelo território de algum país não-participante do Tratado.
- b) As mercadorias transportadas em trânsito por um ou mais países não-participantes, com ou sem transbordo ou armazenamento temporário, sob a vigilância de autoridade alfandegária competente em tais países, sempre que:
 - i) o trânsito estiver justificado por razões geográficas ou por considerações relativas a requerimentos do transporte;
 - ii) não estiverem destinadas ao comércio, uso ou emprego no país de trânsito, e
 - iii) não sofrerem, durante o transporte e depósito, nenhuma operação distinta da de carga e descarga ou manuseio para mantê-las em boas condições ou assegurar sua conservação.

Artigo Décimo – Para os efeitos do presente Regime Geral se entenderá:

- a) que os produtos procedentes das zonas francas situadas nos limites geográficos de qualquer dos Estados Partes deverão cumprir os requisitos previstos no presente Regime Geral;
- b) que a expressão "materiais" compreende as matérias-primas, os produtos intermediários e as partes e peças utilizadas na elaboração das mercadorias.

CAPÍTULO II

Declaração, Certificação e Comprovação

Artigo Décimo Primeiro – Para que a importação dos produtos originários dos Estados-Partes possa beneficiar-se das reduções de gravames e restrições outorgadas entre si, na documentação correspondente às exportações de tais produtos deverá constar uma declaração que certifique o cumprimento dos requisitos de origem estabelecidos de acordo com o disposto no Capítulo anterior.

Artigo Décimo Segundo – A declaração a que se refere o Artigo precedente será expedida pelo produtor final ou pelo exportador da mercadoria, e certificada por uma repartição oficial ou entidade de classe com personalidade jurídica, credenciada pelo Governo do Estado Parte exportador.

As credenciar entidades de classe, os Estados-Partes zelarão para que se trate de organizações que atuem com jurisdição nacional, podendo delegar atribuições a entidades regionais ou locais, conservando sempre a responsabilidade direta pela veracidade das certificações que forem expedidas.

Os Estados-Partes se comprometem, no prazo de 90 dias a partir da entrada em vigor do Tratado, a estabelecer um regime harmonizado de sanções administrativas para casos de falsidade nos certificados, sem prejuízo das ações penais correspondentes.

Artigo Décimo Terceiro – Os certificados de origem emitidos para os fins do presente Tratado terão prazo de validade de 180 dias, a contar da data de sua expedição.

Artigo Décimo Quarto – Em todos os casos, se utilizará o formulário-padrão que figura anexo ao Acordo 25 do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração, enquanto não entrar em vigor outro formulário aprovado pelos Estados-Partes.

Artigo Décimo Quinto – Os Estados-Partes comunicarão à Associação Latino-Americana de Integração a relação das repartições oficiais e entidades de classe credenciadas a expedir a certificação a que se refere o Artigo anterior, com o registro e fac-símile das assinaturas autorizadas.

Artigo Décimo Sexto – Sempre que um Estado-Parte considerar que os certificados emitidos por uma repartição oficial ou entidade de classe credenciada de outro Estado Parte não se ajustam às disposições contidas no presente Regime Geral, comunicará o fato ao outro Estado-Parte para que este adote as medidas que estime necessárias para solucionar os problemas apresentados.

Em nenhum caso o país importador deterá o trâmite da importação dos produtos amparados nos certificados a que se refere o parágrafo anterior, mas poderá, além de solicitar as informações adicionais que correspondam às autoridades governamentais do país exportador, adotar as medidas que considere necessárias para resguardar o interesse fiscal.

Artigo Décimo Sétimo – Para fins de um controle posterior, as cópias dos certificados e os documentos respectivos deverão ser conservados durante dois (2) anos a partir de sua emissão.

Artigo Décimo Oitavo – As disposições do presente Regime Geral e as modificações que lhe forem introduzidas não afetarão as mercadorias embarcadas na data de sua adoção.

Artigo Décimo Nono – As normas contidas no presente Anexo não se aplicam ao Acordo de Alcance Parcial, de Complementação Econômica nrs. 1, 2, 13 e 14 nem aos comerciais e agropecuários subscritos no âmbito do Tratado de Montevideo 1980, os quais se regerão exclusivamente pelas disposições neles estabelecidas.

ANEXO III

Solução de Controvérsias

1. As controvérsias que possam surgir entre os Estados-Partes como consequência da aplicação do Tratado serão resolvidas mediante negociações diretas.

No caso de não lograrem uma solução, os Estados-Partes submeterão a controvérsia à consideração do Grupo Mercado Comum que, após avaliar a situação, formulará no lapso de sessenta (60) dias as recomendações pertinentes às Partes para a solução do diferendo. Para tal fim, o Grupo Mercado Comum poderá estabelecer ou convocar painéis de especialistas ou grupos de peritos com o objetivo de contar com assessoramento técnico.

Se no âmbito do Grupo Mercado Comum tampouco for alcançada uma solução, a controvérsia será elevada ao Conselho do Mercado Comum para que este adote as recomendações pertinentes.

2. Dentro de cento e vinte (120) dias a partir da entrada em vigor do Tratado, o Grupo Mercado Comum levará aos Governos dos Estados-Partes uma proposta de Sistema de Solução de Controvérsias, que vigará durante o período de transição.

3. Até 31 de dezembro de 1994, os Estados-Partes adotarão um Sistema Permanente de Solução de Controvérsias para o Mercado Comum.

ANEXO IV Cláusulas de Salvaguarda

Artigo 1 – Cada Estado-Parte poderá aplicar, até 31 de dezembro de 1994, Cláusulas de Salvaguarda à importação dos produtos que se beneficiem do Programa de Liberação Comercial estabelecido no âmbito do Tratado.

Os Estados-Partes acordam que somente deverão recorrer ao presente Regime em casos excepcionais.

Artigo 2 – Se as importações de determinado produto causarem dano ou ameaça de dano grave a seu mercado, como consequência de um sensível aumento, em um curto período, das importações desse produto provenientes dos outros Estados-Partes, o país importador solicitará ao Grupo Mercado Comum a realização de consultas com vistas a eliminar essa situação.

O pedido do país importador estará acompanhado de uma declaração pormenorizada dos fatos, razões e justificativas do mesmo.

O Grupo Mercado Comum deverá iniciar as consultas no prazo máximo de dez (10) dias corridos a partir da apresentação do pedido do país importador e deverá concluir, havendo tomado uma decisão a respeito, dentro de vinte (20) dias corridos após seu início.

Artigo 3 – A determinação do dano ou ameaça de dano grave no sentido do presente Regime será analisada por cada país, levando em conta a evolução, entre outros, dos seguintes aspectos relacionados com o produto em questão:

- a) Nível de produção e capacidade utilizada;
- b) Nível de emprego;
- c) Participação no mercado;
- d) Nível de comércio entre as Partes envolvidas ou participantes de consultas;
- e) Desempenho das importações e exportações com relação a terceiros países.

Nenhum dos fatores acima mencionados constitui, por si só, um critério decisivo para a determinação do dano ou ameaça de dano grave.

Não serão considerados, na determinação do dano ou ameaça de dano grave, fatores tais como as mudanças tecnológicas ou mudanças nas preferências dos

consumidores em favor de produtos similares e/ou diretamente competitivos dentro do mesmo setor.

A aplicação da cláusula de salvaguarda dependerá, em cada país, da aprovação final da seção nacional do Grupo Mercado Comum.

Artigo 4 – Como objetivo de não interromper as correntes de comércio que tiverem sido geradas, o país importador negociará uma quota para a importação do produto objeto de salvaguarda, que se regerá pelas mesmas preferências e demais condições estabelecidas no Programa de Liberação Comercial.

A mencionada quota será negociada com o Estado-Parte de onde se originam as importações, durante o período de consulta a que se refere o Artigo 2. Vencido o prazo da consulta e não havendo acordo, o país importador que se considerar afetado poderá fixar uma quota, que será mantida pelo prazo de um ano. Em nenhum caso a quota fixada unilateralmente pelo país importador será menor que a média dos volumes físicos importados nos últimos três (3) anos calendários.

Artigo 5 – As cláusulas de salvaguarda terão um ano de duração e poderão ser prorrogadas por um novo período anual e consecutivo, aplicando-se-lhes os termos e condições estabelecidas no presente Anexo. Estas medidas apenas poderão ser adotadas uma vez para cada produto.

Em nenhum caso a aplicação de cláusulas de salvaguarda poderá estender-se além de 31 de dezembro de 1994.

Artigo 6 – A aplicação das cláusulas de salvaguarda não afetará as mercadorias enlaçadas na data de sua adoção, as quais serão computadas na quota prevista no Artigo 4.

Artigo 7 – Durante o período de transição, no caso de algum Estado-Parte se considerar afetado por graves dificuldades em suas atividades econômicas, solicitará ao Grupo Mercado Comum a realização de consultas, a fim de que se tomem as medidas corretivas que forem necessárias.

O Grupo Mercado Comum, dentro dos prazos estabelecidos no Artigo 2 do presente Anexo, avaliará a situação e se pronunciará sobre as medidas a serem adotadas, em função das circunstâncias.

ANEXO V

Subgrupos de Trabalho do Grupo Mercado Comum

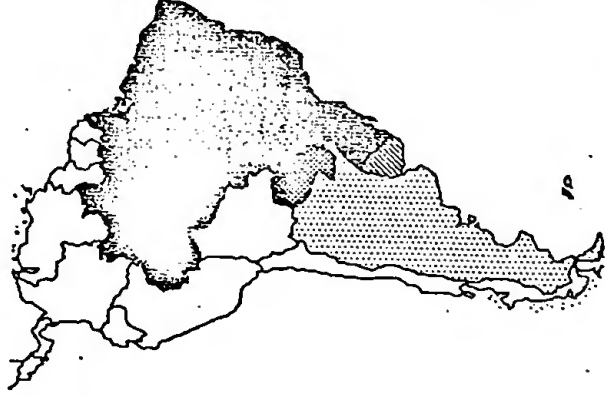
O Grupo Mercado Comum, para fins de coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais, constituirá, no prazo de 30 dias após sua instalação de Trabalho:

Subgrupo 1:	Assuntos Comerciais
Subgrupo 2:	Assuntos Aduaneiros
Subgrupo 3:	Normas Técnicas
Subgrupo 4:	Política Fiscal e Monetária Relacionadas com o Comércio
Subgrupo 5:	Transporte Terrestre
Subgrupo 6:	Transporte Marítimo
Subgrupo 7:	Política Industrial e Tecnológica
Subgrupo 8:	Política Agrícola
Subgrupo 9:	Política Energética
Subgrupo 10:	Coordenação de Políticas Macroeconômicas

ANEXO IV

QUADRO DO COMÉRCIO INTRA E EXTRA MERCOSUL ENTRE 1980-1994

JANEIRO/JUNHO - 1994



INTERCÂMBIO COMERCIAL

BRASIL x MERCOSUL

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO
SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR
Departamento Técnico de Intercâmbio Comercial

ÍNDICE

	PÁGINA
I - MERCOSUL	
Série Histórica 1980/1994 (JANEIRO/JUNHO).....	01
Resumo por país 1980/1994 (JANEIRO/JUNHO).....	02
Gráficos - Balança Comercial Brasil x Mercosul	
II - ARGENTINA	
Série Histórica 1980/1994 (JANEIRO/JUNHO).....	05
Exportação por grupo de produtos - 1990/1994 (Jan/Jun).....	06
Importação por grupo de produtos - 1990/1994 (Jan/Jun).....	07 e 08
III- PARAGUAI	
Série Histórica 1980/1994 (JANEIRO/JUNHO).....	11
Exportação por grupo de produtos - 1990/1994 (Jan/Jun).....	12
Importação por grupo de produtos - 1990/1994 (Jan/Jun).....	13
IV- URUGUAI	
Série Histórica 1980/1994 (JANEIRO/JUNHO).....	17
Exportação por grupo de produtos - 1990/1994 (Jan/Jun).....	18
Importação por grupo de produtos - 1990/1994 (Jan/Jun).....	19

I' - MERCOSUL

ANO	EXPORTAÇÃO (A)	VARIACÃO RELATIVA (*)	PART. X (**)	INFORTAÇÃO (B)	VARIACÃO RELATIVA (*)	PART. X (**)	S A L D O (A-B)	CORRENTE COMÉRCIO (A+B)	COBERTURA (A/B)
1980	1,811,440	-	9.00	1,044,324	-	4.55	767,116	2,855,764	1.73
1981	1,702,988	-5.99	7.31	936,379	-8.42	4.33	746,609	2,639,368	1.78
1982	1,128,597	-33.73	5.59	868,422	-9.20	4.48	260,175	1,997,019	1.30
1983	992,059	-12.10	4.53	521,056	-40.00	3.38	471,003	1,513,116	1.90
1984	1,321,641	33.22	4.89	574,065	29.37	4.85	607,575	1,995,706	1.96
1985	990,301	-25.07	3.86	533,752	1.44	5.19	306,548	1,674,053	1.45
1986	1,170,298	18.18	5.24	1,158,111	73.76	7.40	-17,813	2,358,409	0.99
1987	1,387,545	18.56	5.29	388,022	-25.26	5.90	499,523	2,275,567	1.56
1988	1,642,947	18.41	4.66	1,138,387	28.19	7.80	504,559	2,781,334	1.44
1989	1,379,717	-16.02	4.01	2,193,875	92.72	12.02	-814,157	3,573,592	0.63
1990	1,320,244	-4.31	4.20	2,319,551	5.73	11.23	-999,307	3,639,796	0.57
1991	2,309,353	74.92	7.30	2,268,370	-2.21	10.78	40,983	4,577,722	1.02
1992	4,097,469	77.43	11.45	2,249,595	-0.83	10.94	1,847,875	6,347,064	1.82
1993	5,395,236	31.67	13.97	3,360,556	49.38	13.10	2,034,680	8,755,792	1.61
JAN	377,577	-	13.36	235,270	-	13.08	142,307	612,047	1.60
FEV	405,111	7.29	13.98	184,090	-21.75	12.86	221,020	589,201	2.20
MAR	459,574	13.44	13.10	249,916	35.76	12.49	209,658	709,490	1.84
ABR	360,667	-21.52	11.91	302,926	21.21	14.26	57,741	663,593	1.19
MAI	308,948	-14.34	10.59	225,951	-25.41	14.21	82,997	534,898	1.37
JUN	435,277	40.89	13.44	317,793	40.65	13.89	117,484	753,071	1.37
JUL	519,055	19.25	15.15	355,986	12.02	12.67	163,069	875,041	1.46
AGO	527,317	1.59	15.06	327,000	-8.12	13.78	200,317	854,398	1.61
SET	479,794	-9.01	13.93	300,467	-8.14	13.55	179,327	780,261	1.60
OUT	481,450	0.33	14.06	249,797	-16.86	11.91	231,652	731,247	1.93
NOV	507,079	5.32	15.99	291,549	16.71	13.60	215,529	798,628	1.74
DEZ	533,388	5.19	15.64	319,729	9.67	11.50	213,658	853,117	1.67
1994	2,724,914	-49.49	13.54	1,652,052	-50.84	12.15	1,072,862	4,376,967	1.65
JAN	409,131	-	14.09	209,003	-	11.83	200,128	618,134	1.96
FEV	383,937	-6.16	13.82	260,244	24.52	10.43	123,693	644,181	1.40
MAR	471,056	22.69	14.06	275,535	5.88	12.40	195,521	746,592	1.71
ABR	484,993	2.96	13.34	262,229	-4.83	12.00	222,765	747,222	1.85
MAI	470,241	-3.04	12.18	337,575	28.73	13.80	132,666	807,817	1.39
JUN	505,555	7.51	13.48	307,466	-8.92	12.31	198,089	813,021	1.64
JUL
AGO
SET
OUT
NOV
DEZ

(*) Critério de cálculo : Anual -> sobre o ano anterior. Mensal -> sobre o mes anterior.

SECEX/DTIC

INTERCAMBIO COMERCIAL BRASIL x MERCOSUL

MERC02

05/08/94

PAG.: 02

US\$ 1.000 F.O.B.

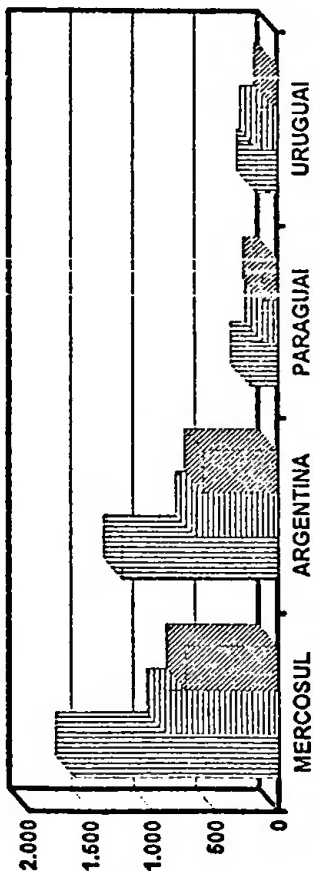
S E S	JANEIRO/JUNHO-1994			JANEIRO/JUNHO-1993			1993			1992			1991		
	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO
UNA	1.907.152	1.369.342	537.810	1.556.091	1.241.738	314.353	3.658.779	2.705.111	953.668	3.039.984	1.721.421	1.318.563	1.476.171	1.614.680	-138.508
AI	472.299	95.168	377.131	456.965	110.220	346.745	960.646	271.018	689.628	543.320	187.403	355.917	496.114	219.587	276.521
I	345.464	187.543	157.921	334.098	163.988	170.110	775.811	384.427	391.384	514.165	340.771	173.394	337.068	434.103	-97.033
UL (A)	2.724.915	1.652.053	1.072.862	2.347.154	1.515.946	831.208	5.395.236	3.360.556	2.034.680	4.097.469	2.249.595	1.847.874	2.309.353	2.268.370	40.980
BRASIL(8)	120.123.722	13.599.910	6.523.812	118.417.527	11.233.113	7.184.414	138.610.040	25.654.508	12.955.532	135.792.986	20.554.091	15.238.895	131.620.459	21.041.459	10.579.000
Z (A/B)	13,54	12,15	--	12,74	13,50	--	13,97	13,10	--	11,45	10,94	--	7,30	10,78	--

- Exportacao: Secretaria de Comercio Exterior - SECEX

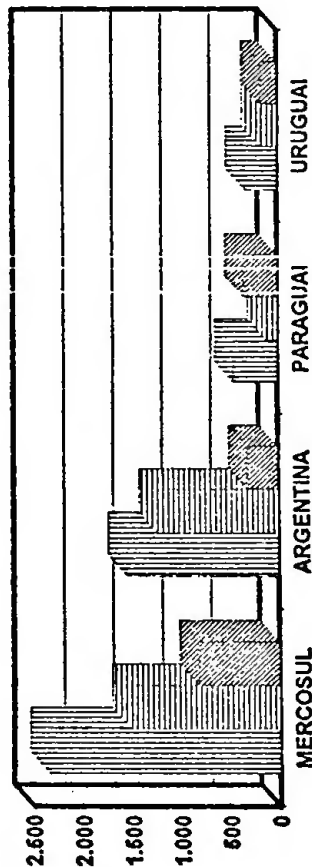
- Importacao: Secretaria da Receita Federal - SRF

cao: Secretaria de Comercio Exterior - SECEX

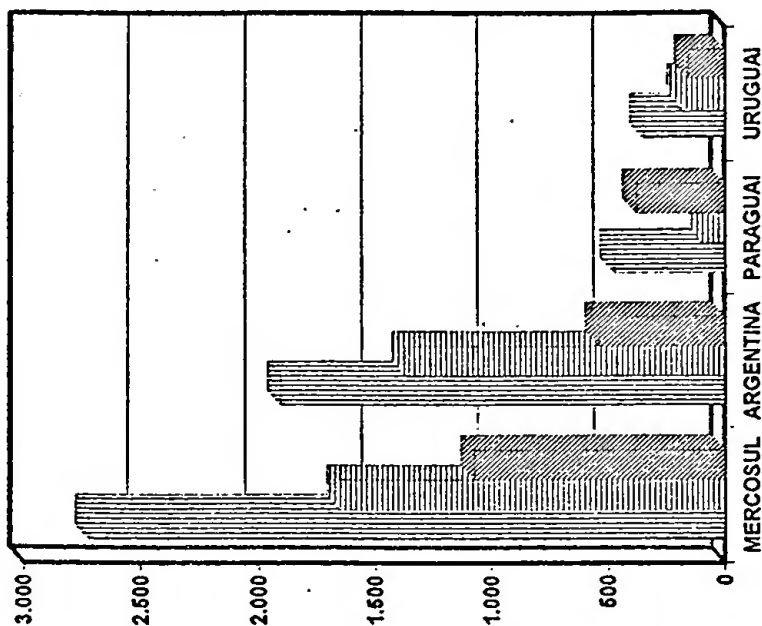
JANEIRO/JUNHO - 1992



JANEIRO/JUNHO - 1993

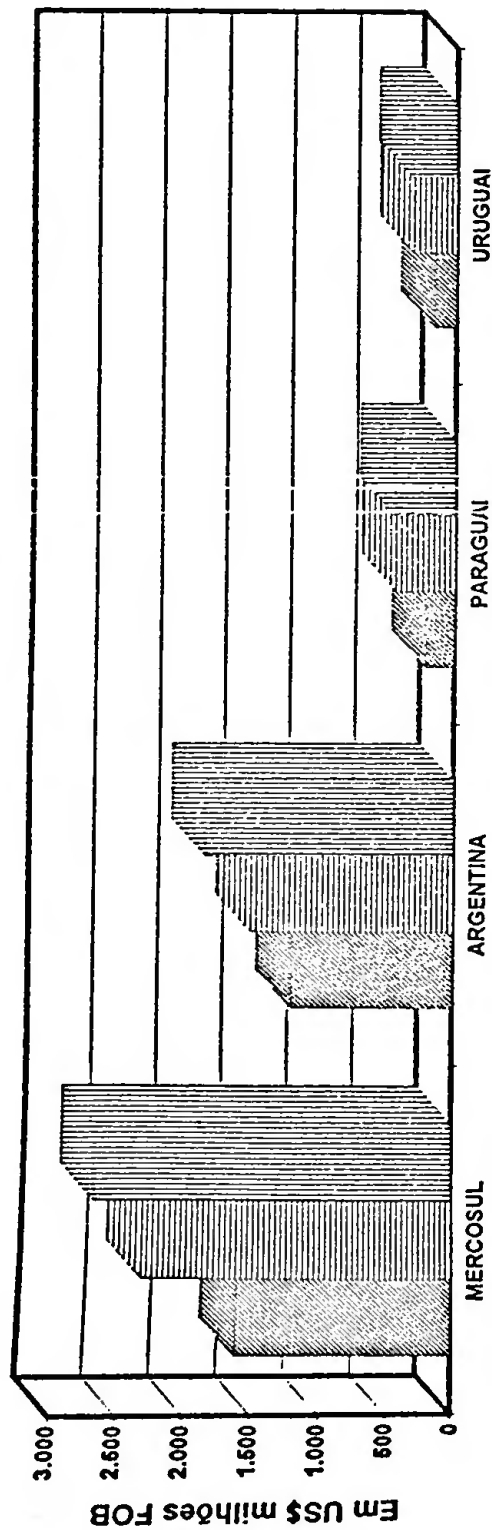


JANEIRO/JUNHO - 1994

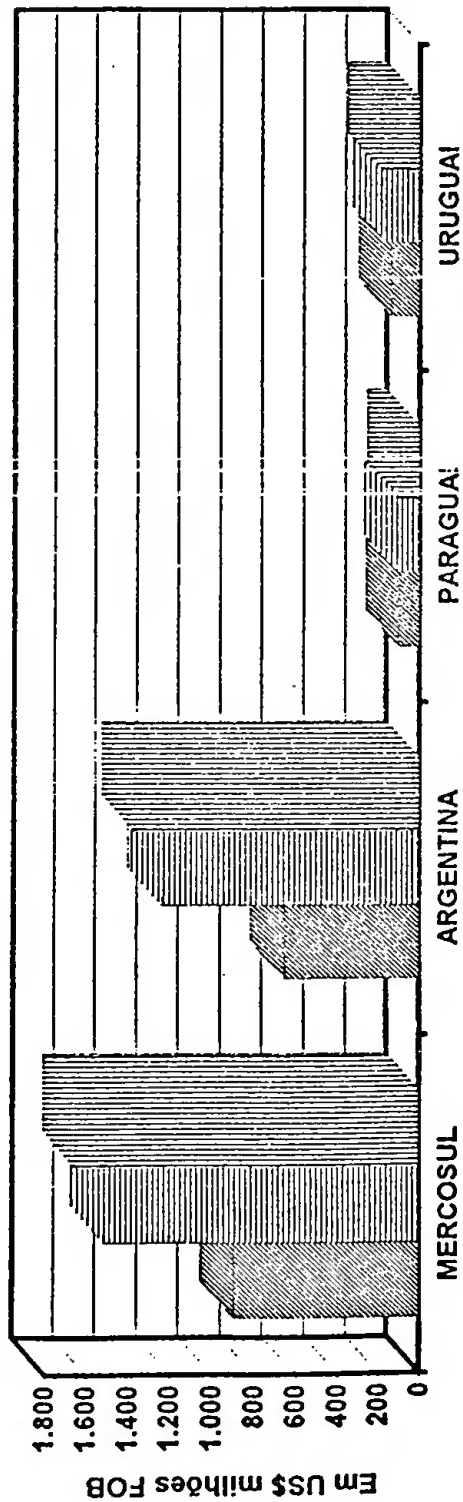


EXPORT. IMPORT. SALDO

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA O MERCOSUL - JANEIRO / JUNHO -



IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DO MERCOSUL - JANEIRO / JUNHO -



1992 1993 1994

II - ARGENTINA

DISCRIMINACAO

JAN/90

Var. %

JAN/92

PART:

JAN/92

PART:

Var. %

JAN/92

PART:

1994 1993 94/93 1993 1992 1992 92/92 1994

TOTAL GERAL

1.907.152	1.556.391	22,56	3.638.779	100,00	3.039.984	100,00	20,35	1.476.171	100,00
-----------	-----------	-------	-----------	--------	-----------	--------	-------	-----------	--------

MATERIAL DE TRANSPORTE (Caps. 86 a 89)

- Veiculos automoveis, partes e pecas

MAQUINAS, APARELHOS MECANICOS E ELETRICOS (Caps. 84 e 85)

- Maquinas, aparos, e instr. mecanicos

- Maquinas, aparelhos e material eletrico

PRODUTOS DAS INDUSTRIAS QUIMICAS (Caps. 28 a 39)

- Plasticos e suas obras

- Produtos quimicos organicos

- Produtos diversos das industrias quimicas

- Produtos quimicos inorganicos

- Produtos para fotografia e cinematografia

- Extratos tanantes e tintoriais

PRODUTOS METALURGICOS E FERRAMENTAS (Caps. 72 a 83)

- Produtos siderurgicos

- Ferramentas, artefatos diversos

- Manufaturas de ferro ou aco

- Alumínio e artefatos de alumínio

PRODUTOS MINERAIS (Caps. 25 a 27)

- Minérios, escórias e cinzas

- Combustíveis minerais

- Sal, enxofre, gesso, cimento, etc

BORRACHA E SUAS OBRAS (Cap. 40)

MATERIAS TEXTEIS E SUAS OBRAS (Caps. 50 a 63)

- Artificiais e sintéticos

- Algodão (fibras, fios e tecidos)

- Vestuário e acessórios, de malha

CELULOSE, PAPEL E SUAS OBRAS (Caps. 47 a 49)

- Papel e cartão

PROD. DAS INDS. ALIMENTARES, BEBIDAS, FUMO, ETC. (Caps. 16 a 24)

- Cacaú e suas preparacoes

PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (Caps. 01 a 05)

- Carnes e ajudas comestiveis

PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL (Caps. 06 a 14)

- Café, chá, mate e especiarias

- Frutas

PROD. CERAMICOS, VIDRO, OBRAS DE GESSO, CIMENTO, ETC. (Caps. 68 a 70)

DETAIS PRODUTOS

78.025	54.333	42,30	133.010	3,64	93.507	3,09	42,25	34.409	2,33
--------	--------	-------	---------	------	--------	------	-------	--------	------

1991 7

TOTAL GERAL												

PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL (Caps. 06 a 14)												
- Produtos das indústrias de moagem												
- Cereais												
- Frutas												
- Produtos hortícolas												
- Sementes e frutos oleaginosos												
MAQUINAS, APARELHOS MECANICOS E ELETRICOS (Caps. 84 e 85)												
- Maquinas, aparelhos e instrumentos mecanicos												
- Maquinas, aparelhos e material elétrico												
MATERIAL DE TRANSPORTE (Caps. 86 a 89)												
- Veículos automóveis, partes e peças												
PRODUTOS DAS INDUSTRIAS QUIMICAS (Caps. 28 a 39)												
- Plasticos e suas obras												
- Produtos quimicos organicos												
- Produtos quimicos inorganicos												
- Produtos para fotografia e cinematografia												
- Produtos diversos das indústrias quimicas												
- Extratos tanantes e tintoriais												
PELES, COUROS E SUAS OBRAS (Caps. 41 a 43)												
- Peles, exceto a peleteria												
ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (Caps. 01 a 05)												
- Peixes e crustaceos												
- Carnes e miudezas comestiveis												
- Leite e derivados												
PRODUTOS METALURGICOS E FERRAMENTAS (Caps. 72 a 83)												
- Ferramentas, artefactos diversos												
- Produtos siderurgicos												
- Alumínio e artefactos de alumínio												
- Manufaturas de ferro ou aço												
BOBILHAS E OLEOS ANIMAIS E VEGETAIS (Cap. 15)												
MATERIAS TEXTIS E SUAS OBRAS (Caps. 50 a 63)												
- Artificiais e sintéticos												
- Lã												
1.369,342	1.241,738	10,28	2.705,111	100,00	1.721,421	100,00	57,14	1.614,689	100,00			
438,311	520,788	-15,84	906,126	33,50	738,758	42,92	22,66	672,021	41,62			
252,755	325,551	-22,36	499,486	18,46	409,604	23,79	21,94	285,557	17,69			
80,409	90,154	-10,81	228,532	8,45	122,753	7,13	86,17	125,325	7,76			
20,655	30,708	-6,00	61,121	2,26	68,583	3,98	-10,88	101,691	6,30			
74,635	66,808	11,72	107,303	3,97	88,081	5,16	20,95	102,729	6,36			
906	5,051	-82,10	5,961	0,22	47,541	2,76	-87,46	55,866	3,46			
92,207	81,263	19,47	193,722	7,16	141,066	8,19	37,33	148,573	9,28			
79,730	72,502	9,85	172,990	6,39	127,123	7,38	36,08	130,288	8,07			
12,477	8,681	43,72	20,732	0,77	13,943	0,81	48,69	18,286	1,13			
250,686	150,631	66,42	466,953	17,26	222,224	12,91	110,13	108,939	6,75			
250,114	149,591	67,20	464,528	17,17	220,845	12,83	110,34	106,389	6,55			
90,705	75,010	20,92	164,656	6,09	175,826	10,21	-6,35	170,163	10,5			
22,494	23,232	-3,18	46,091	1,73	51,414	2,99	-10,35	41,440	2,5			
28,763	19,210	49,73	41,208	1,52	42,070	2,44	-2,05	52,685	3,22			
9,577	9,836	-2,63	19,762	0,73	23,039	1,34	-14,22	25,911	1,6			
6,878	5,678	21,14	18,767	0,69	18,029	1,05	4,09	19,859	1,2			
7,386	4,870	51,67	9,953	0,37	23,551	1,37	-57,74	17,699	1,1			
7,490	8,037	-6,81	17,968	0,66	10,978	0,64	63,67	6,244	0,3			
45,813	43,691	4,86	92,915	3,43	92,528	5,38	0,42	105,805	6,5			
45,619	42,629	4,56	92,595	3,42	92,227	5,36	0,40	104,785	6,4			
54,632	56,002	-2,45	105,140	3,89	52,668	3,06	99,63	121,226	7,1			
30,057	24,903	20,69	45,308	1,67	27,342	1,59	65,71	43,808	2,7			
17,576	11,617	51,30	27,029	1,00	18,832	1,09	43,53	33,594	2,1			
5,553	10,202	-69,49	29,761	1,10	4,360	0,25	582,65	40,434	2,5			
10,573	24,856	-57,46	30,273	1,41	29,767	1,73	28,58	42,687	2,6			
744	11,408	-93,48	12,940	0,48	10,433	0,61	24,04	14,332	0,9			
2,359	3,710	-36,40	6,924	0,26	4,495	0,26	54,04	4,155	0,2			
2,002	3,976	-49,65	5,696	0,22	3,214	0,19	83,44	6,713	0,4			
3,622	4,137	-12,45	8,403	0,31	9,068	0,53	-7,33	13,494	0,8			
14,817	31,360	-52,75	57,565	2,13	31,003	1,80	85,68	46,564	2,9			
51,871	39,295	32,01	80,416	2,98	61,084	3,55	31,97	53,960	3,1			
20,332	20,769	-2,10	51,113	1,69	31,401	1,82	62,77	35,423	2,2			
1,221	1,110	9,96	1,549	0,06	1,579	0,09	-1,93	1,158	0,0			
			0,70	0,00	0,204	1,31	-25,06	11,135	0,7			

SECEX/DTIC

IMPORTAÇÃO EFETIVA - ARGENTINA
PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS - SECEX E CAPÍTULOS DA NBM/SH
US\$ 1.000 F.O.B.

MERC04
05/08/94
PAG.: 08

DISCRIMINACAO

	JANEIRO/JUNHO		Var. %	JAN/DEZ	Part.	JAN/DEZ	Part.	Var. %	JAN/DEZ	Part.
	1994	1993	94/93	1993	%	1992	%	93/92	1991	%
PRODUTOS MINERAIS (Caps. 25 a 27)	272.342	193.573	40,69	528.642	19,54	116.636	6,78	353,24	66.703	3,76
- Combustíveis minerais	268.424	190.371	41,00	521.516	19,28	110.039	6,39	373,94	53.131	3,29
- Sal, enxofre, gesso, cimento, etc	3.837	3.202	19,80	7.103	0,26	5.772	0,34	23,06	4.915	0,30
- Minérios, escórias e cinzas	82	0	-	23	-	825	0,05	-97,27	2.657	0,16
CELULOSE, PAPEL E SUAS OBRAS (Caps. 47 a 49)	5.026	3.416	47,04	9.199	0,34	10.739	0,62	-14,34	20.797	1,28
- Papel e cartao	2.531	1.759	43,90	4.733	0,17	5.526	0,32	-14,36	12.709	0,79
- Livros, jornais, etc.	1.095	764	43,25	2.413	0,09	2.912	0,17	-17,14	2.956	0,18
- Pastas químicas de madeira	1.400	895	56,45	2.054	0,08	2.301	0,13	-10,74	5.042	0,31
PROD. DAS INDUSTRIAS ALIMENTARES,BEBIDAS,FUMO,ETC (Caps. 16 a 24)	22.657	10.019	126,15	22.293	0,82	24.629	1,43	-9,48	27.006	1,67
- Fumo	2.883	2.658	6,85	2.879	0,11	5.270	0,31	-45,37	4.592	0,28
- Preparacoes de produtos hortícolas,frutas,etc.	12.596	505	(*)	1.533	0,06	5.684	0,33	-73,03	11.173	0,69
- Preparacoes alimenticias a base de cereais	3.092	2.740	12,85	7.463	0,28	4.078	0,24	83,02	3.701	0,23
INSTRUMENTOS E APARELHOS DE OTICA (Cap. 90)	1.495	2.622	-42,97	4.549	0,17	5.434	0,32	-16,30	7.487	0,46
DEMAIS PRODUTOS	18.207	9.210	97,69	34.463	1,27	19.060	1,11	80,82	29.417	1,82

(*) superior a 1000%

Fontes: Secretaria da Receita Federal - SRF
Elaboracao: Secretaria de Comercio Exterior - SECEX

III - PARAGUAI

ANO	EXPORTAÇÃO (A)	VARIACÃO RELATIVA (*)	PART. % (**)	IMPORTAÇÃO (B)	VARIACÃO RELATIVA (*)	PART. % (**)	S A L D O (A-B)	CORRENTE COMÉRCIO (A/B)	COBERTURA (A/B)
1980	409,227,631	-	2.03	91,556,317	-	0.40	317,671,314	500,783,948	4.47
1981	449,604,823	9.87	1.93	191,470,620	109.13	0.87	258,134,203	641,075,443	2.35
1982	324,438,680	-27.84	1.61	167,018,413	-12.77	0.86	157,420,267	491,457,093	1.94
1983	233,407,865	-28.06	1.07	32,166,390	-80.74	0.21	201,241,475	265,574,255	7.26
1984	332,690,219	42.54	1.23	39,978,794	24.29	0.29	292,711,425	372,669,013	8.32
1985	301,713,253	-9.31	1.18	47,850,282	87.22	0.57	226,862,971	376,563,535	4.03
1986	289,343,837	-4.10	1.29	450,127,246	100.57	0.94	139,216,591	439,471,083	1.93
1987	287,992,937	-0.47	1.10	45,856,784	-56.13	0.44	222,136,153	353,849,721	4.37
1988	341,964,366	18.74	1.01	117,371,563	78.22	0.80	224,592,803	459,335,929	2.91
1989	322,931,634	-5.57	0.94	358,828,403	205.72	1.97	-35,896,769	681,760,037	0.90
1990	380,483,806	17.82	1.21	332,777,826	-7.26	1.61	47,705,980	713,261,632	1.14
1991	496,114,094	30.39	1.57	219,586,672	-34.01	1.04	276,527,422	715,700,766	2.26
1992	543,319,917	9.52	1.52	187,402,717	-14.66	0.91	355,917,200	730,722,634	2.90
1993	960,646,172	76.81	2.49	271,017,559	44.62	1.06	689,628,613	1,231,663,731	3.54
JAN	50,504,862	-	1.79	9,078,415	-	0.50	41,426,447	59,583,277	5.56
FEV	128,822,444	155.07	4.45	8,795,715	-3.11	0.61	120,026,729	137,618,159	14.65
MAR	73,065,689	-43.28	2.08	10,413,608	18.39	0.52	62,652,081	83,479,297	7.02
ABR	66,399,850	-9.12	2.19	22,524,254	116.30	1.06	43,875,596	88,924,104	2.95
MAI	68,463,145	3.11	2.35	10,371,040	-53.96	0.65	58,092,105	78,834,185	6.60
JUN	69,708,675	1.82	2.15	49,037,353	372.83	2.14	20,671,322	118,746,028	1.42
JUL	92,347,065	32.48	2.70	45,250,283	-7.72	1.61	47,096,782	137,597,348	2.04
AGO	83,455,237	-9.63	2.38	33,512,271	-25.94	1.41	49,942,966	116,967,508	2.49
SET	81,745,173	-2.05	2.37	33,898,354	1.15	1.53	47,846,819	115,643,527	2.41
OUT	74,472,470	-8.90	2.30	19,340,642	-42.95	0.92	55,131,828	93,813,112	3.85
NOV	81,336,899	9.22	2.56	15,787,705	-18.37	0.74	65,549,194	97,124,604	5.15
DEZ	90,324,663	11.05	2.65	13,007,919	-17.61	0.47	77,316,744	103,332,582	6.94
1994	472,298,524	-50.84	2.33	95,167,551	-64.89	0.70	377,130,973	567,466,075	4.96
JAN	72,393,499	-	2.64	14,486,378	-	0.82	57,907,121	86,879,877	5.00
FEV	61,345,742	-15.26	2.21	9,749,700	-32.70	0.39	51,596,042	71,095,442	6.29
MAR	84,132,068	37.14	2.51	8,290,355	-14.97	0.37	75,841,713	92,422,423	10.15
ABR	80,081,347	-4.81	2.20	13,486,816	62.68	0.62	66,594,531	93,568,163	5.94
MAI	95,256,880	18.95	2.47	20,019,274	48.44	0.02	75,237,606	115,276,154	4.76
JUN	79,088,988	-16.97	2.11	29,135,028	45.53	1.17	49,953,960	108,224,016	2.71
JUL
AGO
SET
OUT
NOV
DEZ

(*) Critério de cálculo: Anual -> sobre o ano anterior. Mensal -> sobre o mês anterior.
 ... -> ...

DISCRIMINACAO

TOTAL GERAL

PROD. DAS IND. ALIMENTARES, BEBIDAS, FUMO, ETC. (Caps. 16 a 24)

- Bebidas, liquidos alcoolicos e vinagres
- Funottabaco e seus sucedaneos manufaturados
- Acucares e produtos de confeitaria

MAQUINAS, APARELHOS MECANICOS E ELETRICOS (Caps. 84 e 85)

- Maquinas, apars. e instr. mecanicos
- Maquinas, aparelhos e material eletrico

PRODUTOS DAS INDUSTRIAS QUIMICAS (Caps. 28 a 39)

- Plasticos e suas obras
- Adubos ou fertilizantes

MATERIAS TEXTeis E SUAS OBRAS (Caps. 50 a 63)

- Artefatos texteis diversos
- Algodao (fibras, fios e tecidos)
- Tecidos especiais

PRODUTOS METALURGICOS E FERRAMENTAS (Caps. 72 a 83)

- Manufaturas de ferro ou aco
- Produtos siderurgicos
- Ferramentas e artefatos diversos
- Alumínio e artefatos de aluminio

BORRACHA E SUAS OBRAS (Cap. 40)

MATERIAL DE TRANSPORTE (Caps. 86 a 89)

- Veiculos automoveis, partes e pecas

PROD. CERAMICOS, VIDRO, OBRAS DE GESSO, CIMENTO, ETC (Caps. 68 a 70)

PRODUTOS MINERAIS (Caps. 25 a 27)

- Combustiveis, oleos e ceras minerais
- Sal, enxofre, gesso, cimento

CELULOSE, PAPEL E SUAS OBRAS (Caps. 47 a 49)

- Papel e cartao

CALCADOS, CHAPEUS, PENAS, FLORES ARTIFICIAIS, ETC. (Caps. 64 a 67)

- Calcados, polainas e artef. semelhantes e suas partes

DEMAIS PRODUTOS

	1994	1993	94/93	1993	1992	1992	93/92	1991	1991
472.299	456.965	3,36	960.646	100,00	543.329	100,00	76,81	496.114	100,00
88.845	90.054	-1,34	172.556	17,96	94.387	17,37	82,82	69.933	14,10
23.634	25.897	-8,74	50.936	5,30	36.092	6,79	38,07	35.774	7,21
43.945	35.284	24,83	73.395	7,64	35.485	6,53	106,83	13.620	2,75
8.227	15.675	-47,52	21.692	2,26	8.382	1,54	158,80	9.167	1,85
79.684	70.004	2,15	173.808	18,09	96.921	17,84	79,33	91.573	18,46
55.119	53.373	3,27	126.924	13,21	70.127	12,91	80,99	62.634	12,63
24.565	24.632	-0,27	46.885	4,88	26.793	4,93	74,99	28.939	5,83
54.788	61.704	-11,21	137.007	14,26	71.640	13,19	91,24	62.205	12,54
14.657	13.446	9,01	29.671	3,09	18.112	3,33	63,81	17.323	3,49
6.323	7.025	-9,99	17.071	1,86	9.874	1,82	69,99	12.258	2,49
37.073	50.427	-26,57	94.214	9,81	58.744	10,81	60,38	62.004	12,51
11.229	26.411	-57,48	42.265	4,40	27.717	5,10	52,49	33.082	6,57
11.730	11.856	-1,06	24.101	2,51	12.751	2,35	89,01	14.040	2,83
660	384	71,88	1.179	0,12	375	0,07	214,62	697	0,14
35.420	34.613	2,33	72.652	7,56	46.670	8,59	55,67	43.744	8,82
12.567	13.692	-8,22	27.764	2,89	16.870	3,10	64,58	17.530	3,53
12.194	10.733	13,62	22.781	2,37	15.895	2,93	43,32	11.647	2,35
2.762	2.699	2,30	5.629	0,59	4.782	0,88	17,73	6.529	1,32
5.689	5.047	11,14	11.415	1,19	5.710	1,05	99,91	5.376	1,08
50.755	35.882	41,45	77.710	8,09	39.912	7,35	94,70	37.624	7,58
46.101	27.823	65,70	66.999	6,97	35.355	6,51	89,50	34.505	6,96
45.761	27.767	64,80	66.134	6,88	35.252	6,49	87,61	34.454	6,94
14.376	20.015	-28,17	35.605	3,71	22.325	4,11	59,48	23.423	4,72
20.325	12.620	61,06	36.223	3,77	28.352	5,22	27,76	26.015	5,24
18.190	10.437	74,29	31.395	3,27	23.387	4,30	34,24	20.599	4,15
1.535	1.610	-4,66	3.332	0,35	2.996	0,55	11,21	4.627	0,93
12.701	11.602	-13,82	31.603	3,23	16.116	2,97	92,30	14.171	2,86
12.474	14.381	-12,70	30.220	3,15	16.002	2,95	88,85	14.046	2,83
12.257	14.965	-19,09	30.123	3,14	11.281	2,08	167,02	12.093	2,44
12.091	14.866	-18,66	29.848	3,11	11.218	2,06	166,07	12.057	2,43
19.973	15.195	23,33	32.745	3,41	21.618	3,98	51,47	18.743	3,78

IMPORTACAO EFETIVA - PARAGUAI
PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS - SECOES E CAPITULOS DA NBM/SH
US\$ 1.000 F.O.B.

DISCRIMINACAO	JANEIRO/JUNHO		Var.%		JAN/DEZ		PART.		JAN/DEZ		Var.%		PART.	
	1994	1993	94/93		1993		%		1992		%		1991	%
TOTAL GERAL	95.168	110.220	-13,66		271.018	100,00	100,00		187.403	100,00	44,62		219.587	100,00
MATERIAS TEXTEIS E SUAS OBRAS (Caps. 50 a 63)	43.552	62.404	-30,21		160.821	59,34	60,82		113.974	60,82	41,10		140.568	64,02
- Algodao (fibras, fios e tecidos)	42.705	62.140	-31,28		159.439	58,83	60,12		112.666	60,12	41,51		135.281	61,61
- Vestuario e acessorios, exceto de malha	317	214	47,72		900	0,33	0,65		1.221	0,65	-26,28		5.126	2,33
GORDURAS E OLEOS ANIMAIS OU VEGETAIS (Cap. 15)	11.465	13.773	-16,76		30.790	11,36	16,29		30.519	16,29	0,89		9.543	4,35
MADEIRAS E SUAS OBRAS (Cap. 44)	10.390	13.342	-22,12		30.583	11,28	12,19		22.835	12,19	33,93		20.081	9,14
PRODUTOS DAS INDUSTRIAS QUIMICAS (Caps. 28 a 39)	1.391	5.144	-72,96		16.097	5,94	3,13		5.875	3,13	174,00		9.019	4,11
- Oleos essenciais e resinoides, prods. de perfumaria	1.101	4.719	-76,67		15.193	5,61	2,51		4.698	2,51	223,37		7.482	3,41
- Produtos quimicos organicos	126	172	-26,55		367	0,14	0,11		205	0,11	79,14		598	
ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (Caps. 01 a 05)	5.900	7.416	-20,45		13.350	4,93	2,58		4.836	2,58	176,04		33.116	15,08
- Animais vivos	3.426	5.088	-32,66		6.911	2,55	1,07		1.992	1,07	245,62		1.236	0,56
- Carnes e miudezas comestiveis	2.059	2.288	-6,74		4.574	1,69	1,39		2.610	1,39	75,24		31.438	14,32
PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL (Caps. 06 a 14)	17.073	2.093	715,88		5.974	2,20	3,914		3.914	2,09	52,62		5.359	2,44
- Sementes e frutos oleaginosos	8.289	1.045	693,58		3.398	1,25	1,70		3.182	1,70	6,79		4.705	2,14
- Produtos hortícolas	64	0	-		0	-	0,14		268	0,14	-		428	0,19
PELES, COUROS E SUAS OBRAS (Caps. 41 a 43)	3.679	5.085	-27,66		11.047	4,09	0,94		1.766	0,94	525,46		686	0,28
DEMAIS PRODUTOS	1.719	964	78,27		2.354	0,87	1,96		3.682	1,96	-36,06		-0,02	-0,00

(*) superior a 1000x

IV - URUGUAI

ANO	EXPORTAÇÃO (A)	VARIACÃO RELATIVA (*)	PART. % (**)	IMPORTAÇÃO (B)	VARIACÃO RELATIVA (*)	PART. % (**)	S A L D O (A-B)	CORRENTE COMÉRCIO (A+B)	COBERTU (A/B)
1980	310,491,027	-	1.54	196,167,955	-	0.86	114,323,072	506,658,982	1.58
1981	373,157,598	20.11	1.60	173,328,520	-9.09	0.81	194,829,078	551,486,118	2.09
1982	137,795,425	-63.07	0.68	151,174,651	-15.23	0.78	-13,379,226	268,970,076	0.91
1983	104,024,430	-24.51	0.48	130,816,033	-13.47	0.83	-26,791,603	234,840,463	0.80
1984	135,840,396	30.59	0.50	123,020,475	-5.96	0.88	12,819,921	258,860,871	1.10
1985	140,350,052	3.32	0.55	140,036,935	13.63	1.06	313,117	280,386,967	1.00
1986	202,618,138	44.37	0.91	300,994,917	114.94	1.87	-98,376,779	503,613,055	0.67
1987	267,719,814	32.15	1.02	247,477,185	-17.78	1.64	20,292,629	515,246,999	1.08
1988	321,596,901	20.10	0.95	313,911,576	26.84	2.15	7,685,325	635,508,477	1.02
1989	334,670,736	4.07	0.97	396,060,854	89.88	3.26	-261,390,118	930,731,590	0.56
1990	294,620,606	-11.97	0.94	537,093,198	-1.50	2.84	-292,472,592	881,713,804	0.50
1991	337,068,218	14.41	1.07	434,103,071	-26.06	2.06	-97,034,853	771,171,289	0.78
1992	514,165,568	52.54	1.44	340,770,877	-21.50	1.66	173,394,691	854,936,445	1.51
1993	775,810,556	50.89	2.01	354,427,469	12.81	1.50	391,383,087	1,160,238,025	2.02
JAN	51,258,263	-	1.81	21,882,267	-	1.22	29,375,996	73,140,530	2.34
FEV	72,882,654	42.19	2.52	17,881,790	-18.28	1.25	55,000,864	90,764,444	4.08
MAR	61,850,072	-15.14	1.76	35,075,154	96.15	1.75	26,774,918	96,925,226	1.76
ABR	45,930,951	-25.74	1.52	30,062,544	-14.29	1.41	15,868,407	75,993,495	1.53
MAI	43,751,752	-4.74	1.50	29,230,918	-2.77	1.64	14,520,834	72,982,670	1.50
JUN	58,424,194	33.54	1.80	29,855,564	2.14	1.31	28,568,630	88,279,758	1.96
JUL	71,678,073	22.69	2.09	47,245,365	58.25	1.68	24,432,708	118,923,438	1.52
AGO	89,756,667	25.22	2.56	27,683,472	-41.40	1.17	62,073,195	117,440,139	3.24
SET	63,531,628	-29.22	1.84	40,831,519	47.49	1.84	22,700,109	104,363,147	1.56
OUT	78,548,400	23.64	2.42	34,465,493	-15.59	1.64	44,082,907	113,013,893	2.28
NOV	71,507,968	-8.96	2.25	31,619,170	-8.26	1.40	39,888,798	103,127,138	2.26
DEZ	66,689,934	-6.74	1.96	38,594,213	22.06	1.39	28,095,721	105,284,147	1.73
1994	345,463,595	-55.47	1.72	187,543,041	-51.21	1.38	157,920,554	533,006,636	1.84
JAN	55,594,877	-	2.02	22,594,835	-	1.20	33,000,042	78,169,712	2.46
FEV	42,391,412	-23.75	1.53	27,202,105	20.39	1.09	15,189,307	69,593,517	1.56
MAR	56,855,333	34.12	1.70	32,822,970	18.60	1.45	24,592,363	89,116,303	1.76
ABR	65,346,764	14.94	1.80	23,409,285	-27.44	1.07	41,937,479	88,756,049	2.79
MAI	55,958,868	-14.37	1.45	33,970,215	45.11	1.40	21,988,653	89,929,083	1.65
JUN	69,316,341	23.87	1.85	48,103,631	41.61	1.93	21,212,710	117,419,972	1.44
JUL
AGO
SET
OUT
NOV
DEZ

(*) Critério de cálculo: Anual -> sobre o ano anterior. Mensal -> sobre o mês anterior.
 (**), DATA Y = Partição percentual sobre o Total Geral do Brasil

DISCRIMINAÇÃO

	JANEIRO/JUNHO	Var.	JAN/DEZ	Part.	Var.	JAN/DEZ	Part.	Var.	JAN/DEZ	Part.
	1994	1993	94/93	%	1993	%	1992	%	93/92	%
TOTAL GERAL	345.464	334.098	3,40	775,811	100,00	514,165	100,00	50,89	337,068	100,00
MATERIAL DE TRANSPORTE (Caps. 86 a 89)	66.243	114.366	-42,08	198,454	25,58	156,900	30,52	26,48	77,957	23,13
- Veículos automotores, partes e peças	65.751	114.142	-42,40	194,255	25,04	156,884	30,51	23,82	77,724	23,06
MAQUINAS, APARELHOS MECANICOS E ELETRICOS (Caps. 84 e 85)	54.383	54.710	-0,60	120,971	15,59	80,499	15,65	59,28	52,078	15,45
- Máquinas, aparos. e instrumentos mecânicos	27.252	39.446	-30,91	81,340	10,48	55,610	10,82	46,27	33,995	10,06
- Máquinas, aparelhos e material elétrico	27.130	15.264	77,74	39,630	5,11	24,809	4,84	59,23	18,173	5,39
PRODUTOS DAS INDUSTRIAS QUIMICAS (Caps. 28 a 39)	39.167	35.441	10,51	87,835	11,32	70,418	13,70	24,73	67,377	19,99
- Plásticos e suas obras	20.959	17.549	19,43	42,681	5,53	33,665	6,55	26,78	31,458	9,33
- Produtos químicos orgânicos	5.343	4.644	15,01	13,742	1,77	0,782	1,71	56,48	8,418	2,50
- Extratos tanantes e tintoriais	2.644	2.697	-1,96	6,315	0,81	5,920	1,15	6,67	3,762	1,10
- Produtos para fotografia e cinematografia	1.529	1.560	-1,98	3,207	0,41	2,900	0,56	10,59	2,475	0,73
- Adubos e fertilizantes	612	2.252	-72,81	4,656	0,60	4,542	0,88	2,51	7,393	2,19
PRODUTOS METALURGICOS E FERRAMENTAS (Caps. 72 a 83)	29.665	28.288	4,87	67,246	8,67	49,342	9,60	36,29	31,951	9,48
- Produtos siderurgicos	12.633	11.556	9,32	29,570	3,81	27,762	5,40	6,51	19,855	5,89
- Manufaturas de ferro ou aço	9.125	7.990	14,20	18,134	2,34	10,541	2,05	72,03	4,894	1,45
PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL (Caps. 06 a 14)	21.310	21.486	-0,45	45,222	5,83	36,206	7,04	24,90	26,408	7,83
- Café, chá, mate e especiarias	13.400	13.142	1,96	27,994	3,60	23,897	4,65	16,77	18,425	5,47
- Frutas	4.368	4.214	3,66	8,491	1,09	7,542	1,47	12,58	6,077	1,80
MATERIAS TEXTIS E SUAS OBRAS (Caps. 50 a 63)	19.965	23.656	-15,60	56,950	7,34	30,798	5,99	85,02	19,847	5,89
- Lã	3.600	8.334	-56,81	10,203	1,32	6,482	1,26	57,40	4,774	1,42
- Algodão (fibras, fios e tecidos)	2.032	1.344	51,15	4,819	0,62	3,976	0,77	21,20	3,519	1,04
- Artificiais e sintéticos	3.020	3.166	-4,61	7,996	1,03	4,777	0,93	67,40	2,926	0,87
PRODUTOS MINERAIS (Caps. 25 a 27)	52.797	1.349	(*)	65,443	8,44	10,820	2,10	504,84	7,070	2,10
- Combustíveis Minerais	51.712	422	(*)	62,898	8,11	9,258	1,80	579,36	351	0,10
- Minérios, escórias e cinzas	54	238	-77,40	416	0,05	275	0,05	51,17	5,306	1,57
CELULOSE, PAPEL E SUAS OBRAS (Caps. 47 a 49)	10.660	13.249	-19,55	27,897	3,60	20,629	4,01	35,23	16,070	4,77
- Papel e cartão	9.949	12.535	-20,63	25,811	3,33	18,874	3,67	36,75	13,878	4,12
BORRACHA E SUAS OBRAS (Cap. 40)	5.689	5.159	10,27	11,853	1,53	10,939	2,13	9,36	7,899	2,34
PRODOS.DAS INDS.ALIMENTARES, BEBIDAS, FUMO, ETC. (Caps. 16 a 24)	12.230	8.145	50,15	29,995	3,87	13,625	2,65	120,15	9,085	2,67
PELES E COUROS (Caps. 41 a 43)	1.345	1.243	8,31	2,289	0,30	2,116	0,41	8,21	5,236	1,55
DEMAIS PRODUTOS	32.089	27.085	18,18	61,625	7,94	31,875	6,20	93,33	16,170	4,80

DISCRIMINACAO

TOTAL GERAL

PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL (Caps. 06 a 14)

- Cereais
- Produtos da industria de moagem

PRODUTOS DAS INDUSTRIAS QUIMICAS (Caps. 28 a 39)

- Plasticos e suas obras
- Produtos farmaceuticos
- Extratos tanantes e tintoriais
- Saboes, agentes organicos
- Produtos quimicos organicos
- Produtos quimicos inorganicos

ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (Caps. 01 a 05)

- Leite e derivados
- Peixes e crustaceos
- Carnes e miudezas comestiveis
- Animais vivos

MATERIAS TEXTIS E SUAS OBRAS (Caps. 50 a 63)

- La
- Vestuario e accessorios, exceto de malha
- Artificiais e sinteticos
- Artefatos texteis diversos

PELES, COUROS E SUAS OBRAS (Caps. 41 a 43)

- Peles e couros

BORRACHA E SUAS OBRAS (Cap. 40)

GORDURAS E OLEOS ANIMAIS E VEGETAIS (Cap. 15)

CELULOSE, PAPEL E SUAS OBRAS (Caps. 47 a 49)

MAQUINAS, APARELHOS MECANICOS E ELETRICOS (Caps. 84 e 85)

- Maquinas, aparelhos e instrumentos mecanicos
- Maquinas, aparelhos e material eletrico

PRODUTOS DAS INDS. ALIMENTARES, BEBIDAS, FUMO, ETC (Caps. 16 a 24)

DETAIS PRODUTOS

	1994	1993	94/93	1993	1993	1992	1992	1992	93/92
TOTAL GERAL	187.543	163.988	14,36	384.427	100,00	310.771	100,00	12,81	
PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL (Caps. 06 a 14)									
- Cereais	50.598	53.662	-5,71	147.438	38,35	130.189	38,20	13,25	
- Produtos da industria de moagem	33.172	43.695	-24,08	121.407	31,58	78.591	23,06	54,48	
	16.340	7.914	106,46	23.015	5,99	26.909	7,90	-14,47	
PRODUTOS DAS INDUSTRIAS QUIMICAS (Caps. 28 a 39)									
- Plasticos e suas obras	22.858	21.836	4,68	51.036	13,28	61.662	18,09	-17,23	
- Produtos farmaceuticos	8.507	8.837	-4,27	21.890	5,69	21.333	6,26	2,61	
- Extratos tanantes e tintoriais	2.550	2.491	2,35	4.942	1,29	8.894	2,61	-44,43	
- Saboes, agentes organicos	3.049	2.675	14,02	7.333	1,91	8.526	2,50	-14,08	
- Produtos quimicos organicos	1.346	1.488	-9,55	3.813	0,99	6.656	1,95	-42,72	
- Produtos quimicos inorganicos	849	864	-1,73	1.787	0,46	4.919	1,44	-63,68	
	1.853	1.362	36,06	2.373	0,62	2.438	0,72	-2,68	
ANIMAIS VIVOS E PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (Caps. 01 a 05)									
- Leite e derivados	33.118	31.606	4,78	63.423	16,50	29.120	8,55	17,80	
- Peixes e crustaceos	11.688	17.802	-34,35	33.989	8,84	9.399	2,76	261,61	
- Carnes e miudezas comestiveis	5.358	7.248	-26,08	10.405	2,71	8.915	2,62	16,71	
- Animais vivos	7.356	3.781	94,57	8.073	2,10	6.682	1,96	20,83	
	8.652	2.660	225,31	10.827	2,82	3.879	1,14	179,11	
MATERIAS TEXTIS E SUAS OBRAS (Caps. 50 a 63)									
- La	29.851	19.085	56,41	39.545	10,29	37.985	11,15	4,11	
- Vestuario e accessorios, exceto de malha	9.112	5.530	64,76	12.598	3,28	13.644	4,00	-7,66	
- Artificiais e sinteticos	10.933	4.690	133,14	8.751	2,28	9.468	2,78	-7,57	
- Artefatos texteis diversos	4.638	5.547	-12,78	11.726	3,05	8.178	2,40	43,39	
	91	38	142,73	187	0,05	250	0,07	-25,43	
PELES, COUROS E SUAS OBRAS (Caps. 41 a 43)									
- Peles e couros	9.938	9.826	1,14	21.707	5,65	26.370	7,74	-17,48	
	8.945	9.468	-5,53	20.416	5,31	24.953	7,32	-18,18	
BORRACHA E SUAS OBRAS (Cap. 40)	10.610	9.056	17,16	20.554	5,35	13.679	4,01	50,26	
GORDURAS E OLEOS ANIMAIS E VEGETAIS (Cap. 15)	3.164	3.025	4,60	4.676	1,22	7.235	2,12	-35,38	
CELULOSE, PAPEL E SUAS OBRAS (Caps. 47 a 49)	52	430	-87,92	888	0,23	5.522	1,62	-83,92	
MAQUINAS, APARELHOS MECANICOS E ELETRICOS (Caps. 84 e 85)	3.062	1.966	54,16	4.835	1,05	5.801	1,73	-31,39	
- Maquinas, aparelhos e instrumentos mecanicos	1.263	734	72,11	2.392	0,62	3.656	1,07	-34,59	
- Maquinas, aparelhos e material eletrico	1.799	1.252	43,65	1.644	0,43	2.225	0,65	-26,13	
PRODUTOS DAS INDS. ALIMENTARES, BEBIDAS, FUMO, ETC (Caps. 16 a 24)	6.314	1.550	307,33	7.102	1,85	4.470	1,31	58,89	
DETAIS PRODUTOS	17.977	11.926	50,74	24.023	6,25	18.659	5,48	28,76	

Fonte: Secretaria da Receita Federal - SRF
Elaboracao: Secretaria de Comercio Exterior - SECEX

(*) superior a 1000%

ANEXO V

PROGRAMA DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL (PLC)

- Programa de Liberalização Comercial (PLC)

Este programa visa coordenar a estabelecer regras para o desagravamento tarifário entre os estados membros. Estabelece em primeiro lugar que até 31 de Dezembro de 1994 os estados membros eliminarão todos os gravames e outras restrições entre si. Com Gravames pretende-se significar os direitos aduaneiros e outros encargos de efeitos equivalentes que incidam sobre o comércio externo por restrições entendem-se todas as medidas de carácter administrativo financeiro e ou cambial mediante as quais um estado membro impeça ou dificulte o comercio reciproco (excepto as previstas no tratado de Montevideo). O PLC pretende um desagravamento progressivo, linear e automático relativamente aos produtos pertencentes ao universo tarifário. pretende-se que as tarifas sejam reduzidas a zero até ao final de 94 excepto para o Paraguai e Uruguai que terão um prazo mais alargado por mais um ano. O cronograma de desagravamento estabelece uma redução de 47% até 31 de Jun 91 e após , reduções de 7% por semestre:

JUN 91 47%

DEZ91 54%

JUN92 61%

DEZ92 68%

JUN93 75%
DEZ93 82%
JUN94 89%
DEZ94 100%

O PLC não engloba produtos incluídos nas listas de exclusões dos estados membros. Cada país apresentou uma lista de produtos que pretende não ver englobadas no PLC. Cada lista todavia irá sofrer uma diminuição de produtos protegidos. Para o Brasil e Argentina, observou-se uma redução anual de 20%, para o Uruguai e Paraguai 10% aquando da entrada em vigor do tratado em DEZ91 e 20% per ano no restante período de tempo e que findará em 1994.

PERÍODO DE TRANSIÇÃO

1- Regime geral de origem (RGO)

O RGO pretende qualificar os produtos originários dos estados membros, por isso, os produtos naturalmente originários desses Estados são os que :

forem elaborados totalmente no território de um estado membro e utilizem exclusivamente matérias primas daí originárias.

forem produzidos no território de um estado membro. Todos os produtos que sejam criados quer dentro quer fora do território por entidades de nacionalidade dos estados membros; os produtos transformados no país excepto quando as operações não conferem ao produto a sua especificidade

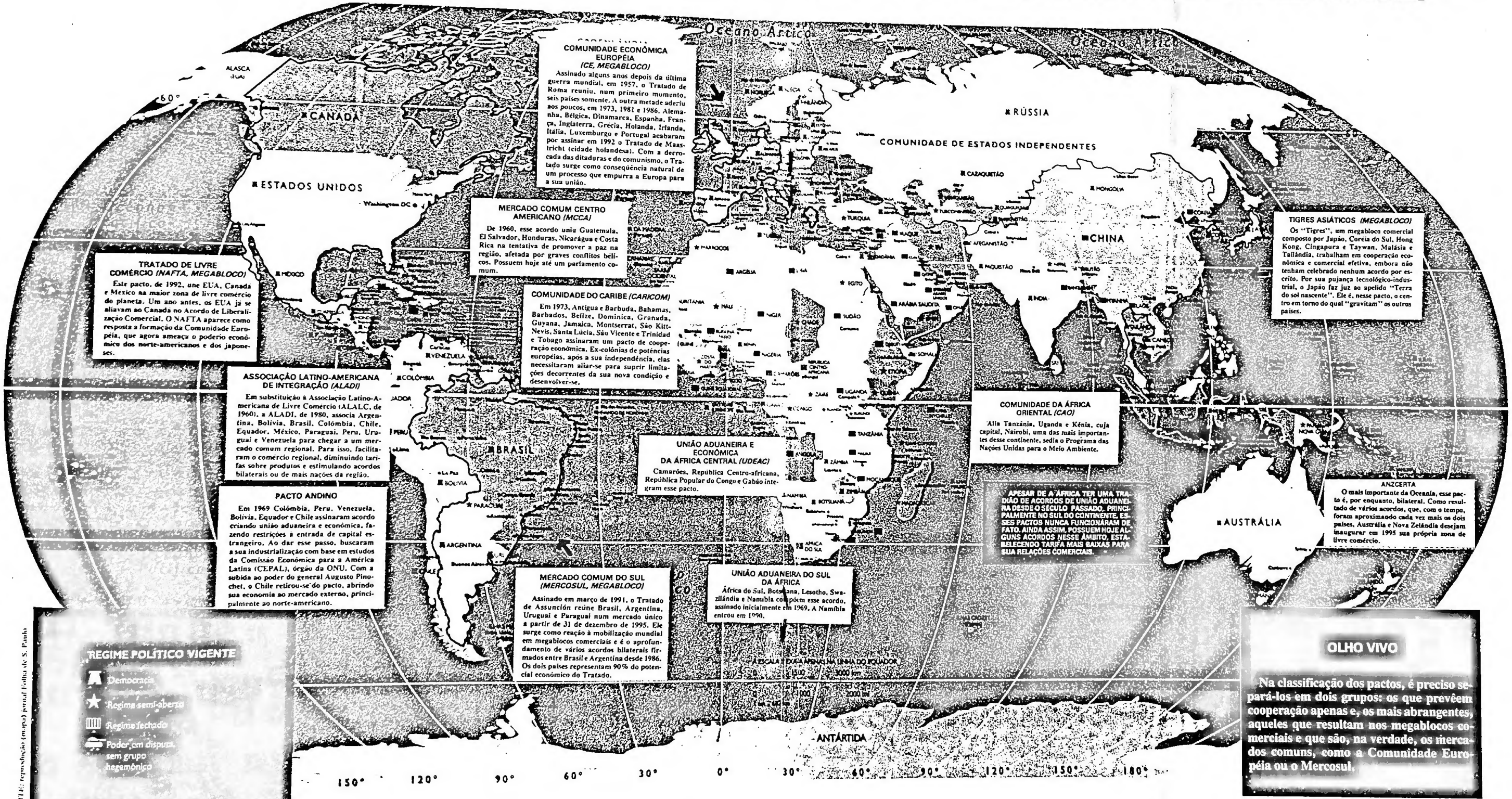
forem produtos que usem materiais não originários dos estados membros mas que sejam transformados no território

Estes são os critérios de classificação, no entanto podem estabelecer-se requisitos específicos de origem que prevaleçam sobre os primeiros. No estabelecimento destes requisitos há que ter em conta os materiais empregues na produção (matérias primas....) o processo de transformação ou elaboração e a percentagem máxima do valor das m/p importadas de terceiros no valor total do produto final.

ANEXO VI

PRINCIPAIS PACTOS ECONÓMICOS DO PLANETA

PRINCIPAIS PACTOS ECONÔMICOS DO PLANETA

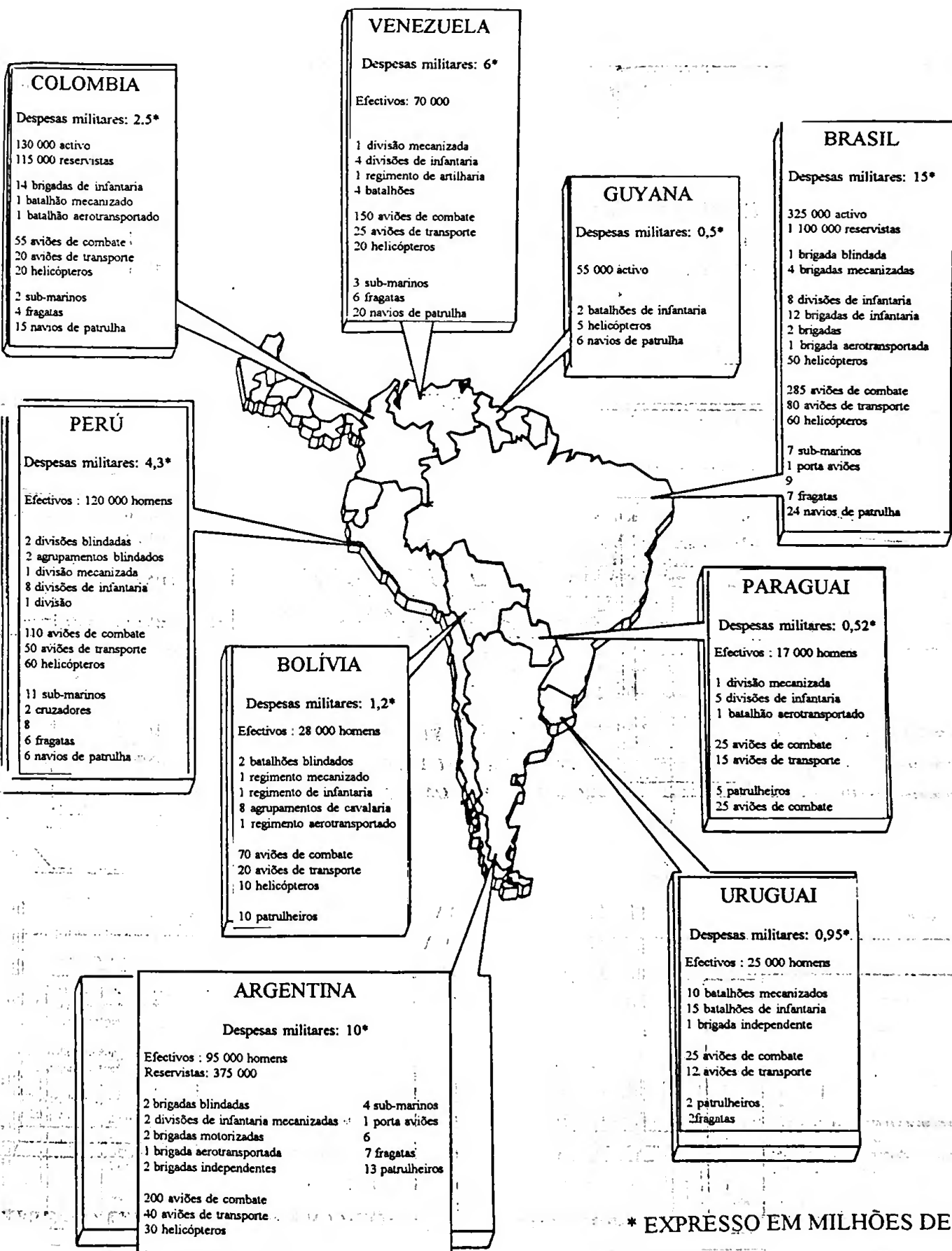


OLHO VIVO

Na classificação dos pactos, é preciso separá-los em dois grupos: os que prevêm cooperação apenas e, os mais abrangentes, aqueles que resultam nos megabloques comerciais e que são, na verdade, os mercados comuns, como a Comunidade Europeia ou o Mercosul.

ANEXO VII

Distribuição das Forças Armadas Brasileiras e dos países contíguos



* EXPRESSO EM MILHÕES DE FRAN